



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

PROJETO BÁSICO SAENG Nº 78/2022

SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 9ª REGIÃO FISCAL

Tomada de Preços

e-processo nº 10905.720116/2022-42

OBRAS PARA CONSTRUÇÃO DO MURO, GUARITA, CALÇADAS E SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO E MONITORAMENTO POR CÂMERAS DO PÁTIO DE VEÍCULOS APREENDIDOS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE/SC

CONTEÚDO:

ITEM 1 – APRESENTAÇÃO

ITEM 2 – ESPECIFICAÇÕES DE APLICAÇÃO GERAL

ITEM 3 – PROCEDIMENTOS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

ITEM 4 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS

APÊNDICE A – BDI e CRONOGRAMA

Curitiba, 22 de agosto de 2022.

AUTOR CONSTRUÇÕES CIVIS:

AUTOR SISTEMAS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS:

SILVIO ALEXANDRE LAZARI
ENGENHEIRO CIVIL
SRRF/COPOL/DIENG

FAGNER MARTINS DOS SANTOS
ENGENHEIRO ELETRICISTA
SRRF 9ªRF/DIPOL/SAENG

APROVO:

IVAN OLIVETE DO AMARAL
ENGENHEIRO
SRRF 9ªRF/DIPOL/SAENG

Chefe da Divisão de Programação
e Logística
DIPOL/SRRF 9ªRF



Ministério da Economia – ME
 Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
 Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
 Divisão de Programação e Logística – DIPOL
 Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

ÍNDICE GERAL

1	APRESENTAÇÃO	5
1.1	OBJETO	5
1.2	JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO	5
1.3	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA.....	5
1.4	OBJETO	6
1.4.1	RELAÇÃO DOS SERVIÇOS A EXECUTAR	7
1.5	REGIME DE EXECUÇÃO.....	8
1.6	CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO	8
1.7	TIPO DE LICITAÇÃO	8
1.8	REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	8
1.9	CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE.....	9
2	ESPECIFICAÇÕES DE APLICAÇÃO GERAL.....	10
2.1	CONCEITUAÇÃO BÁSICA.....	10
2.2	ABREVIATURAS E SIGLAS	10
2.3	COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO	11
2.4	DIREITOS PATRIMONIAIS	11
2.5	DESPESAS	11
2.6	VISTORIA PRÉVIA/DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO.....	12
2.6.1	MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES LOCAIS	13
2.7	CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE	13
2.7.1	HABILITAÇÃO – CONDIÇÕES PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	13
2.7.2	PROPOSTA DE PREÇOS E SEUS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE	16
2.8	ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.....	16
2.9	CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO	16
3	PROCEDIMENTOS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL.....	16
3.1	NORMAS DE EXECUÇÃO	16
3.2	OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA.....	17
3.3	OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE.....	22
3.4	MATERIAIS.....	23
3.5	PRAZOS	23
3.5.1	PRAZO DE EXECUÇÃO	23
3.5.2	PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL	24

Superintendência Regional da Receita Federal na 9ª Região Fiscal
 Rua Marechal Deodoro, 555
 CEP 80020-911, Centro, Curitiba-PR



Ministério da Economia – ME
 Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
 Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
 Divisão de Programação e Logística – DIPOL
 Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

3.6	GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL	24
3.7	SUBCONTRATAÇÃO	25
3.8	SUBSTITUIÇÃO	26
3.9	ACRÉSCIMOS DE DESPESAS	26
3.10	REAJUSTE.....	26
3.11	MEDIÇÕES, FATURAS E PAGAMENTOS.....	27
3.12	DIÁRIO DE OBRAS	29
3.13	FISCALIZAÇÃO	30
3.13.1	FORMALIZAÇÕES	31
3.14	RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS	31
3.15	SANÇÕES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS DA EXECUÇÃO CONTRATUAL	31
4	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS	33
4.1	INFORMAÇÕES GERAIS	33
4.1.1	TERMINOLOGIAS	36
4.1.2	CERTIFICAÇÃO DO SISTEMA DE QUALIDADE.....	38
4.1.3	CONDIÇÕES ESPECÍFICAS.....	38
4.1.4	ASPECTOS GERAIS PARA A OBRA.....	38
4.1.5	NORMAS E PRÁTICAS COMPLEMENTARES	40
4.1.6	RESPONSABILIDADES	40
4.1.7	SUBCONTRATAÇÃO	40
4.1.8	VERIFICAÇÃO DOS PROJETOS	41
4.1.9	PROJETOS E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS DOS SERVIÇOS E OBRAS.....	41
4.1.10	REFERÊNCIA TÉCNICA	42
4.1.11	MATERIAIS EQUIVALENTES OU SIMILARES.....	42
4.1.12	NORMAS DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	43
4.1.13	SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	46
4.1.14	PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS	52
4.1.15	SEGUROS E ACIDENTES	52
4.1.16	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E OBRAS	52
4.1.17	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS EM HORÁRIOS NOTURNO, FINAIS DE SEMANA E FERIADOS.....	54
4.1.18	ARMAZENAGEM DOS MATERIAIS	54
4.1.19	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	54
4.1.20	GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO	56
4.1.21	FISCALIZAÇÃO, MEDIÇÃO E RECEBIMENTO DA OBRA.....	57
4.1.22	MEDIÇÕES	58
4.1.23	IMPUGNAÇÕES DE SERVIÇOS REALIZADOS.....	59
4.1.24	RESPONSABILIDADE E GARANTIA	59



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

4.2	IMPLANTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO	59
4.3	INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS	60
4.4	MURO PATRIMONIAL	61
4.5	GUARITA	75
4.6	CALÇADA NO PASSEIO PÚBLICO	85
4.7	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	86
APÊNDICE A – BDI E CRONOGRAMA		94
1.	COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DO BDI	95
2.	CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	96



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

1 APRESENTAÇÃO

Este Projeto Básico foi elaborado em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, a Instrução Normativa 05/2017, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (IN MPOG/SLTI 05/2017), Manual SEAP de Obras Públicas – Projetos, e com a Portaria RFB/SUCOR/COPOL nº 566, de 2011.

Todas as exigências da Contratante contidas neste Projeto Básico serão consideradas como de conhecimento das proponentes, fixando as normas a serem observadas e definindo as especificações técnicas que orientarão o desenvolvimento dos serviços.

1.1 OBJETO

Contratação de empresa para Construção do muro, guarita, calçadas e sistemas de iluminação e monitoramento por câmeras do Pátio de Veículos Apreendidos da Receita Federal do Brasil em Joinville/SC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

O objeto da licitação tem a natureza de serviço de engenharia.

Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados no anexo do Projeto Básico.

A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

O prazo de execução é de 120 dias consecutivos.

Unidade	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joinville/SC
Local	Rua José Elias Giuliari, 103, em Joinville/SC.
Custo de Referência do Projeto	R\$ 509.691,04 (quinhentos e nove mil, seiscentos e noventa e um reais e quatro centavos)
Prazo de execução	120 dias
Regime de execução	Empreitada por Preço Global

1.2 JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

A futura intervenção visa atender os parâmetros de segurança e integridade na guarda dos veículos apreendidos pela Receita Federal, uma vez que serão executadas obras de muro, portão, guarita, sistemas de iluminação e monitoramento por câmeras.

Também sob a ótica da legislação municipal, visando impactar na segurança e bem-estar dos pedestres que passam pelo local, deverá ser construída a calçada defronte ao terreno. Sua inexistência, além de dificultar a locomoção de pedestres, propicia condições favoráveis a acidentes, seja por utilizar o terreno com irregularidades, seja por utilizar a via ao invés da calçada.

1.3 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

O recurso para atender a esta despesa está previsto pelo Plano de Engenharia 2022, constante na Portaria RFB nº 178, de 23 de maio de 2022, em seu anexo III, na iniciativa de número 2022121146.



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

As despesas decorrentes da execução do Contrato a ser firmado correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

- Unidade Gestora (UG): 170.156 – SRRF09;
- Gestão: 00001 - Tesouro;
- Fonte: 0150251030
- Programa de Trabalho Resumido: 204351
- Natureza da despesa (ND): **4.4.90.51.91 (Obras em Andamento)**.
- Plano Interno (PI): OBS

1.4 OBJETO

O objeto da licitação é a contratação de empresa especializada para execução das obras para construção do muro, guarita, calçadas e sistemas de iluminação e monitoramento por câmeras do Pátio de Veículos Apreendidos da Receita Federal do Brasil em Joinville/SC.

Unidade	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joinville/SC – DRF-JOI
Local	Pátio de Veículos Apreendidos - Rua José Elias Giuliani, 103, Joinville/SC
Área envolvida	648,66 m ² de muro em blocos de concreto com concertina; 16,5 m ² portão metálico de acesso; 10,87m ² de construção de uma guarita em alvenaria; 122,30 m ² de execução de calçadas em concreto; Sistema de Iluminação do Pátio; Sistema de Monitoramento por Câmeras;
Custo total do Projeto	R\$ 509.691,04 (quinhentos e nove mil, seiscentos e noventa e um reais e quatro centavos)
Prazo de execução	120 dias
Regime de execução	Empreitada por Preço Global

A solução proposta, de maneira geral, abrange:

- Construção de muro em blocos de concreto com concertina;
- Instalação de portão metálico de acesso com motor elétrico;
- Construção de uma guarita em alvenaria;
- Construção de calçadas em concreto no passeio público e instalação de piso podotátil;
- Construção de calçadas de concreto em torno da guarita;
- Execução de entrada de água da rede pública;
- Execução de ligação de esgoto à rede pública;
- Sistema de Iluminação do Pátio;
- Sistema de Monitoramento por Câmeras;



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

- Execução de Entrada de energia elétrica;

1.4.1 RELAÇÃO DOS SERVIÇOS A EXECUTAR

O escopo da contratação que se pretende e que está descrito no prosseguimento deste Projeto Básico é o seguinte:

- Gerenciamento
 - Emissão de ARTs/RRTs;
 - Realização de reuniões ordinárias e extraordinárias.
- Muro Patrimonial
 - Fornecimento e instalação de tapume;
 - Limpeza, preparo da superfície e destinação de material das áreas onde o muro será construído;
 - Execução de fundação em estacas;
 - Execução de vigas baldrame, blocos de fundação e pilares de concreto armado;
 - Execução de alvenaria em blocos e canaletas de concreto;
 - Fornecimento e instalação de portão metálico com motor;
 - Fornecimento e instalação de concertina;
 - Aplicação de pintura de proteção e acabamento no portão.
- Guarita
 - Limpeza e preparo da superfície;
 - Execução de fundação em estacas;
 - Execução de vigas, blocos de fundação, pilares e lajes em concreto armado;
 - Execução de alvenaria em tijolos cerâmicos;
 - Execução de reboco interno e externo;
 - Execução de cobertura;
 - Fornecimento e instalação de portas e janelas;
 - Instalações hidrossanitárias;
 - Instalações elétricas;
 - Fornecimento e instalação de pisos e revestimentos cerâmicos;
 - Execução de calçada no entorno da guarita;
 - Aplicação de pintura de proteção e acabamento.
- Calçada no passeio público
 - Limpeza e destinação de material das áreas onde a calçada será construída;
 - Preparação da área da calçada para recebimento de novo pavimento;
 - Execução da calçada em concreto;
 - Fornecimento e instalação do piso podotátil;
- Iluminação e Fornecimento de Energia
 - Implantação de poste com padrão de medição da Concessionária;
 - Instalação de postes para iluminação e câmeras;
 - Instalação de caixas de passagem e tubulação de conexão;
 - Passagem de cabos;

Superintendência Regional da Receita Federal na 9ª Região Fiscal
Rua Marechal Deodoro, 555
CEP 80020-911, Centro, Curitiba-PR



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

- Instalação de projetores Led nos postes;
- Instalação de proteção (disjuntores) no quadro de distribuição;
- Instalação de quadro de distribuição;
- Instalação de Sistema de monitoramento por câmeras
 - Instalação de câmeras no topo dos postes
 - Instalação de caixas de passagem e tubulação de conexão;
 - Instalação de cabeamento
 - Instalação de DVR;
 - Configuração do sistema
- Limpeza e serviços finais
 - Execução de serviços finais;
 - Execução de limpeza.

1.5 REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto desta licitação será contratado sob a forma de Execução Indireta, no regime de Empreitada por Preço Global. O regime de Empreitada por Preço Global, que é o regime mais indicado para construções de edificações “acima da terra”, pois apresentam boa precisão na estimativa de quantitativos.

1.6 CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO

Os serviços de execução de reformas e adequações enquadram-se como serviços técnico-profissionais especializados, conforme disposto no inciso I do artigo 13 da Lei nº 8.666/93. Dessa forma, **não se enquadram em serviços comuns**.

1.7 TIPO DE LICITAÇÃO

A licitação será do tipo **Menor Preço Global**.

1.8 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia para:
 - Construção de edificação em alvenaria de tijolos cerâmicos;
 - Construção em blocos de concreto;
 - Instalação de Iluminação;
 - Instalação de Sistema de Monitoramento por Câmeras;

Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

1.9 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

“são os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha” (Resolução CONAMA nº 307/2002, art. 2º, inciso I).

Os resíduos da construção civil subdividem-se em quatro classes (art. 3º da Resolução):

I - Classe A - são os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como:

- a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem;
- b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto;
- c) de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meios-fios etc.) produzidas nos canteiros de obras;

II - Classe B - são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras, embalagens vazias de tintas imobiliárias e gesso; (Redação dada pela Resolução nº 469/2015).

III - Classe C – são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem ou recuperação;

IV - Classe D - são resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde.

A Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, em seu art. 3º, § 2º, determina que “As embalagens de tintas usadas na construção civil serão submetidas a sistema de logística reversa, conforme requisitos da Lei nº 12.305/2010, que contemple a destinação ambientalmente adequados dos resíduos de tintas presentes nas embalagens. (Redação dada pela Resolução nº 469/2015).”

As embalagens vazias de tintas imobiliárias são consideradas resíduos de Classe B.



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

O §1º do art. 3º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002 conceitua embalagens vazias de tintas imobiliárias, como aquelas cujo recipiente apresenta apenas filme seco de tinta em seu revestimento interno, sem acúmulo de resíduo de tinta líquida.

Orienta-se que esse tipo de recipiente seja direcionado para os canais tradicionais de reciclagem já disponíveis ao público em geral. Tais embalagens, constituídas em geral de aço, possuem um valor de revenda significativo, sendo reaproveitadas no processo produtivo de setores como o siderúrgico.

2 ESPECIFICAÇÕES DE APLICAÇÃO GERAL

2.1 CONCEITUAÇÃO BÁSICA

Para fins deste documento, os termos abaixo têm os seguintes significados:

CONTRATANTE – Órgão que contrata o serviço, neste caso a SRRF09/RFB.

CONTRATADA – Pessoa jurídica, proponente vencedora do certame licitatório com a qual será firmado contrato.

SUBCONTRATADA – Empresa ou profissional a quem a CONTRATADA delegue parte dos serviços, com a anuência da CONTRATANTE e até o limite previsto.

FISCALIZAÇÃO – Representantes da Administração, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei Federal 8.666/93 para acompanhar e fiscalizar a execução contratual.

PREPOSTO – é o responsável, aceito pela Administração, por representar a Contratada na execução do contrato, admitindo-se que seja designado para tal um dos integrantes da Equipe Residente.

ORÇAMENTO PARADIGMA – Orçamento de referência, elaborado pela Administração, para o objeto a ser contratado, no caso, o Projeto Básico Completo. Funcionará como parâmetro para fixar os critérios de aceitabilidade das propostas na licitação.

ORDEM DE SERVIÇO – documento utilizado pela Administração para a solicitação, acompanhamento e controle de tarefas relativas à execução contratual.

OBRA DE ENGENHARIA – é a ação de construir, reformar, fabricar, recuperar ou ampliar um bem, na qual seja necessária a utilização de conhecimentos técnicos específicos envolvendo a participação de profissionais habilitados conforme o disposto na Lei 5.194/1966.

SERVIÇO DE ENGENHARIA – é toda atividade que necessite da participação e acompanhamento de profissional habilitado conforme o disposto na Lei 5.194/1966,

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – material no qual se fixam todas as regras e condições que se deve seguir para a execução da obra ou serviço de engenharia, caracterizando individualmente os materiais, equipamentos, elementos componentes, sistemas construtivos a serem aplicados e o modo como serão executados cada um dos serviços apontando, também, os critérios para a sua medição.

2.2 ABREVIATURAS E SIGLAS

Para fins desta especificação, as siglas abaixo têm os seguintes significados:

ME Ministério da Economia

Superintendência Regional da Receita Federal na 9ª Região Fiscal
Rua Marechal Deodoro, 555
CEP 80020-911, Centro, Curitiba-PR



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

RFB	Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
SRRF 9ªRF	Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal
DIPOL	Divisão de Programação e Logística
SAENG	Seção de Obras e Serviços de Engenharia
SALIC	Seção de Licitações
DRF-JOI	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Joinville/SC

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
ART	Anotação de Responsabilidade Técnica emitida pelo CREA
CAT	Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA
CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo
RRT	Registro de Responsabilidade Técnica emitido pelo CAU
RAT	Registro de Acervo Técnico emitido pelo CAU
SINAPI	Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil
INCC	Índice Nacional de Custo da Construção
BDI	Benefícios e Despesas Indiretas

2.3 COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

As informações recebidas durante o processo licitatório ou de execução do Contrato, deverão ser utilizadas exclusivamente no interesse restrito dos serviços licitados e/ou contratados, ciente que a pessoa física ou jurídica que assina contrato com o Governo Federal para a execução de trabalho sigiloso ou em áreas sigilosas, torna-se responsável, no âmbito das atividades que estiverem sob seu controle, pela segurança de todos os assuntos sigilosos ligados ao desenvolvimento dos trabalhos contratados.

2.4 DIREITOS PATRIMONIAIS

Pertencerão à RFB, sem qualquer ônus adicional, todos os direitos patrimoniais e autorais referentes aos projetos (e demais trabalhos realizados no âmbito do contrato), incluindo os direitos de divulgação em qualquer tipo de mídia, existente ou que venham a existir, garantindo-se, na divulgação, o crédito aos profissionais responsáveis pelos mesmos.

Os profissionais que estiverem designados para elaborar os projetos (e demais trabalhos realizados no âmbito do contrato) deverão autorizar a RFB a fazer quaisquer modificações que se fizerem necessárias, a seu exclusivo critério, nos projetos e demais trabalhos após sua entrega, independentemente de autorização específica de seus autores.

Por ocasião da assinatura do Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar Termo de Cessão de Direitos Autorais Patrimoniais, devidamente assinada por cada um dos responsáveis técnicos pela prestação dos serviços.

2.5 DESPESAS

Superintendência Regional da Receita Federal na 9ª Região Fiscal
Rua Marechal Deodoro, 555
CEP 80020-911, Centro, Curitiba-PR



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e a Administração não será responsável, direta ou indiretamente, por seus custos, independente do resultado do procedimento licitatório.

2.6 VISTORIA PRÉVIA/DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

A participação na presente licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constantes dos documentos técnicos que integram este Projeto Básico, podendo a licitante, caso entenda necessário, optar pela realização de vistoria.

A vistoria prévia tem a finalidade de fornecer ao proponente o exame, a conferência e a constatação prévia de todos os detalhes e características técnicas do edifício, para que o mesmo tome conhecimento de tudo aquilo que possa, de alguma forma, influir sobre o custo, preparação da proposta e execução do objeto, evitando possíveis inexecuções contratuais.

Todos os elementos descritos neste documento deverão ser minuciosamente estudados pela CONTRATADA, antes e durante a execução dos serviços, devendo informar à FISCALIZAÇÃO sobre qualquer eventual incoerência, falha ou omissão que for constatada.

A vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 09 (nove) horas às 16 (dezesseis) horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (49) 3644-1152.

O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura dos envelopes.

Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.

Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas à Comissão de Licitação, mediante correio eletrônico, no endereço salic.pr@rfb.gov.br.

A realização da visita prévia não se consubstancia em condição para a participação na licitação. No caso de impedimento de realizar a visita técnica, contudo, a licitante fica obrigada a preencher e entregar, juntamente com a documentação para habilitação, uma Declaração dando ciência de que tomou conhecimento pleno das informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

A não realização da visita não poderá ser alegada como fundamento para o inadimplemento total ou parcial de obrigações previstas em quaisquer documentos integrantes do instrumento convocatório.

Segue abaixo modelo do documento que deverá ser entregue na licitação em ambos os casos: realização da visita ou não realização.



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

2.6.1 MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES LOCAIS

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS

Declaro ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes ao objeto de que trata o Edital de nº....., inclusive das condições locais.

O edital em pauta trata da contratação de empresa para Construção do muro, guarita, calçadas e sistemas de iluminação e monitoramento por câmeras do Pátio de Veículos Apreendidos da Receita Federal do Brasil em Joinville/SC.

Diante do exposto, declaro-me ciente que não caberá qualquer recurso posterior à realização da licitação, baseado em desconhecimento de qualquer fato ou dados da especificação e edificação.

Joinville/SC, ____ de _____ de ____.

Nome e CNPJ da empresa

Assinatura e nº do CREA/CAU do profissional indicado pela empresa

2.7 CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

2.7.1 HABILITAÇÃO – CONDIÇÕES PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A qualificação técnica necessária para habilitação da proponente, se constituirá no atendimento dos requisitos a seguir, visando garantir o cumprimento dos serviços a contratar.

- a) A licitante deverá possuir registro ou inscrição no CREA ou CAU, comprovado por **certidão de registro de pessoa jurídica emitida pelo órgão competente** da jurisdição de origem da empresa, em nome desta.
- b) Comprovação de que tomou conhecimento das informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, por meio da **Declaração de Ciência das Condições Locais**, conforme estabelece o **item 2.6.1** deste Projeto Básico.
- c) **Indicação do Profissional de Nível Superior**, (vide modelo a seguir), que irá se responsabilizar tecnicamente pela execução dos serviços que integram o presente objeto. Neste rol estará o profissional cujos atestados serão computados para fins da capacitação técnica profissional, mencionada na alínea e) abaixo. Deverá ser indicado somente um profissional para responsabilidade técnica.

Superintendência Regional da Receita Federal na 9ª Região Fiscal
Rua Marechal Deodoro, 555
CEP 80020-911, Centro, Curitiba-PR



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

- d) Apresentar **Certidão de Registro de Pessoa Física** emitida pelo CREA ou CAU, da jurisdição do domicílio do profissional, em nome do Profissional de Nível Superior mencionada na alínea anterior, com habilitação para a execução do objeto para o qual foi indicado como responsável técnico. Esta certidão será dispensada caso o nome do profissional conste como responsável técnico na certidão de registro de pessoa jurídica do licitante.
- e) Não é necessário comprovar **Capacidade Técnica Profissional**.
- f) Não é necessário comprovar **Capacidade Técnica Operacional**.

2.7.1.1 *Modelo para indicação do responsável técnico*

A indicação de equipe técnica de que trata a alínea a, acima, será efetuada conforme modelo abaixo, contendo nome completo, título profissional, número de registro no CREA ou CAU, e natureza da relação profissional com a empresa licitante, a qual deverá ser comprovada pelas formas descritas no item 2.7.1, acima.

A indicação de equipe técnica deverá ser assinada pelo profissional indicado, comprovando ciência do conteúdo do Edital.



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

MODELO - INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

_____, inscrita no CNPJ nº _____/____-____, sediada em _____ (*endereço completo*), por intermédio de seu representante legal, _____, _____ (*cargo ou função que ocupa na empresa*), portador (a) da Carteira de Identidade nº _____, SSP-____, e do CPF nº _____-____, **DECLARA**, para fins da Tomada de Preços nº ____/20____, instruída pelo processo nº 10905.720116/2022-42, sob as penas da lei e das sanções administrativas cabíveis, que o profissional abaixo relacionado integra a Equipe Técnica de Nível Superior desta empresa para Construção do muro, guarita, calçadas e sistemas de iluminação e monitoramento por câmeras do Pátio de Veículos Apreendidos da Receita Federal do Brasil em Joinville/SC.

NOME COMPLETO	TÍTULO PROFISSIONAL	REGISTRO NO CONSELHO	RESPONSABILIDADE TÉCNICA	RELAÇÃO PROFISSIONAL ⁽¹⁾	ASSINATURA
	Engenheiro Civil	Ex: CREA nº XXX/XX	Responsável técnico pela execução	Profissional Contratado	

_____, ____ de _____ de 2022.

Assinatura do responsável pela empresa

¹ Relação entre o profissional e a empresa, em seu quadro permanente (sócio, diretor, empregado, responsável técnico, profissional contratado)



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

2.7.2 PROPOSTA DE PREÇOS E SEUS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

O orçamento de referência para elaboração da proposta de preço das licitantes encontra-se no APÊNDICE A deste Projeto Básico. Os valores apresentados nessas planilhas são a referência da Administração para a contratação que se pretende. A LICITANTE poderá apresentar custos unitários distintos do orçamento de referência, a partir de sua metodologia própria de orçamentação, contanto que atenda os critérios para aceitabilidade de preços abaixo:

Serão **desclassificadas** as propostas de preço cujo valor global e/ou algum dos preços unitários dos itens seja superior ao valor de referência da Administração.

O objeto será executado pelo valor total da proposta da licitante adjudicatária, que incluirá todas as despesas necessárias à sua perfeita e completa realização, incluindo os custos necessários à realização do objeto. A Receita Federal do Brasil não fornecerá à CONTRATADA, materiais, mão-de-obra etc., para a execução dos serviços propostos, os quais correrão inteiramente sob a responsabilidade e ônus da CONTRATADA.

2.8 ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

Valor Global paradigma: R\$ 509.691,04 (quinhentos e nove mil, seiscentos e noventa e um reais e quatro centavos).

2.9 CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

3 PROCEDIMENTOS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

3.1 NORMAS DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços deverá atender, além das disposições contidas neste documento, as Normas e Práticas Complementares relacionadas a seguir, no que couber, independente de transcrição.

- a) O contratado será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas FEDERAIS, ESTADUAIS e MUNICIPAIS direta ou indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato;
- b) Normas da ABNT relativas ao objeto desta Especificação Técnica;
- c) Normas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia;
- d) Normas das concessionárias de serviços públicos;
- e) Código de segurança contra incêndio e pânico do estado de Santa Catarina;
- f) Instruções e Resoluções dos órgãos do Sistema CREA-CONFEA e do CAU;
- g) Portaria RFB/SUCOR/COPOL nº 566 de 2011 e suas alterações;
- h) Manual de Normas e Padrões de Infra-Estrutura de Redes da RFB/COTEC, de 2005 e suas atualizações;
- i) Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais, estabelecidos pela Decreto 92.100 de 1985, e atualizadas através da Portaria 2.296 de 1997 (Práticas SEAP).



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

Nos casos omissos e suscetíveis de dúvida, a CONTRATADA deverá recorrer à FISCALIZAÇÃO para esclarecimentos ou orientação, sendo as decisões finais sempre comunicadas por escrito.

3.2 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Este Projeto Básico fará parte integrante do CONTRATO, independentemente de transcrição, devendo a CONTRATADA, no ato da assinatura do CONTRATO, rubricar todas as páginas de um exemplar deste documento, como prova do seu assentimento com o que nele está contido.

Também são obrigações da CONTRATADA:

- Executar o contrato conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;
- Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
 - A responsabilidade de que trata o subitem anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo, em qualquer caso, a contratada ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade;
- Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual/Distrital OU Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
 - A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

- Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.
- Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

- Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
 - O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
 - Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;
- Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;
- Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;
- Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;
- Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);
- Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

- Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
 - Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
 - Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 15/03/2014, e legislação correlata;
 - Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.
- Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
- Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:
 - O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
 - Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
 - resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reserva de material para usos futuros;
 - resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
 - resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

- resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
 - Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;
 - Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.
- Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
 - Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
 - Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;
 - Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;
- Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.
- Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos;
- Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);
- No caso de execução de obras:
 - Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela contratada, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;
 - Em caso de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, haverá retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada e não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

dias, aceitar que contratante efetue o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato;

- Subcontratar somente empresas que aceitem expressamente as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018.
- Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1845, de 22 de novembro de 2018.

3.3 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE:

- A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.
- Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

- O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- No caso de obras, cumpre, ainda, à fiscalização:
 - solicitar, mensalmente, por amostragem, que a contratada apresente os documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados alocados na execução da obra, em especial, quanto:
 - ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
 - à concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;
 - à concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
 - aos depósitos do FGTS; e
 - ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
 - solicitar, por amostragem, aos empregados da contratada, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes, por meio da apresentação de extratos, de forma que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano da contratação, o que não impedirá que a análise de extratos possa ser realizada mais de uma vez em relação a um mesmo empregado;
 - oficiar os órgãos responsáveis pela fiscalização em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS;
 - somente autorizar a subcontratação se as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018 forem expressamente aceitas pela subcontratada.

- As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

- A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4 MATERIAIS

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, nas quantidades necessárias à execução do objeto, conforme especificação técnica.

3.5 PRAZOS

3.5.1 PRAZO DE EXECUÇÃO



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

A execução contratual se iniciará com emissão da primeira Ordem de Serviço (OS) pela FISCALIZAÇÃO. A OS deverá ser emitida em **até 15 (quinze) dias** consecutivos após a assinatura do Contrato, período para mobilização da Contratada.

O **PRAZO DE EXECUÇÃO** do objeto compreenderá o período necessário à execução do objeto. Este prazo corresponderá ao período máximo de **120** (cento e oitenta) dias consecutivos.

3.5.2 PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

O **PRAZO DE VIGÊNCIA** do Contrato resultante desta licitação se iniciará na data de assinatura do Contrato e vigorará por **300 (trezentos) dias consecutivos**. Este prazo abrange o período para mobilização da contratada, o prazo de execução dos serviços, o prazo de recebimento dos serviços conforme item 3.14 e o prazo da garantia conforme item 3.6.

A **CONTRATADA** deverá apresentar, antes do início dos trabalhos, as ART/RRT referentes à execução dos serviços.

3.6 GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

Será considerada extinta a garantia:

- com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

No caso previsto pelo Artigo nº 48 da Lei 8.666/93, se a licitante vencedora do certame apresentar proposta de preço inferior a 80% (oitenta por cento) da média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, será exigida garantia adicional, dentre as modalidades indicadas acima, igual a diferença entre o valor da proposta e a média aritmética descrita acima.

O prazo da garantia deverá se estender até o término da vigência contratual.

3.7 SUBCONTRATAÇÃO

Todos os serviços mencionados neste documento serão executados sob responsabilidade da CONTRATADA, observada a responsabilidade técnica dos profissionais envolvidos em cada atividade. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 15% (quinze por cento) e exclusivamente para as seguintes parcelas:

- Sistema de Iluminação do Pátio;
- Sistema de Monitoramento por Câmeras;
- Execução de Entrada de energia elétrica;

A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos legais de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

A empresa CONTRATADA se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando a CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

3.8 SUBSTITUIÇÃO

A substituição de responsáveis técnicos, cujos Atestados de Capacidade Técnica tenham contribuído para a habilitação da licitante, somente será admitida se o outro possuir acervo técnico equivalente ou superior ao apresentado na licitação para o profissional a ser substituído.

A proposta de substituição de profissional deverá ser feita por escrito, devidamente fundamentada, e incluirá a indicação do novo profissional com a comprovação de seu acervo técnico, acompanhada da baixa da ART/RRT do profissional que está sendo substituído e emissão de nova ART/RRT em nome do profissional que o substituirá. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada e formalmente aprovada pelo Fiscal do Contrato.

3.9 ACRÉSCIMOS DE DESPESAS

Nenhum serviço ou aquisição que resulte em acréscimo de despesa para a CONTRATANTE poderá ser executado pela CONTRATADA sem autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO, a qual deverá respeitar os trâmites legais para tal concessão.

Com base no art. 13 do Decreto 7.983/2013 e a Orientação Técnica IBRAOP nº 004/2012, as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças deste Projeto Básico, dentro da margem de precisão de 10% (dez por cento) do valor de cada item do orçamento não ensejará aditamentos ao Contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

3.10 REAJUSTE

Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento a que a proposta se referir.

Buscando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, estabelece-se que o contrato será reajustado periodicamente a cada doze meses, na hipótese de a execução contratual extrapolar por qualquer razão este período, a contar da data base. O reajuste será aplicado conforme o estabelecido pela Lei Federal nº 8.666/92, Lei Federal nº 10.192/2001, Decreto Federal nº 1.054/1994, e conforme critérios abaixo:

- A data base coincidirá com a data limite para apresentação da proposta de preço na licitação. O reajuste será aplicável a partir do mesmo dia e mês do ano seguinte;
- O índice aplicado será o Índice Nacional de Custos da Construção (INCC-DI), calculado e publicado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), acumulado no período.

Dentro do prazo de vigência do contrato e a partir do pedido da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano da referência acima mencionada, aplicando-se o Índice

Superintendência Regional da Receita Federal na 9ª Região Fiscal
Rua Marechal Deodoro, 555
CEP 80020-911, Centro, Curitiba-PR



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

Nacional de Custos da Construção (INCC-DI), calculado e publicado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), acumulado no período exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

3.11 MEDIÇÕES, FATURAS E PAGAMENTOS

A CONTRATADA deverá apresentar, segundo suas metodologias próprias e sua capacidade produtiva, um cronograma físico. Este cronograma deverá respeitar o prazo máximo do projeto definido neste documento e a distribuição coerente dos serviços ao longo do tempo. A não apresentação ou reprovação do CRONOGRAMA sugerido pela CONTRATADA implicará na utilização do CRONOGRAMA elaborado pela CONTRATANTE para fins de acompanhamento, medição e pagamento do projeto.

A aceitação do objeto das entregas ficará condicionada a avaliação da qualidade do mesmo, o que se dará através da Fiscalização, a ser exercida por servidor especialmente designado pela Administração e, caso se aplique, por empresa de assessoria à fiscalização eventualmente contratada.

A emissão de fatura pela CONTRATADA será precedida obrigatoriamente de:

- i. **Solicitação** de medição feita pela CONTRATADA à FISCALIZAÇÃO;
- ii. Emissão de **Planilha de Medição** pela FISCALIZAÇÃO, onde constarão as etapas executadas e aprovadas;
- iii. Emissão de **Relatório Circunstanciado** nos termos do item 3.13 deste Projeto Básico;

Os documentos elencados nos itens ii. e iii. acima serão datados e assinados tanto pela FISCALIZAÇÃO quanto pela CONTRATADA de forma digital (assinatura eletrônica certificada) ou por meio físico em uma via para cada uma das partes. Após a assinatura os procedimentos serão os seguintes:

- i. A CONTRATADA emitirá Nota Fiscal;
- ii. A CONTRATADA encaminhará a planilha de Medição assinada juntamente com a Nota Fiscal e demais documentos, conforme seu enquadramento fiscal;

Superintendência Regional da Receita Federal na 9ª Região Fiscal
Rua Marechal Deodoro, 555
CEP 80020-911, Centro, Curitiba-PR



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

- iii. A FISCALIZAÇÃO emitirá Despacho de Ateste para pagamento;
- iv. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

A Nota Fiscal deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ indicado na proposta de preço e nos documentos de habilitação, bem como na Nota de Empenho.

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período de prestação dos serviços;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

No caso de obras, caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações de que trata a IN SEGES/MP nº 6, de 2018, a contratante comunicará o fato à contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

Na hipótese prevista no subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, a contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

O contrato poderá ser rescindido por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato.

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, mediante Ordem Bancária.

3.12 DIÁRIO DE OBRAS

Caberá à contratada o fornecimento e manutenção de um “DIÁRIO DE OBRAS”, devidamente numerado e rubricado pela fiscalização e pela contratada, que permanecerá disponível para escrituração no local da obra ou serviço.

Serão obrigatoriamente registrados no “DIÁRIO DE OBRAS”, pela contratada:

1. como primeira observação, a data da assinatura do Contrato e da expedição da primeira Ordem de Serviço
2. as condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos;
3. as falhas nos serviços de terceiros não sujeitos à sua ingerência;
4. as consultas à fiscalização;
5. as datas de conclusão de etapas caracterizadas, de acordo com o cronograma aprovado;
6. os acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos;
7. as respostas às interpelações da fiscalização; e
8. outros fatos que a juízo da contratada, devam ser objeto de registro.
9. Serão registrados no “DIÁRIO DE OBRAS”, pela fiscalização:
10. observações cabíveis a propósito dos lançamentos da contratada no “DIÁRIO DE OBRAS”;
11. observação sobre o andamento da obra ou serviço, tendo em vista os Projetos, Especificações, prazos e cronogramas;



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

12. soluções às consultas, lançadas ou formuladas pela contratada, com correspondência simultânea para autoridade superior, quando for o caso;
13. restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da contratada, seus prepostos e sua equipe;
14. determinação de providências para o cumprimento do Projeto e Especificações; e
15. outros fatos que, a juízo da fiscalização devam ser objeto de registro.

3.13 FISCALIZAÇÃO

A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração, designado(s) por portaria, doravante denominado(s) FISCAL DE CONTRATO ou FISCALIZAÇÃO. Quando necessário, a FISCALIZAÇÃO poderá ser assessorada por empresa especializada a ser contratada para esse fim. Competirá à FISCALIZAÇÃO:

- O controle da execução dos serviços contratados em suas diversas fases;
- Decidir sobre dúvidas surgidas no decorrer do trabalho;
- Expedir por escrito as determinações e comunicações dirigidas à contratada;
- Autorizar as providências necessárias junto a outras Entidades;
- Proceder às medições dos serviços;
- Manter a ADMINISTRAÇÃO informada quanto ao andamento do contrato, dos serviços e das ocorrências que devam ser objeto de apreciação superior.

As exigências da FISCALIZAÇÃO se basearão no Edital do certame e seus anexos, no cronograma e planilhas de custos apresentadas pela CONTRATADA e nas normas a obedecer.

Ao final de cada fase, a FISCALIZAÇÃO examinará os produtos entregues, sua conformidade com o cronograma físico-financeiro e elaborará **relatório circunstanciado** em 2 (duas) vias, uma ao contratado e outra para o processo, em que atestará ou não a conformidade do objeto e com seu cronograma. O relatório deverá conter avaliação acerca da aceitação das etapas entregues, solicitação de esclarecimentos (quando for o caso), proposições de alteração das soluções técnicas apresentadas e demais informações pertinentes à execução do Contrato. Em caso de conformidade, o Fiscal do Contrato informará à Contratada, por intermédio do referido relatório, acompanhado da planilha de medição, a aceitação das etapas e autorizará a emissão dos documentos de cobrança. Caso alguma etapa apresente pequenas imperfeições ou necessidade de alterações, mas não justifiquem a sua rejeição, o Fiscal do Contrato aceitará a etapa e discriminará no relatório as falhas encontradas e as alterações propostas. Entretanto, quando a fase analisada não estiver em conformidade com o Contrato, a FISCALIZAÇÃO rejeitará as respectivas etapas, discriminando no relatório as irregularidades encontradas e providenciará a imediata comunicação dos fatos à SRRF09 e à CONTRATADA, ficando esta, ciente da obrigação de sanar as irregularidades apontadas e de que estará, conforme o caso, passível das sanções cabíveis. À CONTRATADA caberá sanar todas as irregularidades e imperfeições apontadas e efetuar as alterações solicitadas no relatório, submetendo à aprovação do Fiscal do Contrato as etapas rejeitadas e as que sofreram alterações. As etapas rejeitadas não poderão ser pagas até que sejam regularizadas. O período de análise de cada uma das fases será computado no prazo de execução do contrato.



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

3.13.1 FORMALIZAÇÕES

As comunicações e o encaminhamento de documentos só se darão por satisfeitos se processados e/ou encaminhados através de instrumentos formais (ofício, carta, fax, e-mail, telegrama ou outra modalidade ideográfica).

3.14 RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

O objeto será recebido em duas etapas, conforme preconiza a Lei 8.666/93. A primeira etapa será em caráter provisório, pela FISCALIZAÇÃO do contrato, quando da execução total do objeto.

O **Recebimento Provisório** se dará em até 15 (quinze) dias após comunicação escrita da CONTRATADA de conclusão dos serviços e será formalizado por Termo de Recebimento Provisório, emitido em 2 (duas) vias assinadas pelo FISCAL e por representante da CONTRATADA.

Caso seja constatado o não-cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das condições contratuais, a FISCALIZAÇÃO lavrará relatório circunstanciado dirigido à CONTRATADA, indicando o não recebimento provisório do objeto em função das falhas ou irregularidades constatadas. Momento em que volta a ser contabilizado o prazo de execução. A FISCALIZAÇÃO aguardará nova comunicação formal da CONTRATADA quanto às adequações e término dos serviços.

Após formalizado o recebimento provisório, a CONTRATANTE por meio de servidor ou comissão designada para tal, efetuará o **Recebimento Definitivo**. Será emitido Termo de Recebimento Definitivo após decorrido o prazo de vistoria, em que se comprovará a adequação do objeto aos termos contratuais. O Recebimento Definitivo atenderá às exigências constantes da legislação pertinente e ainda as indicadas abaixo:

- Será global, isto é, referente a todos os serviços objeto do contrato;
- Será feito, no máximo, 90 (noventa) dias após o recebimento provisório, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados;
- Somente será emitido após terem sido atendidas todas as reclamações da FISCALIZAÇÃO;

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pelos aspectos técnicos do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato. Dessa forma, caberá aos profissionais envolvidos sanar quaisquer irregularidades ou incompatibilidades detectadas posteriormente.

A Administração rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

3.15 SANÇÕES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 quem recusar injustificadamente a assinatura do contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação, fraudar na execução do contrato e cometer fraude fiscal.

A Contratada que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- i. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante e ao objeto da contratação;
- ii. Multa moratória:



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

- a) de 0,02% (dois centésimos por cento) por dia de atraso injustificado no início da execução do contrato, calculada sobre o valor total da contratação;
- b) de 5,0% (cinco por cento) por atraso no andamento do serviço, calculado sobre a diferença entre o valor acumulado previsto no cronograma físico-financeiro e o valor acumulado dos serviços concluídos, apurada a cada 3 (três) meses a partir da medição da 3ª fase. Esta multa somente será aplicada se o valor do atraso acumulado for maior do que 5% (cinco por cento) do valor global do contrato;
- c) de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso na fase de entrega provisória do serviço, calculada sobre o valor do saldo remanescente para o pagamento da última fase do serviço, limitada a 10% do mesmo valor;
- d) de 0,5 % (cinco décimos por cento) sobre o valor total do Contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição estabelecida como obrigação da Contratada não especificada nas alíneas “a”, “b” e “c” deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;
- e) de 2,0% (dois por cento) sobre o valor do contrato, no caso de não manutenção das condições de habilitação durante toda a execução do contrato;
- f) em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;

As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

iii. Multa compensatória:

- a) de 10,0 % (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da Administração, motivado por culpa da Contratada, não se eximindo a mesma das demais sanções cabíveis;
- b) de 10,0% (dez por cento) sobre o valor total da proposta no caso de injustificada recusa da adjudicatária em firmar o termo de contrato.

Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

iv. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a SRRF09/RFB, pelo prazo de até dois anos;

v. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior;

Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, com prazo de defesa prévia de 5 (cinco) dias úteis, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999 e a Portaria RFB nº 3.090, de 2011.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, as consequências da infração para a SRRF09, a reincidência do infrator com a Secretaria da Receita Federal do Brasil nos últimos 12 meses contados da celebração do contrato, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da notificação e será limitada a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

O valor da(s) multa(s) aplicada(s) deverá(ão) ser recolhido(s) em qualquer agência do Banco do Brasil S.A., por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do valor da garantia e, se necessário, do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

Dos atos da Administração decorrentes da aplicação de advertência, multa, suspensão temporária e impedimento de licitar e contratar caberá recurso, interposto no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, dirigido ao Chefe da Seção de Programação e Logística da SRRF09, e pedido de reconsideração de decisão do Ministro da Economia, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

Os recursos que não preencherem pressupostos recursais não serão conhecidos.

Todas as sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, sendo que as sanções de multa moratória, suspensão temporária, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade também serão publicadas na imprensa oficial e as três últimas penalidades serão registradas no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEI) da Controladoria-Geral da União.

4 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS

O serviço contratado consiste na Construção do muro, guarita, calçadas e sistemas de iluminação e monitoramento por câmeras do Pátio de Veículos Apreendidos da Receita Federal do Brasil em Joinville/SC, DRF/JOI.

4.1 INFORMAÇÕES GERAIS

O Pátio de Veículos Apreendidos encontra-se implantado num terreno com 3.003,52 m², situado na Rua José Elias Giuliani, número 103 (antiga Rua Fritz Alt), em Joinville/SC. Possui frente: 8,50m, 24,75m, 14,42m com a Rua José Elias Giuliani; lateral direita: 63,00m, com Prefeitura Municipal de Joinville; lateral esquerda: 63,40m, com Associação dos Deficientes Físicos de Joinville; fundos: 47,65m, com a Prefeitura Municipal de Joinville. Coordenadas: -26.305063 (28°18'18,2"S), -48.831876 (48°49'54,8"W).



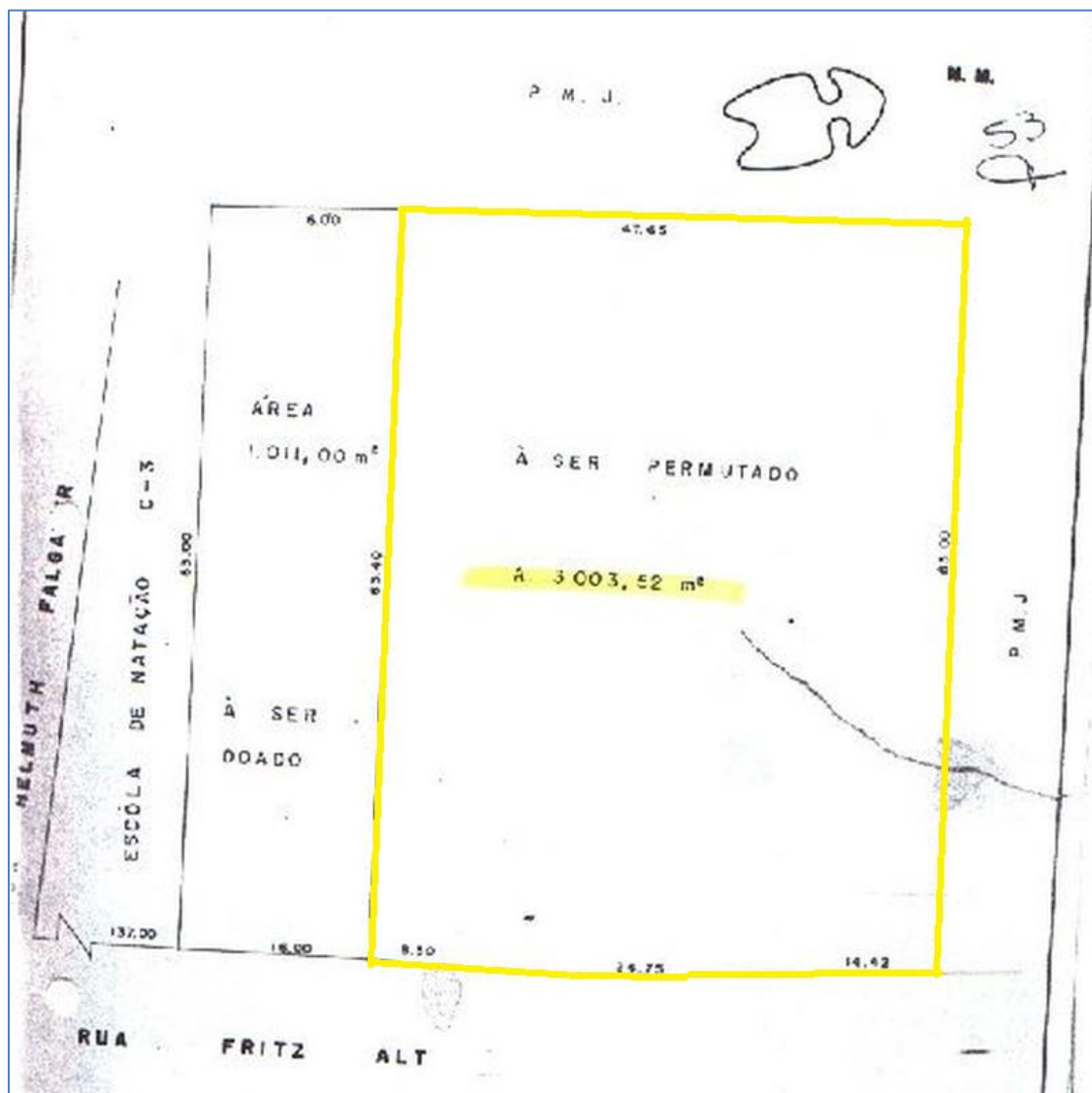
Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG



TERRENO - PÁTIO DE VEÍCULOS APREENDIDOS – RFB
Coordenadas: -26.305063 (28°18'18,2"S), -48.831876 (48°49'54,8"W)



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG



Locação do terreno. Fonte: SPIUnet.

Será construído muro patrimonial em todo o perímetro do terreno, com 3,0 metros de altura e, instalação de concertina dupla. A área de muro é de 648,66 m². O portão de acesso será pela rua José Elias Giuliari e terá vão livre de 5,5 metros e altura de 3.0 metros.

A guarita será em alvenaria e terá área de 10,87 m² com Área de Recepção e BWC.

As calçadas serão em concreto, no entorno da guarita e no passeio público defronte à Rua José Elias Giuliari, com soma das áreas igual a 130,88 m².

Antes do início dos serviços, conforme previsto no cronograma físico-financeiro, a empresa CONTRATADA deverá analisar e endossar os dados, diretrizes e exequibilidade dos projetos, apontar com antecedência os pontos que eventualmente possa discordar, responsabilizando-se consequentemente por seus resultados, para todos os efeitos futuros.

Os serviços serão realizados com rigorosa observância aos procedimentos especificados, respectivos detalhes e estrita obediência às prescrições e exigências deste Caderno de Encargos, devendo ser executados

Superintendência Regional da Receita Federa na 9ª Região Fiscal
Rua Marechal Deodoro, 555
CEP 80020-911, Centro, Curitiba-PR

Documento de 96 página(s) assinado digitalmente. Pode ser consultado no endereço <https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx> pelo código de localização EP16.1222.08407.Y1SX. Consulte a página de autenticação no final deste documento.



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

com perfeição e segurança todos os serviços/obras descritos, indicados ou mencionados em todas as Especificações e nos desenhos que a compõem, fornecendo todos os materiais, mão-de-obra e equipamentos necessários.

Para solucionar divergências entre os projetos, caderno de encargos, planilha de preços e outros documentos anexos ou referenciados pelo PROJETO BÁSICO COMPLETO, fica estabelecido que:

1. As normas da ABNT e das concessionárias de serviços públicos prevalecem sobre esta Especificação Técnica que prevalece sobre os projetos;
2. As especificações técnicas constantes dos Projetos, inclusive quanto aos materiais e quantitativos a serem empregados na execução dos serviços contratados, prevalecerão sobre as constantes do Caderno de Encargos e da Planilha de Preços;
3. As especificações técnicas constantes do Caderno de Encargos, inclusive quanto aos materiais a serem empregados na execução dos serviços contratados, prevalecerão sobre as constantes da Planilha de Preços.
4. As especificações técnicas constantes dos Projetos Específicos, inclusive quanto aos materiais e quantitativos a serem empregados na execução dos serviços contratados, prevalecerão sobre as constantes dos Projetos Gerais;
5. Todos os serviços constantes dos desenhos e não mencionados nesta Especificação Técnica e vice-versa, serão interpretados como parte dos projetos.

4.1.1 TERMINOLOGIAS

PARA OS ESTRITOS EFEITOS DESSE CADERNO DE ENCARGOS, SÃO ADOTADAS AS SEGUINTE DEFINIÇÕES/TERMINOLOGIAS:

CADERNO DE ENCARGOS: Conjunto de especificações, critérios, condições e procedimentos técnicos estabelecidos pelo Contratante para a contratação, execução, fiscalização e controle de obras ou serviços.

CONTRATADA: Empresa ou profissional contratado, de acordo com a legislação em vigor, para a execução da obra ou serviço.

CONTRATANTE: A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal –SRRF09, que contrata a empresa ou profissional para execução da obra de reforma e serviços necessários.

DIÁRIO DE OBRA: Livro em que são registrados diariamente pela CONTRATADA e, a cada vistoria, pela Fiscalização, fatos, observações e comunicações relevantes ao andamento da obra ou, quando necessário, do serviço.

DISCRIMINAÇÃO TÉCNICA: Conjunto de materiais, equipamentos e técnicas de execução a serem empregados na obra ou serviço.

DISPOSIÇÕES GERAIS: Conjunto de normas, instruções e procedimentos técnicos para a licitação, contratação e fiscalização de obras ou serviços.

ESPECIFICAÇÕES DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS: Normas destinadas a fixar as características, condições ou requisitos exigíveis para matérias-primas, produtos semiacabados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais semiacabados.

FISCALIZAÇÃO: Atividade exercida de modo sistemático pelo CONTRATANTE e seus prepostos, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

INSTRUÇÕES TÉCNICAS: Conjunto de indicações para se tratar e levar a termo um serviço técnico de Engenharia e Arquitetura, definindo e caracterizando o seu objeto, nelas incluindo-se o Caderno de Encargos de Serviços.

MATERIAIS OU EQUIPAMENTOS SIMILARES: A equivalência/ similaridade de componentes da edificação será fundamentada em certificados de testes e ensaios realizados por laboratórios idôneos, aceitos pelo Contratante e adotando-se os seguintes critérios (conforme Art. 70 da IN/COSEG-SAG nº 01, de 21/07/1992 do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento):

- **Materiais ou equipamentos similar-equivalentes** – Que desempenham idêntica função e apresentam as mesmas características exigidas nos projetos (equivalente técnico). O ajuste será feito sem compensação financeira para as partes e deverá ser autorizado pela Fiscalização no Diário de Obras.

- **Materiais ou equipamentos similar-semelhantes** – Que desempenham idêntica função, mas não apresentam as mesmas características exigidas nos projetos. O ajuste será feito com compensação financeira para uma das partes e somente poderá ser autorizado pela Autoridade Contratante, através de aditivo contratual.

OBRA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA: Trabalho segundo as determinações do projeto e as normas adequadas, destinadas a modificar, adaptar, recuperar ou criar um bem, ou que tenha como resultado qualquer transformação, preservação ou recuperação do ambiente natural, doravante denominado simplesmente obra.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO: Representação gráfica (Sistema de Gantt) do andamento previsto para a obra ou serviço, em relação ao tempo e respectivos desembolsos financeiros. O Cronograma Físico-Financeiro é dividido em:

- **Item:** cada uma das barras horizontais do cronograma, ou seja, serviços individualizados necessários para a realização total do objeto do contrato;

- **Etapas:** cada uma das partes em que está dividido um item, correspondendo, a cada uma delas, uma parcela do prazo total de execução constante do cronograma, que não poderá ser menor que 30 (trinta) dias;

- **Fase:** conjunto das diversas etapas do cronograma realizadas em determinado tempo.

PROJETISTA: Equipe ou profissional autor do(s) projeto(s).

PROJETO: Definição qualitativa e quantitativa dos atributos técnicos, econômicos e financeiros de uma obra ou serviço, com base em dados, elementos, informações, estudos, discriminações técnicas, cálculos, desenhos, normas, projeções e disposições especiais.

PROJETO BÁSICO: Conjunto de elementos que definam a obra ou serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, com a definição técnica e dimensional da solução adotada, contendo a concepção clara e precisa do sistema proposto, bem como a indicação de todos os componentes, características e materiais a serem utilizados, que possibilitem a estimativa de seu custo final e prazo de execução, bem como sejam suficientes à contratação do mesmo.

PROJETO COMO CONSTRUÍDO ("As Built"): Definição qualitativa e quantitativa de todos os serviços executados, resultante do Projeto Executivo, com as alterações e modificações havidas durante a execução. O "As Built" é composto pelo conjunto de desenhos, memoriais, especificações e demais elementos técnicos que detalhem com precisão como e onde os serviços foram executados, visando facilitar a manutenção, reparos, reforma e outras obras e serviços que eventualmente poderão ser realizados.

PROJETO EXECUTIVO: Conjunto de desenhos, discriminações técnicas, Caderno de Encargos e demais elementos que formam a definição completa da obra ou serviço, suficientes à execução completa da mesma. Será elaborado pela Empresa CONTRATADA.



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

SERVIÇO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA: Serviço que envolve atribuições profissionais de Engenheiro ou Arquiteto, relativo a manutenção, conservação, demolição, conserto, reforma, fabricação, montagem, operação, reparo e instalação de bens, equipamentos e instalações, e serviços técnicos profissionais de Engenharia e Arquitetura.

SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA: Serviços que envolvem atribuições profissionais de Engenheiro ou Arquiteto, relativos a supervisão, orientação técnica, coordenação, estudo, planejamento, projeto, especificação, assistência técnica, assessoria, consultoria, ensaio, vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo, parecer técnico, elaboração de orçamento, apropriações e fiscalização, sondagens e topografia.

4.1.2 CERTIFICAÇÃO DO SISTEMA DE QUALIDADE

O Caderno de Encargos será o instrumento hábil para a indicação do modelo de Garantia de Qualidade selecionado pela CONTRATANTE para materiais e serviços relativos ao objeto do contrato.

O Sistema de Qualidade adotado pela CONTRATADA deverá ser estruturado de conformidade com a Norma NBR 19004 - Gestão da Qualidade e Elementos do Sistema da Qualidade - Diretrizes, devendo contemplar, no mínimo, os seguintes elementos:

- Responsabilidade e autoridade pela qualidade, definindo explicitamente as responsabilidades gerais e específicas pela qualidade;
- Estrutura organizacional, apresentando a estrutura da Gestão de Qualidade da Contratada, bem como as linhas de autoridade e comunicação;
- Recursos e pessoal, indicando os recursos humanos e materiais a serem utilizados pela Contratada;
- Procedimentos operacionais, indicando as atividades da Contratada para o cumprimento dos objetivos da qualidade.

Por “Certificação de Produtos” entende-se a verificação e aprovação da conformidade de um produto a determinada especificação ou norma técnica. A ISO define alguns modelos para Certificação de Produtos, assim como o INMETRO e Institutos como o IPT.

4.1.3 CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

Obriga-se a empresa CONTRATADA a fornecer à CONTRATANTE, sempre que solicitado, “Certificação de Sistema de Qualidade”, “Certificação de Produtos – Marca de Conformidade” e “Referência Técnica – RT” relativas a produtos e sistemas construtivos de uso previsível, na obra, particularmente em caso de controvérsia ou de substituição de material especificado no Caderno de Encargos.

Após o recebimento provisório da obra ou serviço, e até o seu recebimento definitivo, a CONTRATADA deverá fornecer toda a assistência técnica necessária à solução das imperfeições detectadas na vistoria final, bem como as surgidas neste período, independentemente de sua responsabilidade civil.

4.1.4 ASPECTOS GERAIS PARA A OBRA



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

A CONTRATADA será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis à execução do objeto do contrato, inclusive por suas SUBCONTRATADAS e fornecedores.

Durante a execução dos serviços e obras, a CONTRATADA deverá:

- Providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica - ART's referente à responsabilidade técnica pela execução do objeto do contrato, observada as especialidades pertinentes, nos termos da Lei n.º 6496/77;
- Apresentar à Delegacia Regional do Trabalho, antes do início dos trabalhos, as informações pertinentes à sua identificação e ao objeto do contrato, bem como o Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - PCMAT, de conformidade com a Portaria N.º 4/95 da Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho e modificações posteriores;
- Arcar com todos os custos necessários à obtenção de licenças para a execução dos serviços contratados; A obra deverá ser entregue completa e em condições de funcionamento pleno. Ficará a cargo da Contratada qualquer serviço ou material necessário para a perfeita execução dos serviços, mesmo quando não expressamente indicados nas especificações. Somente quando expressamente excluídos, tais materiais ou serviços imprescindíveis a utilização da obra deixará de constituir obrigação contratual;
- Tomar as providências necessárias para que, sempre que a utilização do serviço depender de aprovação de outras entidades (concessionárias de abastecimento elétrico, de água e de gás e de serviços de telefonia e saneamento, Corpo de Bombeiros, etc.), esta aprovação seja obtida em tempo hábil, para não atrasar o início da utilização, que deverá coincidir com a entrega da obra/serviço, cabendo-lhe, ainda, providenciar as vistorias, testes e aprovações de entidades, quando for o caso, arcando com o pagamento das taxas e emolumentos correspondentes;
- Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços e obras objeto do contrato;
- Atender às normas e portarias sobre segurança e saúde no trabalho e providenciar os seguros exigidos em lei e no Caderno de Encargos, na condição de única e responsável por acidentes e danos que eventualmente causar a pessoas físicas e jurídicas direta ou indiretamente envolvidas nos serviços e obras objeto do contrato;
- Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o recebimento definitivo dos serviços e obras;
- Observar as normas de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, de acordo com a **ABNT NBR 9050**; Leis nº 10.048, de 8/11/2000 e 10.098, de 19/12/2000; Decreto nº 5.296, de 2/12/2004, demais normas correlatas;
- Fornecer e instalar os equipamentos conforme as normas **ABNT NBR ISO 9386-1** (Plataformas de elevação motorizadas para pessoas com mobilidade reduzida – Requisitos para segurança, dimensões e operação funcional - Parte1: Plataformas de elevação vertical) e **ABNT NBR NM 313** (Elevadores de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação - Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência);
- Seguir rigorosamente, no que couber, os dispositivos do Manual de Obra Públicas – Edificações – Práticas da SEAP – Construções;
- Seguir rigorosamente, no que couber, os dispositivos da Instrução Normativa COSEG/SAG nº 1, de 21 de julho de 1992, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento;



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

- No que couber, empregar materiais e executar os serviços observando os termos e condições oriundos da Instrução Normativa MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, publicada no DOU nº 40, de 20/1/2010, Seção 1, páginas 40/41 (Critérios de Sustentabilidade Ambiental);
- Providenciar Diário de Ocorrências e registrar fatos e observações relevantes ao andamento dos serviços, na forma prevista no edital de licitação;
- Atender as solicitações do Fiscal do contrato ou Comissão de Recebimento formalmente designados, inerentes ao objeto contratado;
- Encaminhar à Contratante os elementos informativos solicitados, tais como: cronogramas, quadros demonstrativos, análises de materiais corpos de prova, ou outros, relativos às obras e serviço objeto do Contrato.

4.1.5 NORMAS E PRÁTICAS COMPLEMENTARES

A execução dos serviços e obras de construção, reforma ou ampliação de uma edificação ou conjunto de edificações, deverá atender também às seguintes Normas e Práticas Complementares:

- Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais (práticas da SEAP - <http://www.comprasnet.gov.br/publicacoes/manual.htm>);
- Normas da ABNT e do INMETRO, especialmente as seguintes: NB-252/82 Segurança na execução de obras e Serviços de construção (NBR-7678); NB-598/77 Contratação, execução e supervisão de demolições (NBR-5682); NR-1 Disposições gerais (norma governamental); NR-18 Obras de construção, demolição e reparos (norma governamental);
- Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos;

Caso sejam observadas quaisquer discrepâncias entre a indicação das Normas Técnicas e os procedimentos de execução indicados nesse Caderno de Encargos o CONSTRUTOR deve seguir a orientação das Normas Técnicas da ABNT.

4.1.6 RESPONSABILIDADES

Durante a execução dos serviços e obras, a CONTRATADA deverá:

- Providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica - ART's referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei n.º 6496/77;
- Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objeto do contrato;
- Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o Recebimento Definitivo dos serviços.

4.1.7 SUBCONTRATAÇÃO



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

A CONTRATADA não poderá, sob nenhum pretexto ou hipótese, subcontratar todos os serviços e obras objeto do contrato.

Sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, a CONTRATADA poderá, durante a execução do contrato, subcontratar as seguintes partes dos serviços:

- Sistema de Iluminação do Pátio;
- Sistema de Monitoramento por Câmeras;
- Execução de Entrada de energia elétrica.

4.1.8 VERIFICAÇÃO DOS PROJETOS

A Empresa interessada poderá realizar VISITA TÉCNICA ao local onde será realizada a obra para colher as informações que julgar oportunas para elaboração de sua proposta de preço; verificação e comparação de todos o material que compõe o Projeto Básico, inclusive as especificações constantes deste Caderno de Encargos e dos demais documentos técnicos fornecidos pela CONTRATANTE para a execução da obra ou serviço. Caso ela opte por não realizar a visita, deverá apresentar um termo/declaração de que tem conhecimento de todas as condições locais e dos projetos apresentados no edital.

Dos resultados dessa VISITA TÉCNICA, poderá a LICITANTE, ainda que na condição de proponente, dar imediata comunicação escrita a CONTRATANTE, antes da apresentação da proposta, quanto às discrepâncias sobre quaisquer transgressões às normas técnicas, regulamentos ou normas de posturas legais em vigor, de forma a serem sanados os erros, omissões ou divergências que possam afetar/embaraçar o perfeito funcionamento da obra e/ou formulação da proposta de preços.

Em face do disposto, a CONTRATANTE não aceitará, “a posteriori”, que a CONTRATADA venha a considerar como “serviços extraordinários” aqueles que resultem da interpretação dos desenhos dos projetos, inclusive detalhes, e do prescrito nesse Caderno de Encargos e das Planilhas Orçamentária-financeira sintética e analítica.

4.1.9 PROJETOS E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS DOS SERVIÇOS E OBRAS

A CONTRATADA deverá executar os serviços e obras em conformidade com desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projetos, bem como com as informações e instruções contidas neste Caderno de Encargos.

A CONTRATADA deverá utilizar modernos e eficientes equipamentos e ferramentas necessárias à boa execução das obras e empregar os métodos de trabalho mais eficientes e seguros.

Os projetos e planilhas orçamentárias (materiais, serviços, quantitativos e preços) apresentados, são artefatos do projeto básico, cabendo à CONTRATADA, antes do início dos serviços, analisar e endossar todos os dados, diretrizes e exequibilidade destes projetos e planilhas, desenvolvendo os projetos executivos e apontando com antecedência os pontos com que eventualmente possa discordar, para que a FISCALIZAÇÃO efetue a análise desses pontos em discordância e emita um parecer indicando a solução que será aplicada.

Compete à CONTRATADA fazer prévia visita ao local da obra para proceder minucioso exame das condições locais e averiguar os serviços e materiais a empregar.



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

Nenhum trabalho adicional ou modificação do projeto fornecido pelo CONTRATANTE será efetivado pela CONTRATADA sem a prévia e expressa autorização da FISCALIZAÇÃO, respeitadas todas as disposições e condições estabelecidas no contrato.

A CONTRATADA submeterá previamente à aprovação da FISCALIZAÇÃO toda e qualquer alternativa de aplicação de materiais, serviços e equipamentos a ser considerada na execução dos serviços e obras objeto do contrato, devendo comprovar rigorosamente a sua equivalência, de conformidade com os requisitos e condições estabelecidas no Projeto Básico e seus Anexos.

4.1.10 REFERÊNCIA TÉCNICA

ART – Referência Técnica – é a avaliação e aprovação técnica do desempenho previsível de um produto ou sistema construtivo, extensivo ainda ao processo de produção ou sistema. A emissão de RT é concedida após avaliação do desempenho do produto ou sistema construtivo, em laboratório ou em campo, com verificação do controle da qualidade da fabricação. O CONTRATANTE admite como organismo emissor da RT, o IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas (São Paulo – SP).

A estabilidade e o perfeito funcionamento dos sistemas executados são de inteira responsabilidade dos executores.

Para a execução da obra deverão ser consultados todos os artefatos de projetos complementares.

Nenhuma alteração nas plantas, detalhes ou especificações, determinando ou não alteração de custo da obra ou serviço, será executada sem autorização da CONTRATANTE e/ou dos RESPONSÁVEIS TÉCNICO pelos projetos licitados.

Todos os materiais e equipamentos a empregar nas obras deverão ser fornecidos pela CONTRATADA.

Todos os materiais e equipamentos a empregar nas obras deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade e satisfarão rigorosamente às condições estipuladas nestas Especificações e Projetos.

Não será admitido o emprego de materiais usados ou de materiais diferentes dos especificados.

A CONTRATADA só poderá usar qualquer material depois de submetê-lo, através de amostra, ao exame e aprovação da FISCALIZAÇÃO, a quem caberá impugnar o seu emprego, quando em desacordo com as Especificações. As despesas decorrentes de tal providência correrão por conta da CONTRATADA.

As amostras de materiais aprovadas pela FISCALIZAÇÃO, depois de convenientemente autenticadas por esta e pela CONTRATADA, serão cuidadosamente conservadas no canteiro da obra até o fim dos trabalhos, de forma a facultar, a qualquer tempo, a verificação de sua perfeita correspondência aos materiais fornecidos ou já empregados.

A CONTRATANTE se reserva o direito de, em qualquer época, testar e ensaiar qualquer peça, elemento ou parte da construção, podendo rejeitá-las, observadas as normas e especificações da ABNT, com despesas a cargo da CONTRATADA.

Obriga-se a CONTRATADA a retirar do recinto das obras os materiais porventura impugnados pela FISCALIZAÇÃO, dentro de 72 horas, a contar da Ordem de Serviço atinente ao assunto, sendo proibido manter no recinto das obras quaisquer materiais que não satisfaçam as especificações indicadas neste Caderno de Encargos e nos Projetos.

4.1.11 MATERIAIS EQUIVALENTES OU SIMILARES



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

Quando houver motivos ponderáveis para substituição de um material especificado por outro, a CONTRATADA apresentará, por escrito, a proposta de substituição, instruindo-a com as razões determinantes do pedido, com o orçamento do material especificado na substituição da proposta.

A substituição somente será aprovada quando da mesma resultar melhoria técnica ou similaridade comprovada, a critério da CONTRATANTE, e se processará com compensação financeira para as partes, devendo ser previamente autorizado pela CONTRATANTE.

A equivalência/similaridade de componentes da edificação será fundamentada em certificados de testes e ensaios realizados por laboratórios idôneos, aceitos pelo Contratante e adotando-se os seguintes critérios (conforme Art. 70 da IN/COSEG-SAG nº 01, de 21/07/1992 do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento):

- **Materiais ou equipamentos similar-equivalentes** – Que desempenham idêntica função e apresentam as mesmas características exigidas nos projetos (equivalente técnico). O ajuste será feito sem compensação financeira para as partes e deverá ser autorizado pela Fiscalização no Diário de Obras.

- **Materiais ou equipamentos similar-semelhantes** – Que desempenham idêntica função, mas não apresentam as mesmas características exigidas nos projetos. O ajuste será feito com compensação financeira para uma das partes e somente poderá ser autorizado pela Autoridade Contratante, através de aditivo contratual.

Quando não houver compensação financeira, a substituição poderá ser autorizada pela Fiscalização no Diário de Obra.

A consulta sobre similaridade deverá ser efetuada pela CONTRATADA em tempo oportuno, não admitindo a Fiscalização, em nenhuma hipótese, que a referida consulta sirva para justificar o não cumprimento dos prazos estabelecidos no Contrato.

Caberá à parte interessada na substituição o ônus da apresentação de toda a documentação necessária à análise. A similaridade será julgada, em qualquer caso, pela CONTRATANTE.

4.1.12 NORMAS DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A CONTRATADA deverá obedecer às Normas Regulamentadoras (NR) expedidas pelos órgãos governamentais competentes e normas da que tratam da Segurança e Medicina do Trabalho, fornecendo todos os equipamentos e tomando todas as medidas necessárias a segurança do trabalhador e na obra, as suas expensas, no que couberem especialmente as seguintes:

NR 1 - DISPOSIÇÕES GERAIS

As Normas Regulamentadoras - NR, relativas à segurança e medicina do trabalho, são de observância obrigatória pelas empresas privadas e públicas e pelos órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

NR 4 - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E EM MEDICINA DO TRABALHO

As empresas privadas e públicas, os órgãos públicos da administração direta e indireta e dos poderes Legislativo e Judiciário, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, manterão, obrigatoriamente, Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, com a finalidade de promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador no local de trabalho. O dimensionamento dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

vincula-se à gradação do risco da atividade principal e ao número total de empregados do estabelecimento, constantes dos Quadros I e II, anexos, observadas as exceções previstas nesta NR.

NR 5 - COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA - tem como objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador. A CONTRATADA deve verificar a obrigatoriedade conforme Anexos da NR 5.

NR 6 - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI

Para os fins de aplicação desta Norma Regulamentadora - NR, considera-se Equipamento de Proteção Individual - EPI, todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho.

Entende-se como Equipamento Conjugado de Proteção Individual, todo aquele composto por vários dispositivos, que o fabricante tenha associado contra um ou mais riscos que possam ocorrer simultaneamente e que sejam suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho.

O equipamento de proteção individual, de fabricação nacional ou importado, só poderá ser posto à venda ou utilizado com a indicação do Certificado de Aprovação - CA, expedido pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, nas seguintes circunstâncias:

- a) sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho;
- b) enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implantadas; e,
- c) para atender a situações de emergência.

NR 9 - PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS

Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, visando a preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e consequente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais. As ações do PPRA devem ser desenvolvidas no âmbito de cada estabelecimento da empresa, sob a responsabilidade do empregador, com a participação dos trabalhadores, sendo sua abrangência e profundidade dependentes das características dos riscos e das necessidades de controle.

NR 10 - SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE

Esta Norma Regulamentadora – NR estabelece os requisitos e condições mínimas objetivando a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores que, direta ou indiretamente, interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade.

NR 11 - TRANSPORTE, MOVIMENTAÇÃO, ARMAZENAGEM E MANUSEIO DE MATERIAIS



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

Esta Norma Regulamentadora – NR estabelece os requisitos para operação de elevadores, guindastes, transportadores industriais e máquinas transportadoras.

NR 12 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Esta Norma Regulamentadora – NR estabelece os requisitos para: instalações e áreas de trabalho, normas de segurança para dispositivos de acionamento, partida e parada de máquinas e equipamentos, normas sobre proteção de máquinas e equipamentos, normas para manutenção e operação, entre outros.

NR 17 - ERGONOMIA

Esta Norma Regulamentadora visa a estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente. As condições de trabalho incluem aspectos relacionados ao levantamento, transporte e descarga de materiais, ao mobiliário, aos equipamentos e às condições ambientais do posto de trabalho, e à própria organização do trabalho.

Para avaliar a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, cabe ao empregador realizar a análise ergonômica do trabalho, devendo a mesma abordar, no mínimo, as condições de trabalho, conforme estabelecido nesta Norma Regulamentadora.

NR 18 - CONDIÇÕES E MEIO AMBIENTE DE TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que objetivam a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na Indústria da Construção. Consideram-se atividades da Indústria da Construção as constantes do Quadro I, Código da Atividade Específica, da NR 4 - Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho e as atividades e serviços de demolição, reparo, pintura, limpeza e manutenção de edifícios em geral, de qualquer número de pavimentos ou tipo de construção, inclusive manutenção de obras de urbanização e paisagismo. É vedado o ingresso ou a permanência de trabalhadores no canteiro de obras, sem que estejam assegurados pelas medidas previstas nesta NR e compatíveis com a fase da obra. A observância do estabelecido nesta NR não desobriga os empregadores do cumprimento das disposições relativas às condições e meio ambiente de trabalho, determinadas na legislação federal, estadual e/ou municipal, e em outras estabelecidas em negociações coletivas de trabalho.

NR 21 - TRABALHOS A CÉU ABERTO

Esta Norma tem como objetivo estabelecer os requisitos mínimos para trabalhos a céu aberto. Nos trabalhos realizados a céu aberto, é obrigatória a existência de abrigos, ainda que rústicos, capazes de proteger os trabalhadores contra intempéries. Serão exigidas medidas especiais que protejam os trabalhadores contra a insolação excessiva, o calor, o frio, a umidade e os ventos inconvenientes. Aos trabalhadores que residirem no local do trabalho, deverão ser oferecidos alojamentos que apresentem adequadas condições sanitárias.

NR 23 – PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIOS

Conforme a NR 23, todas as empresas/locais de trabalho deverão possuir:

- a) Proteção contra incêndio;
- b) Saídas suficientes para a rápida retirada do pessoal em serviço, em caso de incêndio;
- c) Equipamento suficiente para combater o fogo em seu início;



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

- d) Pessoas adestradas no uso correto desses equipamentos;
- e) Saídas;
- f) Os locais de trabalho deverão dispor de saídas, em número suficiente e dispostas de modo que aqueles que se encontrem nesses locais possam abandoná-los com rapidez e segurança, em caso de emergência.

NR 26 – SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA

Esta Norma Regulamentadora - NR tem por objetivo fixar as cores que devem ser usadas nos locais de trabalho para prevenção de acidentes, identificando os equipamentos de segurança, delimitando áreas, identificando as canalizações empregadas nas indústrias para a condução de líquidos e gases e advertindo contra riscos.

NR 33 - SEGURANÇA E SAÚDE NOS TRABALHOS EM ESPAÇOS CONFINADOS

Esta Norma tem como objetivo estabelecer os requisitos mínimos para identificação de espaços confinados e o reconhecimento, avaliação, monitoramento e controle dos riscos existentes, de forma a garantir permanentemente a segurança e saúde dos trabalhadores que interagem direta ou indiretamente nestes espaços.

Espaço Confinado é qualquer área ou ambiente não projetado para ocupação humana contínua, que possua meios limitados de entrada e saída, cuja ventilação existente é insuficiente para remover contaminantes ou onde possa existir a deficiência ou enriquecimento de oxigênio.

NR 35 – TRABALHO EM ALTURA

Esta Norma estabelece os requisitos mínimos e as medidas de proteção para o trabalho em altura, envolvendo o planejamento, a organização e a execução, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores envolvidos direta ou indiretamente com esta atividade.

NBR-7678 SEGURANÇA NA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO NBR-5682 CONTRATAÇÃO, EXECUÇÃO E SUPERVISÃO DE DEMOLIÇÕES

4.1.13 SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

Antes do início dos trabalhos, a CONTRATADA deverá elaborar e apresentar à FISCALIZAÇÃO o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, em conformidade com a NR 9, visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e consequente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

A CONTRATADA deverá obedecer às Normas Regulamentadoras (NR) expedidas pelos órgãos governamentais competentes e normas da ABNT que tratam da Segurança e Medicina do Trabalho, fornecendo todos os equipamentos e tomando todas as medidas necessárias à segurança do trabalhador e na obra, as quais ficam às suas expensas.

A CONTRATADA fornecerá aos funcionários todos os equipamentos de proteção individual exigidos pela NR 6 - Equipamentos de Proteção Individual (EPI), tais como: capacetes e óculos especiais de segurança, protetores faciais, luvas e mangas de proteção, botas de borracha e cintos de segurança, de conformidade

Superintendência Regional da Receita Federal na 9ª Região Fiscal
Rua Marechal Deodoro, 555
CEP 80020-911, Centro, Curitiba-PR



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

com a natureza dos serviços e obras em execução. Também deverão ser fornecidos todos os Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC).

A CONTRATADA deverá manter organizada, limpas e em bom estado de higiene as instalações do canteiro de serviço, especialmente as vias de circulação, passagens e escadarias, refeitórios e alojamentos, coletando e removendo regularmente as sobras de materiais, entulhos e detritos em geral.

A CONTRATADA deverá estocar e armazenar os materiais de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e a circulação de materiais, obstruir portas e saídas de emergência e impedir o acesso de equipamentos de combate a incêndio.

A CONTRATADA manterá no canteiro de serviço equipamentos de proteção contra incêndio e brigada de combate a incêndio, na forma das disposições em vigor.

Caberá à CONTRATADA comunicar à FISCALIZAÇÃO e, nos casos de acidentes fatais, à autoridade competente, da maneira mais detalhada possível, por escrito, todo tipo de acidente que ocorrer durante a execução dos serviços e obras, inclusive princípios de incêndio.

Cumprirá à CONTRATADA manter no canteiro de serviço medicamentos básicos e pessoal orientado para os primeiros socorros nos acidentes que ocorram durante a execução dos trabalhos, nos termos da NR 18.

Caberá à CONTRATADA controlar a entrada e saída de materiais, máquinas, equipamentos e pessoas, bem como manter a ordem e disciplina em todas as dependências do canteiro de serviço.

O CONTRATANTE realizará inspeções periódicas no canteiro de serviço, a fim de verificar o cumprimento das medidas de segurança adotadas nos trabalhos, o estado de conservação dos equipamentos de proteção individual e dos dispositivos de proteção de máquinas e ferramentas que ofereçam riscos aos trabalhadores, bem como a observância das demais condições estabelecidas pelas normas de segurança e saúde no trabalho.

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA (EPC)

Serão obrigatórias as medidas dispostas a seguir, bem como os equipamentos relacionados, obedecido ao estabelecido nas Normas Regulamentadoras NR-18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção e NR-1 Disposições Gerais. Todos os equipamentos de segurança de uso individual e coletivo deverão ser fornecidos e custeados pela CONTRATADA.

Medidas de proteção contra quedas de altura. É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção de materiais. As aberturas no piso devem ter fechamento provisório resistente.

As aberturas, em caso de serem utilizadas para o transporte vertical de materiais e equipamentos, devem ser protegidas por guarda-corpo fixo, no ponto de entrada e saída de material, e por sistema de fechamento do tipo cancela ou similar.

É obrigatória, na periferia da edificação, a instalação de proteção contra queda de trabalhadores e projeção de materiais a partir do início dos serviços necessários à concretagem da primeira laje.

A proteção contra quedas, quando constituída de anteparos rígidos, em sistema de guarda-corpo e rodapé, deve atender aos seguintes requisitos:

- a) ser construída com altura de 1,20m (um metro e vinte centímetros) para o travessão superior e 0,70m (setenta centímetros) para o travessão intermediário;
- b) ter rodapé com altura de 0,20m (vinte centímetros);
- c) ter vãos entre travessas preenchidos com tela ou outro dispositivo que garanta o fechamento seguro da abertura.



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

Em todo perímetro da construção de edifícios com mais de 4 (quatro) pavimentos ou altura equivalente, é obrigatória a instalação de uma plataforma principal de proteção na altura da primeira laje que esteja, no mínimo, um pé-direito acima do nível do terreno. Essa plataforma deve ter, no mínimo, 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de projeção horizontal da face externa da construção e 1 (um) complemento de 0,80m (oitenta centímetros) de extensão, com inclinação de 45º (quarenta e cinco graus), a partir de sua extremidade. A plataforma deve ser instalada logo após a concretagem da laje a que se refere e retirada, somente, quando o revestimento externo do prédio acima dessa plataforma estiver concluído.

O perímetro da construção de edifícios, além do disposto nos subitens, deve ser fechado com tela a partir da plataforma principal de proteção. A tela deve constituir-se de uma barreira protetora contra projeção de materiais e ferramentas. A tela deve ser instalada entre as extremidades de 2 (duas) plataformas de proteção consecutivas, só podendo ser retirada quando a vedação da periferia, até a plataforma imediatamente superior, estiver concluída.

Serão obedecidas as recomendações de NR-18 relativas ao telamento de fachadas, incluídas no subtítulo "Tapumes e Plataformas de Proteção".

O fechamento será executado com tela de arame galvanizado nº 14, nylon ou equivalente, e malha de 3 cm, no máximo, admitindo-se o emprego de material de resistência equivalente.

As plataformas de proteção devem ser construídas de maneira resistente e mantidas sem sobrecarga que prejudique a estabilidade de sua estrutura.

Movimentação e transporte de materiais e pessoas. O transporte vertical de materiais e de pessoas, objeto de subtítulo específico na NR-18, será executado com os equipamentos e as precauções ali preconizados. É terminantemente proibido o transporte simultâneo de cargas e pessoas.

Os equipamentos de transporte vertical de materiais e de pessoas devem ser dimensionados por profissional legalmente habilitado.

A montagem e desmontagem devem ser realizadas por trabalhador qualificado. A manutenção deve ser executada por trabalhador qualificado, sob supervisão de profissional legalmente habilitado.

Todos os equipamentos de movimentação e transporte de materiais e pessoas só devem ser operados por trabalhador qualificado, o qual terá sua função anotada em Carteira de Trabalho.

No transporte vertical e horizontal de concreto, argamassas ou outros materiais, é proibida a circulação ou permanência de pessoas sob a área de movimentação da carga, sendo a mesma isolada e sinalizada.

Quando o local de lançamento de concreto não for visível pelo operador do equipamento de transporte ou bomba de concreto, deve ser utilizado um sistema de sinalização, sonoro ou visual, e, quando isso não for possível deve haver comunicação por telefone ou rádio para determinar o início e o fim do transporte.

No transporte e descarga dos perfis, vigas e elementos estruturais, devem ser adotadas medidas preventivas quanto à sinalização e isolamento da área.

Os acessos da obra devem estar desimpedidos, possibilitando a movimentação dos equipamentos de guindar e transportar.

Antes do início dos serviços, os equipamentos de guindar e transportar devem ser vistoriados por trabalhador qualificado, com relação a capacidade de carga, altura de elevação e estado geral do equipamento.

Estruturas ou perfis de grande superfície somente devem ser içados com total precaução contra rajadas de vento.

Todas as manobras de movimentação devem ser executadas por trabalhador qualificado e por meio de código de sinais convencionados.



Ministério da Economia – ME
 Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
 Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
 Divisão de Programação e Logística – DIPOL
 Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

Devem ser tomadas precauções especiais quando da movimentação de máquinas e equipamentos próximo a redes elétricas.

O levantamento manual ou semi-mecanizado de cargas deve ser executado de forma que o esforço físico realizado pelo trabalhador seja compatível com a sua capacidade de força, conforme a NR-17 - Ergonomia.

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)

Serão de uso obrigatório os equipamentos relacionados no quadro a seguir, obedecido o disposto nas Normas Regulamentadoras NR-6 - Equipamento de Proteção Individual - EPI e NR-1 - Disposições Gerais. Todos os equipamentos de segurança de uso individual e coletivo deverão ser fornecidos e custeados pela CONTRATADA.

PROTEÇÃO	EQUIPAMENTO Com Certificado de Aprovação – CA (NR 6)	TIPO DE RISCO
CABEÇA	Capacete de segurança	Proteção: contra impactos de objetos sobre o crânio; contra choques elétricos; proteção do crânio e face contra riscos provenientes de fontes geradoras de calor nos trabalhos de combate a incêndio
	Capuz	Proteção do crânio e pescoço: contra riscos de origem térmica; contra respingos de produtos químicos; proteção do crânio em trabalhos onde haja risco de contato com partes giratórias ou móveis de máquinas
OLHOS E FACES	Óculos	Proteção dos olhos: contra impactos de partículas volantes; contra luminosidade intensa; radiações ultra-violeta e infra-vermelha; respingos de produtos químicos
	Protetor facial	Proteção da face: contra impactos de partículas volantes; respingos de produtos químicos; radiação infra-vermelha; contra luminosidade intensa
	Máscara de Solda	Proteção dos olhos e faces: contra impactos de partículas volantes; radiações ultravioleta e infravermelha; contra luminosidade intensa



Ministério da Economia – ME
 Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
 Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
 Divisão de Programação e Logística – DIPOL
 Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

AUDITIVA	Protetor auditivo	Proteção do sistema auditivo contra níveis de pressão sonora superiores ao estabelecido pela NR 15 – Atividades e Operações Insalubres: Protetor auditivo circum-auricular; de inserção; semi-auricular
RESPIRATÓRIA	Respirador purificador de ar	Proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas, fumos e radionuclídeos; contravapores orgânicos ou gases ácidos em Ambientes com concentração inferior a 50 ppm (parte por milhão); contra partículas e gases emanados de produtos químicos;
	Respirador de adução de ar	Proteção das vias respiratórias em atmosferas com concentração Imediatamente Perigosa à Vida e à Saúde e em ambientes confinados;
	Respirador de fuga	Proteção das vias respiratórias contra agentes químicos em condições de escape de atmosferas Imediatamente Perigosa à Vida e à Saúde ou com concentração de oxigênio menor que 18 % em volume
TRONCO	Vestimentas	Vestimentas de segurança que ofereçam proteção ao tronco contra riscos de origem térmica, mecânica, química, radioativa e meteorológica e umidade proveniente de operações com uso de água
	Coletes	Colete à prova de balas de uso permitido para vigilantes que trabalhem portando arma de fogo, para proteção do tronco contra riscos de origem mecânica
MEMBROS SUPERIORES	Luva	Proteção das mãos contra agentes abrasivos e escoriantes; agentes cortantes e perfurantes; contra choques elétricos; contra agentes térmicos, agentes biológicos, agentes químicos; contra vibrações; contra radiações ionizantes
	Creme protetor	Proteção dos membros superiores contra agentes químicos
	Manga	Proteção do braço e do antebraço contra choques elétricos; contra agentes abrasivos e escoriantes; agentes cortantes e perfurantes; contra umidade proveniente de operações com uso de água; contra agentes térmicos



Ministério da Economia – ME
 Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
 Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
 Divisão de Programação e Logística – DIPOL
 Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

	Braçadeira	Proteção do antebraço contra agentes cortantes
	Dedeira	Proteção dos dedos contra agentes abrasivos e escoriantes
MEMBROS INFERIORES	Calçado	Proteção contra impactos de quedas de objetos sobre os artelhos; contra choques elétricos; contra agentes térmicos; agentes cortantes e escoriantes; proteção dos pés e pernas contra umidade proveniente de operações com uso de água; e contra respingos de produtos químicos
	Meia	Proteção dos pés contra baixas temperaturas
	Perneira	Proteção das pernas contra agentes abrasivos e escoriantes; respingos de produtos químicos; agentes térmicos; contra umidade proveniente de operações com uso de água
	Calça	Proteção das pernas contra agentes abrasivos e escoriantes; respingos de produtos químicos; agentes térmicos; contra umidade proveniente de operações com uso de água
CORPO INTEIRO	Macacão	Proteção do tronco e membros superiores e inferiores contra chamas; agentes térmicos; respingos de produtos químicos; contra umidade proveniente de operações com uso de água
	Conjunto	Conjunto de segurança, formado por calça e blusão ou jaqueta ou paletó, para proteção do tronco e membros superiores e inferiores contra chama; agentes térmicos; respingos de produtos químicos; contra umidade proveniente de operações com uso de água
	Vestimenta de corpo inteiro	Vestimenta de segurança para proteção de todo o corpo contra respingos de produtos químicos; umidade proveniente de operações com água; contra choques elétricos
CONTRA QUEDAS COM DIFERENÇA DE NÍVEL	Dispositivo trava-queda	Dispositivo trava-queda de segurança para proteção do usuário contra quedas em operações com movimentação vertical ou horizontal, quando utilizado com cinturão de segurança para proteção contra quedas



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

	Cinturão	Cinturão de segurança para proteção do usuário contra riscos de queda em trabalhos em altura; e contra riscos de queda no posicionamento em trabalhos em altura
--	----------	---

Observação: Os itens constantes no quadro acima não são exaustivos e sim de requisito mínimo, devendo a CONTRATADA avaliar a necessidade adicional de EPIs para cada atividade e garantir o fornecimento e uso correto.

4.1.14 PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS

E obrigatória a adoção de medidas que atendam, de forma eficaz, as necessidades de prevenção e combate a incêndio para os diversos setores, atividades, máquinas e equipamentos do canteiro de obras.

E proibida a execução de serviços de soldagem e corte a quente nos locais onde estejam depositadas, ainda que temporariamente, substâncias combustíveis, inflamáveis e explosivas.

Deve-se tomar especial cuidado contra incêndio nos locais confinados e onde são executadas pinturas, aplicação de laminados, pisos, papéis de parede e similares, com emprego de cola, bem como nos locais de manipulação e emprego de tintas, solventes e outras substâncias combustíveis, inflamáveis ou explosivas, conforme indicado pela NR 18.

Os canteiros de obra devem ter equipes de operários organizadas e especialmente treinadas no correto manejo do material disponível para o primeiro combate ao fogo.

Serão colocados, pela CONTRATADA, extintores de incêndio para proteção das instalações do canteiro de obras.

Eficiente e ininterrupta vigilância será exercida pela CONTRATADA para prevenir riscos de incêndio no canteiro de obras.

Poderá a FISCALIZACAO, sempre que julgar necessário, ordenar providencias para modificar hábitos de trabalhadores e depósitos de materiais que ofereçam riscos de incêndio as obras.

4.1.15 SEGUROS E ACIDENTES

Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho de execução das obras e serviços contratados, uso indevido de patentes registradas, e ainda que resultante de caso fortuito e por qualquer causa, a destruição ou danificação da obra em construção até a definitiva aceitação da mesma pelo CONTRATANTE, bem como indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos na via pública.

4.1.16 EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E OBRAS

Os serviços contratados serão executados rigorosamente de acordo com os projetos e especificações fornecidos pela Contratante.

Para o planejamento e execução deverão ser considerados as seguintes premissas e requisitos da RFB:
Duração máxima da obra: 120 dias consecutivos.



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

Execução com no mínimo 02 (duas) frentes em paralelo formada por equipes distintas. Uma para o muro e outra para os demais serviços.

O cronograma da obra, elaborado pela RFB, considera a liberação das áreas de forma a minimizar os impactos nas operações da planta, mantendo sua continuidade e permitindo que a execução da obra seja possível no prazo previsto.

Durante a execução dos serviços e obras a CONTRATADA deverá:

- Submeter a aprovação da FISCALIZAÇÃO até 05 (cinco) dias após o início dos trabalhos o projeto das instalações provisórias ou canteiro de serviço compatível com o porte e características do objeto do contrato, definindo todas as áreas de vivência, dependências, espaços, instalações e equipamentos necessários ao andamento dos serviços e obras conforme NR 18.
- Providenciar as ligações provisórias das utilidades necessárias à execução dos serviços e obras, como água e energia elétrica;
- Manter no local dos serviços e obras instalações, funcionários e equipamentos em número, qualificação e especificação adequados ao cumprimento do contrato;
- Submeter à aprovação da FISCALIZAÇÃO o plano de execução e o cronograma detalhado dos serviços e obras, elaborados de conformidade com o cronograma do contrato, e os projetos executivos;
- Providenciar para que os materiais, mão de obra e demais suprimentos estejam em tempo hábil nos locais de execução, de modo a satisfazer as necessidades previstas no cronograma e plano de execução dos serviços e obras objeto do contrato;
- Alocar os recursos necessários a administração e execução dos serviços e obras, inclusive os destinados ao pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato;
- Submeter previamente a aprovação da FISCALIZAÇÃO eventuais ajustes no cronograma e plano de execução dos serviços e obras, de modo a mantê-la perfeitamente informada sobre o desenvolvimento dos trabalhos;
- Submeter previamente a aprovação da FISCALIZAÇÃO qualquer modificação nos métodos construtivos originalmente previstos no plano de execução dos serviços e obras;
- Executar os ajustes nos serviços, concluídos ou em execução, determinados pela FISCALIZAÇÃO;
- Comunicar imediatamente a FISCALIZAÇÃO qualquer ocorrência de fato anormal ou extraordinário que ocorra no local dos trabalhos;
- Submeter a aprovação da FISCALIZAÇÃO os protótipos ou amostras dos materiais e equipamentos a serem aplicados nos serviços e obras objeto do contrato;
- Realizar, através de laboratórios previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos;
- Evitar, o máximo possível, interferências com as atividades da Contratante no local dos serviços e obras, programando adequadamente e com antecedência as atividades executivas;
- Elaborar os relatórios periódicos de execução dos serviços e obras, elaborados em conformidade com os requisitos estabelecidos no Caderno de Encargos;
- Providenciar junto aos órgãos Federais, Estaduais e Municipais e concessionárias de serviços públicos a vistoria e regularização dos serviços e obras, como a Prefeitura Municipal, arcando com todos os custos inerentes a estes serviços.

Superintendência Regional da Receita Federal na 9ª Região Fiscal
Rua Marechal Deodoro, 555
CEP 80020-911, Centro, Curitiba-PR



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

- Retirar até 05 (cinco) dias após o recebimento provisório dos serviços e obras, todo pessoal, máquinas, equipamentos, materiais, e instalações provisórias do local dos trabalhos, deixando todas as áreas do canteiro de serviço limpas, reconstituídas e livres de entulhos e detritos de qualquer natureza.
- Custear e exercer completa vigilância no canteiro de obras, ficando responsável por guardar materiais, máquinas, equipamentos, ferramentas, utensílios e demais componentes necessários a execução da obra e a mesma será também responsável por qualquer sinistro que acarrete prejuízo material e/ou financeiro que possa ocorrer durante a execução dos serviços.

4.1.17 EXECUÇÃO DE SERVIÇOS EM HORÁRIOS NOTURNO, FINAIS DE SEMANA E FERIADOS

Caso seja necessária a execução dos serviços e obras contratados em horários não comerciais (período noturno, finais de semana e feriados), a CONTRATADA deverá solicitar autorização por escrito para a FISCALIZAÇÃO antecipadamente – até as 11h do mesmo dia, para trabalhos noturnos ou, para feriados, até as 11h do dia anterior ao feriado – contendo os seguintes dados: Razão Social e CNPJ da CONTRATADA, Nome Completo e RG de cada funcionário que irá trabalhar no horário não comercial. A execução de serviços em horário noturno não acarreta em nenhuma mudança nas condições e preços contratuais inicialmente pactuados.

4.1.18 ARMAZENAGEM DOS MATERIAIS

Os materiais empregados nas construções devem ser arrumados de modo a não prejudicar o trânsito de pessoas, a circulação de materiais, o acesso aos equipamentos de combate a incêndio e as portas ou saídas de emergência; e também, de modo a não provocar empuxos ou sobrecargas em paredes ou lajes, além dos previstos em seus dimensionamentos.

As pilhas de material, a granel ou embaladas, devem ter forma e altura que garantam sua estabilidade e facilitem seu manuseio.

Em pisos elevados, os materiais não podem ser empilhados a uma distância de suas bordas menor que a equivalente à altura da pilha, a não ser que existam paredes ou elementos protetores.

Tubos, vergalhões, perfis, barras, pranchas e outros materiais de grande comprimento devem ser arrumados em camadas, com espaçadores e peças de retenção, separados de acordo com o tipo.

Os materiais não podem ser empilhados diretamente sobre chão mole, úmido ou desnivelado.

A cal virgem deve ser armazenada em local seco, tomando-se precauções para evitar, durante a extinção, reações violentas.

A retirada de materiais empilhados deve ser efetuada sem prejudicar a estabilidade das pilhas.

As madeiras retiradas de andaimes, formas e escoramentos devem ser empilhadas, depois de retirados ou rebatidos os pregos, os arames e as fitas de amarração.

O peso máximo para transporte e descarga individual realizado manualmente e de 60 kg. O peso máximo para levantamento individual e de 40 kg.

4.1.19 MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

As máquinas e equipamentos a serem utilizados durante a obra devem estar de acordo com a NR 18, sendo obrigatório que toda máquina possua dispositivo de bloqueio para impedir seu acionamento por pessoa não autorizada.

As áreas de circulação e os espaços em torno de máquinas e equipamentos devem ser mantidos desobstruídos.

As máquinas e os equipamentos devem ter dispositivos de partida e parada, localizados de modo a evitar riscos para o operador.

Devem ser protegidas todas as partes móveis dos motores e transmissões, bem como as partes perigosas das máquinas ao alcance dos trabalhadores.

As máquinas e os equipamentos que ofereçam risco de ruptura de suas partes, projeção de peças ou de partículas de materiais devem ser providas de proteção para suas peças móveis.

Os protetores removíveis só podem ser retirados para execução de limpeza, lubrificação, reparo e ajuste, ao fim dos quais devem ser, obrigatoriamente, recolocados.

As serras circulares devem ter cutelo divisor e coifa para proteção do disco.

A operação de máquinas e equipamentos só pode ser feita por pessoas treinadas para este fim.

Os operadores não podem se afastar da área de controle das máquinas ou equipamentos sob sua responsabilidade, quando em funcionamento.

Nas paradas temporárias ou prolongadas, os operadores devem colocar os controles em posição neutra, acionar os freios e adotar outras cautelas com o objetivo de eliminar riscos provenientes de deslocamentos.

Inspeção, limpeza, ajuste e reparo somente devem ser executados com a máquina ou equipamento desligado, salvo se o movimento for indispensável à realização da inspeção ou ajuste. A inspeção e a manutenção somente devem ser executadas por pessoas devidamente autorizadas.

As máquinas e equipamentos devem ser submetidos à inspeção e manutenção, de acordo com as instruções do fabricante e de acordo com as normas técnicas oficiais vigentes, dispensando-se especial atenção a freios, mecanismos de direção, cabos de tração, sistema elétrico e outros dispositivos de segurança.

As inspeções de máquinas devem ser registradas em livro próprio, especificando as datas em que as falhas ocorreram, as medidas corretivas adotadas e a indicação da pessoa ou firma que as realizou.

Os cabos de aço devem ser fixados por meio de dispositivos que impeçam deslizamento e desgaste, e devem ser substituídos quando apresentarem condições que comprometam a sua integridade, face à utilização a que estiverem submetidos.

Quando o operador de máquinas ou equipamentos tiver a visão dificultada por obstáculos, deve ser exigida a presença de sinaleiro para a orientação do operador.

A comunicação sinaleiro-operador ou vice-versa poderá ser visual, através de sinais previamente combinados, ou auditiva, através de rádio ou telefone.

Haverá particular atenção para o cumprimento das exigências de proteger as partes móveis dos equipamentos e de evitar que as ferramentas manuais sejam abandonadas sobre passagens, escadas, andaimes e superfícies de trabalho, bem como para o respeito ao dispositivo que proíbe a ligação de mais de uma ferramenta elétrica na mesma tomada de corrente.

Nas operações com equipamentos pesados, devem ser observadas as seguintes medidas de segurança: para encher/esvaziar pneus, não se posicionar de frente para eles, mas atrás da banda de rodagem, usando uma conexão de auto fixação para encher o pneu, o enchimento só deve ser feito por trabalhadores qualificados, de modo gradativo e com medições sucessivas da pressão; em caso de superaquecimento de pneus e sistema de freio, devem ser tomadas precauções especiais, prevenindo-se de possíveis explosões ou incêndios; antes de iniciar a movimentação ou dar partida no motor, é preciso certificar-se de que não há



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

ninguém trabalhando sobre, debaixo ou perto dos mesmos; os equipamentos que operam em marcha a ré devem possuir alarme sonoro acoplado ao sistema de câmbio e retrovisores em bom estado; o transporte de acessórios e materiais por içamento deve ser feito o mais próximo possível do piso, tomando-se as devidas precauções de isolamento da área de circulação, transporte de materiais e de pessoas; as máquinas não devem ser operadas em posição que comprometa sua estabilidade; é proibido manter sustentação de equipamentos e máquinas somente pelos cilindros hidráulicos, quando em manutenção; devem ser tomadas precauções especiais quando da movimentação de máquinas e equipamentos próximos a redes elétricas.

É proibido: a montagem de estruturas com defeitos que possam comprometer seu funcionamento; qualquer trabalho sob intempéries ou outras condições desfavoráveis que exponham a risco os trabalhadores da área.

As ferramentas e equipamentos de uso no canteiro de obras serão dimensionados, especificados e fornecidos pela CONTRATADA, de acordo com o seu plano de construção, observadas as especificações estabelecidas, em cada caso, neste caderno, bem como as normas regulamentadoras, sobretudo a NR 18. As ferramentas devem ser apropriadas ao uso a que se destinam, proibindo-se o emprego das defeituosas, danificadas ou improvisadas, devendo ser substituídas pelo empregador ou responsável pela obra.

Os trabalhadores devem ser treinados e instruídos para a utilização segura das ferramentas.

É proibido o porte de ferramentas manuais em bolsos ou locais inapropriados.

As ferramentas manuais que possuam gume ou ponta devem ser protegidas com bainha de couro ou outro material de resistência e durabilidade equivalentes, quando não estiverem sendo utilizadas.

As ferramentas pneumáticas portáteis devem possuir dispositivo de partida instalado de modo a reduzir ao mínimo a possibilidade de funcionamento acidental.

A válvula de ar deve fechar-se automaticamente, quando cessar a pressão da mão do operador sobre os dispositivos de partida.

As mangueiras e conexões de alimentação das ferramentas pneumáticas devem resistir às pressões de serviço, permanecendo firmemente presas aos tubos de saída e afastadas das vias de circulação.

O suprimento de ar para as mangueiras deve ser desligado e aliviada a pressão, quando a ferramenta pneumática não estiver em uso. As ferramentas de equipamentos pneumáticos portáteis devem ser retiradas manualmente e nunca pela pressão do ar comprimido.

Os condutores de alimentação das ferramentas portáteis devem ser manuseados de forma que não sofram torção, ruptura ou abrasão, nem obstruam o trânsito de trabalhadores e equipamentos.

E proibida a utilização de ferramentas elétricas manuais sem duplo isolamento.

Devem ser tomadas medidas adicionais de proteção quando da movimentação de superestruturas por meio de ferragens hidráulicas, prevenindo riscos relacionados ao rompimento dos macacos hidráulicos.

4.1.20 GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO

A empresa CONTRATADA deverá implementar obrigatoriamente nessa obra o Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), conforme o disposto nas seguintes legislações e resoluções:

- Resolução CONAMA 307 de 5 de julho de 2002: Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

- Resolução CONAMA 348 de 18 de agosto de 2004: Altera a Resolução CONAMA no 307, de 5 de julho de 2002, incluindo o amianto na classe de resíduos perigosos.

Superintendência Regional da Receita Federal na 9ª Região Fiscal
Rua Marechal Deodoro, 555
CEP 80020-911, Centro, Curitiba-PR



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

A empresa CONTRATADA deverá viabilizar a coleta seletiva de resíduos no canteiro de obra, conforme PGRCC, específico para a obra, além da conscientização e sensibilização da mão de obra e introdução de rotinas de segregação/armazenamento dos resíduos e a organização dos seus fluxos, conforme a legislação, Química, Engenharia Sanitária, Arquitetura ou Biólogo, com inscrição no Conselho de Classe referido ou com pós-graduação na área de meio ambiente.

O PGRCC deverá ser entregue à FISCALIZAÇÃO para anuência antes do início da execução dos serviços.

A constatação por parte da FISCALIZAÇÃO do não cumprimento do PGRCC implicará em penalidades para a empresa CONTRATADA.

4.1.21 FISCALIZAÇÃO, MEDIÇÃO E RECEBIMENTO DA OBRA

A CONTRATANTE manterá desde o início dos serviços e obras até o seu recebimento definitivo, a seu critério exclusivo, uma equipe de FISCALIZAÇÃO constituída por profissionais habilitados que considerar necessários ao acompanhamento e controle dos trabalhos.

A CONTRATADA deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da FISCALIZAÇÃO, permitindo o acesso aos serviços e obras em execução, bem como atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas.

A FISCALIZAÇÃO realizará, dentre outras, as seguintes atividades:

- Manter um arquivo completo e atualizado de toda a documentação pertinente aos trabalhos, incluindo o contrato, Caderno de Encargos, orçamentos, cronogramas, caderneta de ocorrências, correspondência, relatórios diários, certificados de ensaios e testes de materiais e serviços, protótipos e catálogos de materiais e equipamentos aplicados nos serviços e obras;
- Analisar e aprovar o projeto das instalações provisórias e canteiro de serviço, apresentados pela CONTRATADA no início dos trabalhos;
- Analisar e aprovar o plano de execução e o cronograma detalhado dos serviços e obras a serem apresentados pela CONTRATADA no início dos trabalhos;
- Promover reuniões periódicas no canteiro de serviço para análise e discussão sobre o andamento dos serviços e obras, esclarecimentos e providências necessárias ao cumprimento do contrato;
- Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nos desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, bem como fornece informações e instruções necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos;
- Solucionar as dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou sequência dos serviços e obras em execução, bem como às interferências e interfaces dos trabalhos da CONTRATADA com as atividades de outras empresas ou profissionais eventualmente contratados pelo CONTRATANTE;
- Promover a presença dos Autores dos projetos no canteiro de serviço, sempre que for necessária a verificação da exata correspondência entre as condições reais de execução e os parâmetros, definições e conceitos de projeto;
- Paralisar e/ou solicitar que sejam refeitos quaisquer serviços que não sejam executados em conformidade com projeto, norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato;
- Solicitar a substituição de materiais e equipamentos que sejam considerados defeituosos, inadequados ou inaplicáveis aos serviços e obras;
- Solicitar a realização de testes, exames, ensaios e quaisquer provas necessárias ao controle de qualidade dos serviços e obras objeto do contrato;

Superintendência Regional da Receita Federal na 9ª Região Fiscal
Rua Marechal Deodoro, 555
CEP 80020-911, Centro, Curitiba-PR



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

- Exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços e obras, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos;
- Aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, verificar e atestar as respectivas medições, bem como conferir, vistar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela CONTRATADA;
- Verificar e aprovar a substituição de materiais, equipamentos e serviços solicitada pela CONTRATADA e admitida no Caderno de Encargos, com base na comprovação da equivalência entre os componentes, de conformidade com os requisitos estabelecidos no Caderno de Encargos;
- Verificar e aprovar os relatórios periódicos de execução dos serviços e obras, elaborados de conformidade com os requisitos estabelecidos no Caderno de Encargos;
- Solicitar a substituição de qualquer funcionário da CONTRATADA que embarace ou dificulte a ação da FISCALIZAÇÃO ou cuja presença no local dos serviços e obras seja considerada prejudicial ao andamento dos trabalhos;

Qualquer auxílio prestado pela FISCALIZAÇÃO na interpretação dos desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, bem como na condução dos trabalhos, não poderão ser invocado para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos serviços e obras.

A comunicação entre a FISCALIZAÇÃO e a CONTRATADA será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros na Caderneta de Ocorrências.

A Caderneta de Ocorrências, com páginas numeradas em 3 (três) vias, 2 (duas) destacáveis, será destinada ao registro de fatos e comunicações que tenham implicação contratual, como: modificações de projeto, conclusão e aprovação de serviços e etapas construtivas, autorizações para execução de trabalho adicional, autorização para substituição de materiais e equipamentos, ajustes no cronograma e plano de execução dos serviços e obras, irregularidades e providências a serem tomadas pela CONTRATADA e FISCALIZAÇÃO.

A FISCALIZAÇÃO deverá exigir relatórios diários de execução dos serviços e obras (Diário de Obra), com páginas numeradas em 3 (três) vias, 2 (duas) destacáveis, contendo o registro de fatos normais do andamento dos serviços, como: entrada e saída de equipamentos, serviços em andamento, efetivo de pessoal, condições climáticas, visitas ao canteiro de serviço, inclusive para as atividades de suas SUBCONTRATADAS.

As reuniões realizadas no local dos serviços e obras serão documentadas por Atas de Reunião, elaboradas pela FISCALIZAÇÃO e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsáveis pelas providências a serem tomadas.

4.1.22 MEDIÇÕES

Deverão ser obedecidas as seguintes condições gerais:

- Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento os serviços e obras efetivamente executados pela CONTRATADA e aprovados pela FISCALIZAÇÃO, respeitada a rigorosa correspondência com o projeto e suas modificações expressa e previamente aprovadas pelo CONTRATANTE.
- A medição de serviços e obras será baseada em relatórios periódicos elaborados pela CONTRATADA, registrando os levantamentos, cálculos e gráficos necessários à discriminação e determinação das quantidades dos serviços efetivamente executados. As unidades utilizadas na medição seguirão o que consta na coluna “Unid.”, da planilha orçamentária.



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

- A discriminação e quantificação dos serviços e obras considerados na medição deverão respeitar rigorosamente as planilhas de orçamento anexas ao contrato, inclusive critérios de medição e pagamento.
- A CONTRATANTE efetuará os pagamentos das faturas emitidas pela CONTRATADA com base nas medições de serviços aprovadas pela FISCALIZAÇÃO, obedecidas às condições estabelecidas no contrato.

4.1.23 IMPUGNAÇÕES DE SERVIÇOS REALIZADOS

Serão impugnados pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE todos os trabalhos que não satisfizerem as condições contratuais.

Ficará a CONTRATADA obrigada a executar os ajustes nos serviços concluídos ou em execução que tenham sido impugnados pela CONTRATANTE, bem como remover os entulhos, ficando por sua conta exclusiva, as despesas correspondentes.

4.1.24 RESPONSABILIDADE E GARANTIA

A presença da FISCALIZAÇÃO durante a execução dos serviços e obras, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a CONTRATADA, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços, inclusive pelos serviços executados por suas SUBCONTRATADAS, na forma da legislação em vigor.

Se a CONTRATADA recusar, demorar, negligenciar ou deixar de eliminar as falhas, vícios, defeitos ou imperfeições apontadas, poderá o CONTRATANTE efetuar os reparos e substituições necessárias, seja por meios próprios ou de terceiros, transformando-se os custos decorrentes, independentemente do seu montante, em dívida líquida e certa da CONTRATADA.

A CONTRATADA responderá diretamente por todas e quaisquer perdas e danos causados em bens ou pessoas, inclusive em propriedades vizinhas, decorrentes de omissões e atos praticados por seus funcionários e prepostos, fornecedores e SUBCONTRATADAS, bem como originados de infrações ou inobservância de leis, decretos, regulamentos, portarias e posturas oficiais em vigor, devendo indenizar o CONTRATANTE por quaisquer pagamentos que seja obrigado a fazer a esse título, incluindo multas, correções monetárias e acréscimos de mora.

Durante 5 (cinco) anos após o Recebimento Definitivo dos serviços e obras, a CONTRATADA responderá por sua qualidade e segurança nos termos do Artigo 618, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro), devendo efetuar a reparação de quaisquer falhas, vícios, defeitos ou imperfeições que se apresentem nesse período, independentemente de qualquer pagamento do CONTRATANTE.

Entende-se, pelo disposto no Artigo 618, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro), que o prazo de cinco anos corresponde ao prazo de garantia e não de prescrição.

4.2 IMPLANTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

4.2.1 QUADRO EFETIVO DA OBRA



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

O responsável técnico da obra (RT) será Engenheiro Civil, com formação plena, devidamente inscrito no CREA- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Região, sob a qual esteja jurisdicionada a obra. O RT será obrigatoriamente o profissional que acompanhará a obra. A condução do trabalho da construção será exercida de maneira efetiva pelo referido profissional.

Caberá a CONTRATADA selecionar os operários com comprovada capacidade técnica e dimensionar o quadro efetivo de acordo com o porte da obra.

Será exigido pela CONTRATANTE que todo e qualquer trabalhador da empresa CONTRATADA tenha registro em carteira e enquadramento nas legislações trabalhistas e do INSS, conforme disposições do Ministério do Trabalho. Essa condição é obrigatória para que o funcionário tenha acesso ao canteiro de obras. Caso algum trabalhador da empresa CONTRATADA não esteja com a documentação exigida pelo Ministério do Trabalho, a mesma será notificada e o funcionário impedido de realizar qualquer atividade no canteiro de obras.

4.2.2 SUBSTITUIÇÃO DO QUADRO EFETIVO DA OBRA

A CONTRATANTE poderá exigir da CONTRATADA a substituição de qualquer profissional do canteiro de obras desde que verificada sua incompetência na execução das tarefas, bem como apresentar hábitos de condutas nocivas à boa administração do canteiro.

A substituição de qualquer elemento será processada, no máximo, 48 horas após a comunicação, por escrito, da FISCALIZAÇÃO.

4.2.3 ADMINISTRAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS

A CONTRATADA alocará, para a direção do canteiro de obras, desde o seu início até a sua conclusão (recebimento provisório), os profissionais com as cargas horárias diárias mínimas discriminadas a seguir:

PROFISSIONAL	CARGA HORÁRIA
- Engenheiro Civil	15 horas / mês
- Encarregado Geral	120 horas / mês

O Engenheiro Civil ficará responsável pela supervisão dos serviços e obras contratados, sendo que o contato entre a FISCALIZAÇÃO e a CONTRATADA deverá, preferencialmente, ocorrer por intermédio desse profissional.

O Encarregado-Geral (mestre de Obras) auxiliará o Engenheiro Civil na supervisão dos trabalhos de construção, devendo possuir experiência comprovada, adquirida no exercício de idênticas funções em obras de características semelhantes à contratada.

4.3 INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS

Superintendência Regional da Receita Federal na 9ª Região Fiscal
Rua Marechal Deodoro, 555
CEP 80020-911, Centro, Curitiba-PR



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

Todas as instalações provisórias devem estar de acordo com o disposto na NR-18 – Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, e com a NBR 7678/83 – Segurança na execução de obras e serviços de construção (NB-252/82).

Deverão ser realizadas as ligações de água, esgoto e energia elétrica para execução dos serviços contratados e que atenderão as instalações do Pátio de Veículos Apreendidos, depois do término da obra.

Antes do início de qualquer atividade, a empresa construtora deverá providenciar para o local da obra:

Para as instalações do canteiro a CONTRATADA deverá local mensalmente containers apropriados para cada uma destas funções dentro dos requisitos legais. Deverá ser previsto um auxiliar de serviços gerais em tempo integral para cuidar da conservação e limpeza das instalações do canteiro de obras.

Enquanto durar a execução das obras, instalações e serviços de qualquer natureza, é obrigatória a colocação e manutenção de placas visíveis e legíveis ao público, contendo o nome do autor e coautores do projeto, assim como os demais responsáveis pela execução dos trabalhos.

Além da placa da CONSTRUTORA, a empresa instalará a placa de obra do CONTRATANTE, ambas às expensas da CONTRATADA, que deverá ser feita de acordo com o Manual de uso da marca do Governo Federal – Obras, que pode ser consultado no endereço: <https://www.gov.br/secom/pt-br/acesso-a-informacao/manuais/manual-de-uso-da-marca-do-governo-federal-obras-2019.pdf>.

As placas, perfeitamente visíveis e legíveis ao público, deverão ser executadas em chapa galvanizada, n. 22, adesivada, de 2,0 x 1,125 m, fixada defronte ao terreno;

Legislações para Placas de Obras:

- Lei nº 5.194, de 24.12.66, que regula o exercício das profissões do Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo e dá outras providências;
- Resolução nº 250, de 16.12.77, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) que regula o tipo e uso de placas de identificação de exercício profissional em obras, instalações e serviços de Engenharia, Arquitetura e Agronomia;

4.3.1 ISOLAMENTO DA OBRA

E obrigatório o isolamento da obra, através de tapumes resistentes de madeira, defronte ao terreno, e nas laterais onde não houver cercamento, com altura mínima de 2,20 metros.

Nos locais sob as áreas onde se desenvolvam trabalhos em telhados e ou coberturas, é obrigatória a existência de sinalização de advertência e de isolamento da área capazes de evitar a ocorrência de acidentes por eventual queda de materiais, ferramentas e ou equipamentos. O sistema deverá estar de com os critérios normativos de segurança na execução de obras e serviços da construção, sendo que todos serão executados e custeados pela CONTRATADA.

4.4 MURO PATRIMONIAL

4.4.1 LOCAÇÃO DE PONTO PARA REFERÊNCIA TOPOGRÁFICA

A CONTRATADA deverá instalar pontos de referência através da fixação de barras de aço no solo. As marcações servirão de referência planialtimétrica para a locação da obra de construção do muro.



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

Os equipamentos a serem utilizados possuem as seguintes características:

- Teodolito eletrônico;
- Barra de aço CA-50 6,3mm;
- Tinta acrílica.

Execução:

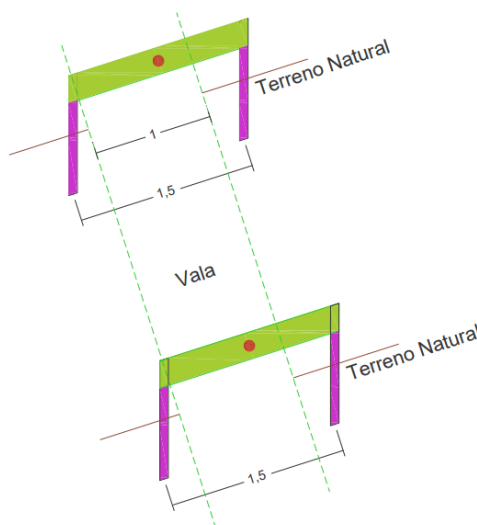
Verifica-se um ponto topográfico conhecido (ponto definido no terreno, na via pública ou parede de construção vizinha);

Com o auxílio do teodolito, instalam-se os pontos de referência através da fixação de barras de aço no solo;

Em seguida é feita a pintura da barra de aço que ficou acima do solo para facilitar a visualização do ponto pela equipe de locação. Tal marcação serve de referência planialtimétrica para outras operações de locação da obra.

4.4.2 LOCAÇÃO DE MURO, INCLUSIVE EXECUÇÃO DE GABARITO DE MADEIRA

A CONTRATADA deverá executar a locação do muro com base nos pontos de referência topográficos. Deverão ser instalados cavaletes com espaçamento aproximado de 20 m e com altura de 0,50m, considerando duas utilizações. Os pontos de referência serão marcados na tábua (eixo do muro), conforme indicado na figura abaixo:



Cavaletes com pontos de locação.

Fonte: SINAPI - Cadernos Técnicos

Execução:

Verifica-se o comprimento do trecho da instalação;

Corta-se o comprimento necessário das peças de madeira;

Com a cavadeira faz-se a escavação no local onde será inserido o pontalete (peça de madeira);

O pontalete é inserido no solo, o nível é verificado durante este procedimento;

Interligam-se os pontaletes com uma tábua de madeira;

Em seguida, é feita a pintura de todo o cavalete;



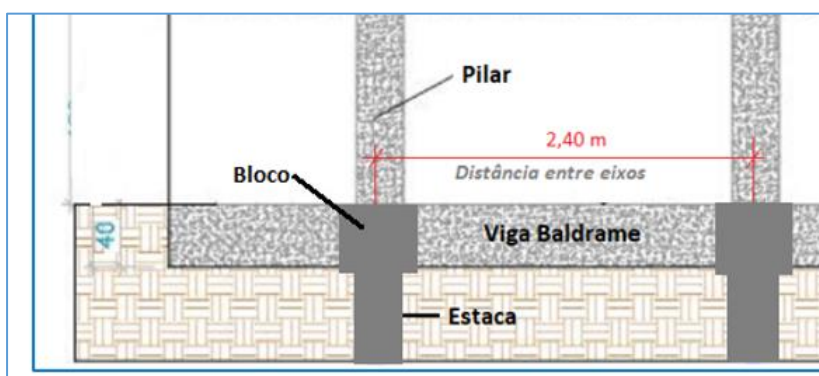
Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

Verificam-se as medidas do cavalete instalado com o projeto;
Faz-se a marcação dos pontos com pregos.

4.4.3 INFRAESTRUTURA

O muro deverá ser construído sobre a fundação de concreto armado devidamente dimensionadas, de acordo com as normas vigentes.

A distância entre os eixos de pilares do muro deverá ter no máximo 2,40m.



Detalhe da distância entre eixos de pilares.

4.4.4 ESTACA ESCAVADA MECANICAMENTE, SEM FLUIDO ESTABILIZANTE, COM 30CM DE DIÂMETRO, CONCRETO LANÇADO MANUALMENTE.

A CONTRATADA deverá executar o elemento estrutural de fundação em concreto armado moldado “in loco”.

A perfuração será mecânica. Será utilizado perfuratriz hidráulica sobre caminhão, com trado curto acoplado.

Execução:

Local as estacas com piquetes;

Centrar o trado a partir do piquete e iniciar a perfuração com equipamento compatível com as características acima especificadas;

Perfurar até a profundidade prevista no projeto, confirmada pelos instrumentos de monitoramento da perfuratriz;

Caso exista água dentro das estacas, estas deverão ser drenadas antes do lançamento do concreto. Prever bomba d'água específica para execução do serviço no momento da concretagem.

Com a armação pronta (cortada), posicionar no furo manualmente;

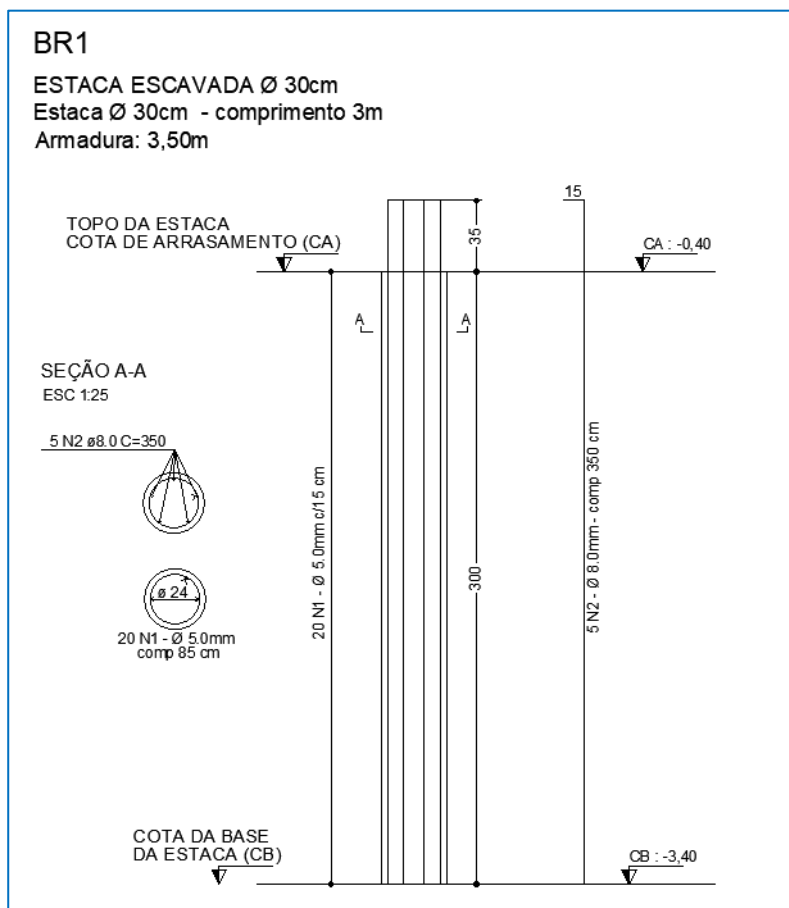
Lançar o concreto com auxílio de jERICA até a cota de arrasamento.

4.4.5 MONTAGEM E ARMADURA DE ESTACAS



Ministério da Economia – ME
 Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
 Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
 Divisão de Programação e Logística – DIPOL
 Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

A contratada deverá fornecer, armar e colocar todas as armaduras de aço, incluindo estribos, fixadores, arames, espaçadores, amarração e barras de ancoragem nas estacas, blocos, vigas e pilares do sistema estrutural do muro.



Detalhamento de estaca para fundação do muro.

Execução

Para montagem se fará amarração utilizando-se de arame recozido nos pontos de cruzamento das barras. Esta operação deve garantir a fixação das barras mantendo o posicionamento das mesmas.

Antes e durante o lançamento do concreto, as plataformas de serviço devem estar dispostas de modo a não acarretar deslocamento das armaduras.

As armaduras deverão estar isentas de qualquer substância prejudicial à aderência do concreto, antes e depois de colocadas nas formas, retirando-se as escamas ocasionadas por oxidação, crostas de barro, argamassa, manchas de óleo e graxa, papéis ou tintas.

4.4.6 CONCRETO USINADO BOMBEAVEL, CLASSE DE RESISTENCIA C25, COM BRITA 0 E 1, SLUMP = 130 +/- 20 MM PARA ESTACAS

A resistência do concreto a ruptura aos 28 dias, deverá ser de 25 Mpa.

Antes do lançamento do concreto, assegurar-se que as armaduras atendem a todas as disposições do projeto estrutural;

Lançamento do concreto:



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

O lançamento do concreto obedecerá sempre ao plano de concretagem.

O adensamento será feito cuidadosamente para que o concreto envolva completamente as armaduras e atinja todos os pontos das formas.

Deverão ser tomadas todas as precauções para que não se alterem as posições das armaduras durante os serviços de concretagem, nem se formem vazios.

Adensar o concreto de forma homogênea, conforme NBR 14931:2004, a fim de não se formarem ninhos, evitando-se vibrações em excesso que venham a causar exsudação da pasta / segregação do material.

Controle

Para os serviços deverão ser seguidos a Norma de Controle Tecnológico do Concreto.

4.4.7 ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA PARA VIGA BALDRAME

A CONTRATADA deverá executar as escavações necessárias ao atendimento do projeto, no tocante a valas de pouca profundidade, para vigas baldrame e blocos, em material pouco resistente e nos locais determinados para a execução do muro.

Todos os insumos, ferramentas, equipamentos e materiais necessários para a execução dos serviços serão de responsabilidade da contratada.

Execução

Serão executadas manualmente por operários, com uso de ferramentas apropriadas, e sua execução implica responsabilidade integral da Contratada pela resistência das camadas que compõem a superfície do terreno e sua estabilidade.

Durante a execução dos trabalhos de escavação, as cavas e furos deverão ser mantidos secos.

Marcar no terreno as dimensões das vigas baldrame a serem escavadas;

Executar a vala utilizando pá, picareta e ponteira;

Realizar o ajuste das laterais utilizando ponteira e pá;

Nivelar o fundo e retirar todo material solto do fundo.

4.4.8 PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5M, COM CAMADA DE BRITA, LANÇAMENTO MANUAL.

Sobre o fundo das valas regularizadas e apiloadas deverá ser lançada pedra brita n.2 (19 a 38mm). Após o lançamento da pedra brita, a camada deverá ser compacta e nivelada. A camada deverá ter espessura de 5 cm com a finalidade de regularizar a base da vala tornando-a nivelada, ocupando toda a área que receberá a estrutura da fundação.

Utilizar compactador de solos de percussão (soquete).

Execução:

O lastro de brita deverá ser lançado e espalhado sobre solo firme e compactado e nivelado.

Após o lançamento, compactar com placa vibratória e nivelar a superfície.

4.4.9 FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME E BLOCOS, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E=17MM, 4 UTILIZAÇÕES.



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

Deverão ser executadas formas de madeira para as vigas baldrame e blocos, com o objetivo de manter a geometria e o alinhamento da infraestrutura do muro patrimonial, bem como suportar e conter o concreto fresco até alcançar a resistência mínima com o reaproveitamento de 4 utilizações.

Os materiais utilizados deverão atender a Normas Técnicas: ABNT NBR 14931, Execução de estruturas de concreto. Procedimentos e NBR 15696. Fôrmas e escoramentos para estruturas de concreto. Projeto, dimensionamento e procedimentos executivos.

Execução :

Aplicar desmoldante em todas as faces da forma que ficam em contato com o concreto.

Executar a montagem das formas, conforme orientações do fabricante dos painéis e do projeto de formas, garantindo o travamento dos painéis e a estanqueidade das juntas.

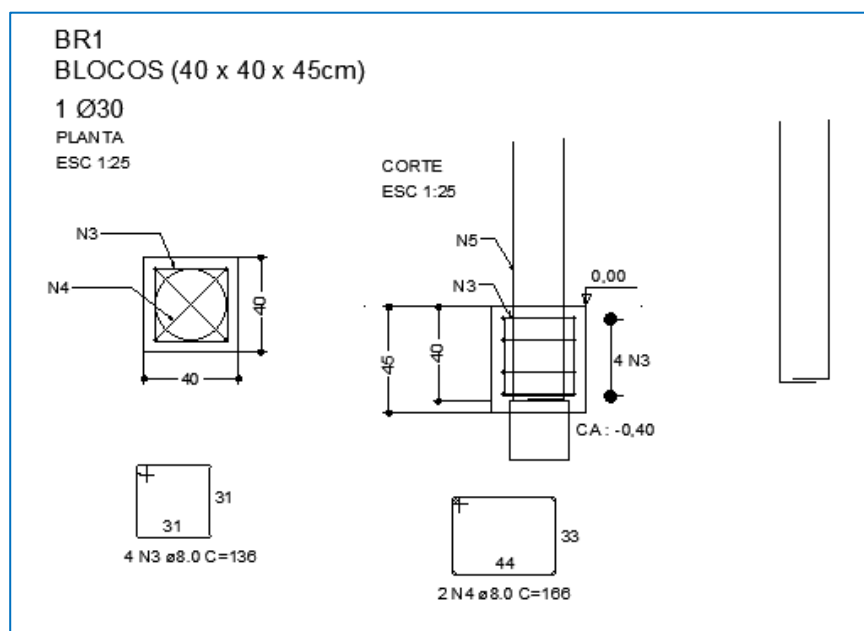
Antes do lançamento do concreto, devem ser verificadas as dimensões e posicionamento das formas (nivelamento, prumo e alinhamento).

Promover a retirada das formas somente quando o concreto atingir resistência suficiente para suportar as cargas, conforme NBR 14931:2004.

Logo após a desforma, fazer a limpeza das peças e armazená-las de forma adequada.

4.4.10 ARMAÇÃO DOS BLOCOS, VIGAS BALDRAME E PILARES

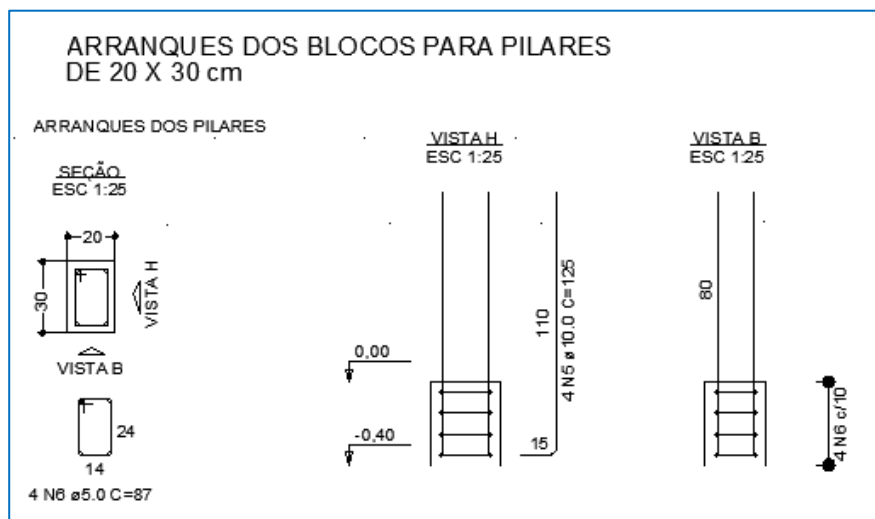
A contratada deverá fornecer, armar e colocar todas as armaduras de aço, incluindo estribos, fixadores, arames, espaçadores, amarração e barras de ancoragem nas estacas, blocos, vigas e pilares do sistema estrutural do muro.



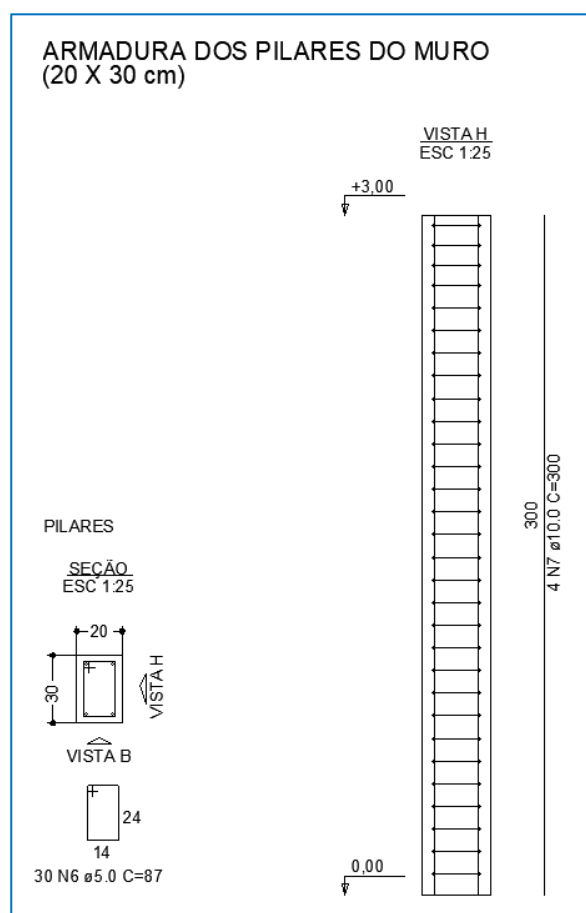
Detalhamento dos blocos para fundação do muro.



Ministério da Economia – ME
 Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
 Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
 Divisão de Programação e Logística – DIPOL
 Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG



Detalhamento dos arranques dos blocos para os pilares do muro.



Detalhe de armação dos pilares do muro

Execução



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

Para montagem se fará amarração utilizando-se de arame recozido nos pontos de cruzamento das barras. Esta operação deve garantir a fixação das barras mantendo o posicionamento das mesmas.

Antes e durante o lançamento do concreto, as plataformas de serviço devem estar dispostas de modo a não acarretar deslocamento das armaduras.

As armaduras deverão estar isentas de qualquer substância prejudicial à aderência do concreto, antes e depois de colocadas nas formas, retirando-se as escamas ocasionadas por oxidação, crostas de barro, argamassa, manchas de óleo e graxa, papéis ou tintas.

4.4.11 CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/AREIA MÉDIA/BRITA 1) – PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, PARA UTILIZAÇÃO NAS VIGAS, BLOCOS, PILARES E LAJES

O concreto será dosado racionalmente, de modo a assegurar, após a cura, a resistência indicada no Projeto Estrutural, levando em consideração à ABNT NBR 6118:2014 e o padrão de qualidade da obra. Será lançado e adensado para execução dos blocos de fundação, vigas e pilares da estruturação do muro.

A resistência do concreto a ruptura aos 28 dias, deverá ser de 25 Mpa.

Será utilizado vibrador de imersão com motor elétrico 2HP trifásico, diâmetro de ponteira de 45 mm, com mangote e betoneira com capacidade de 400L.

Execução

Antes do lançamento do concreto, assegurar-se que as armaduras atendem a todas as disposições do projeto estrutural;

Assegurar-se da correta montagem das fôrmas (geometria dos elementos, nivelamento, estanqueidade etc.) e do cimbramento, e verificar a condição de estanqueidade das fôrmas, de maneira a evitar a fuga de pasta de cimento;

Amassamento do concreto: O amassamento será mecânico e contínuo, através de betoneira com capacidade de 400L, no traço 1:2,3:2,7, e durará o tempo necessário para homogeneizar a mistura de todos os elementos, inclusive eventuais aditivos.

Lançamento do concreto:

O lançamento do concreto obedecerá sempre ao plano de concretagem.

O concreto será lançado logo após o fim do amassamento. Entre este e o início do lançamento será tolerado num intervalo máximo de 30 minutos. O concreto não aproveitado será rejeitado, não se admitindo, em hipótese alguma remistura.

O adensamento será feito cuidadosamente para que o concreto envolva completamente as armaduras e atinja todos os pontos das formas.

Deverão ser tomadas todas as precauções para que não se alterem as posições das armaduras durante os serviços de concretagem, nem se formem vazios.

Juntas de concretagem: Quando o lançamento de concreto for interrompido e assim formar-se uma junta de concretagem, deverão ser tomadas as precauções necessárias para garantir ao reiniciar-se o lançamento, a suficiente ligação do concreto já endurecido com o novo.

Adensar o concreto de forma homogênea, conforme NBR 14931:2004, a fim de não se formarem ninhos, evitando-se vibrações em excesso que venham a causar exsudação da pasta / segregação do material.

Controle

Para os serviços deverão ser seguidos a Norma de Controle Tecnológico do Concreto.

Superintendência Regional da Receita Federal na 9ª Região Fiscal
Rua Marechal Deodoro, 555
CEP 80020-911, Centro, Curitiba-PR



Ministério da Economia – ME
 Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
 Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
 Divisão de Programação e Logística – DIPOL
 Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

4.4.12 IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS.

A CONTRATADA deverá executar pintura impermeabilizante com emulsão asfáltica com elastômeros, antes do início do levantamento da alvenaria.

Deverá ser aplicada nas duas laterais (faixa de 15cm) e na face superior das vigas baldrame e blocos (exceto na projeção dos pilares).

A superfície deve estar limpa, seca e isenta de partículas soltas, pinturas, graxa, óleo ou desmoldantes; Aplicar a emulsão asfáltica com brocha ou trincha;

Aguardar de 2 a 3 horas para aplicar a segunda demão em sentido cruzado ao da primeira demão;

4.4.13 REATERRO MANUAL APILOADO COM SOQUETE.

O serviço consiste no lançamento do material escavado, de forma manual, para o interior da vala escavada, após a retirada das formas do baldrame e blocos para a construção da base do muro. O preenchimento nas laterais das vigas baldrames e fundações devem ser aterradas em camadas apiloadas a cada 15 cm.

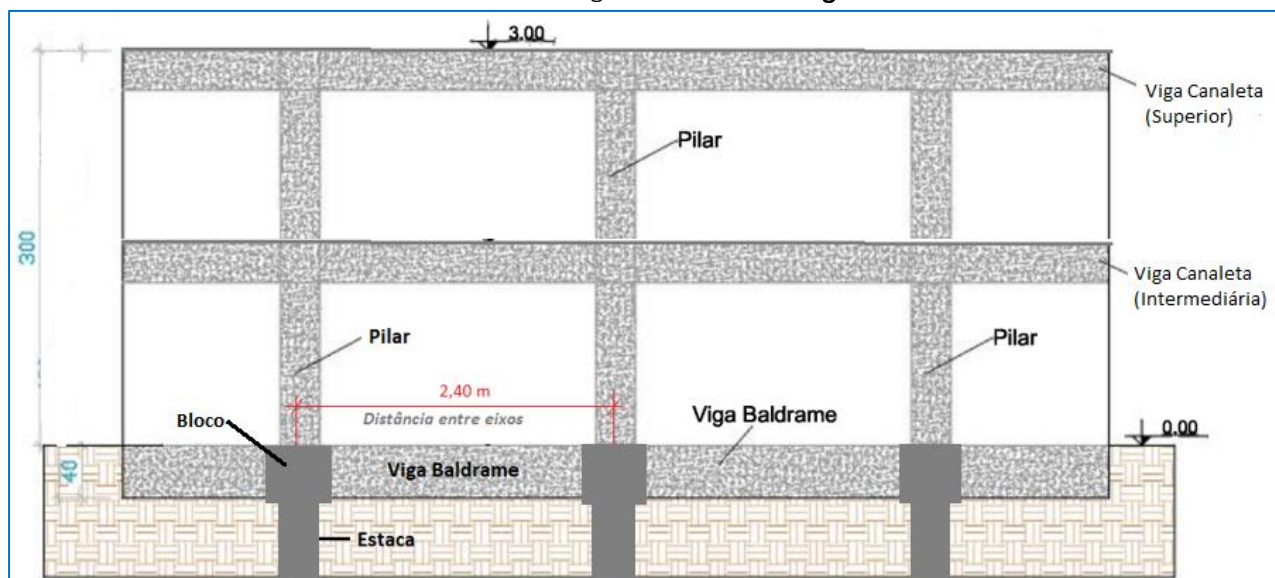
Poderá ser utilizado soquete de 10 a 20 kg para execução dos serviços.

Execução

Lançamento manual do material de reaterro, em camadas, seguido de apiloamento manual com soquete.

4.4.14 SUPRAESTRUTURA

O modelo estrutural considerado deverá seguir o indicado na **figura abaixo**.



Esquema estrutural do muro



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

4.4.15 MONTAGEM E DESMONTAGEM DAS FORMAS EM CHAPA DE MADEIRA RESINADA,

Deverão ser executadas formas de madeira resinada com o objetivo de manter a geometria, o acabamento e o alinhamento das vigas e pilares do muro patrimonial, bem como suportar e conter o concreto fresco até alcançar a resistência mínima com o reaproveitamento de 8 utilizações.

Os materiais utilizados deverão atender a Normas Técnicas: ABNT NBR 14931, Execução de estruturas de concreto. Procedimentos e NBR 15696. Fôrmas e escoramentos para estruturas de concreto. Projeto, dimensionamento e procedimentos executivos.

Execução formas dos pilares

A partir dos eixos de referência considerados no projeto de estrutura, posicionar os gualdrões dos pés dos pilares, realizando medições e conferências com trena metálica, esquadros de braços longos, nível laser e outros dispositivos; fixar os gualdrões na laje com pregos de aço ou recursos equivalentes;

Posicionar três faces da fôrma de pilar, cuidando para que fiquem solidarizadas no gualdrão;

Fixar os aprumadores e conferir prumo, nível e ortogonalidade do conjunto usando esquadro metálico;

Sobre a superfície limpa, aplicar desmoldante com broxa ou spray em toda a face interna da fôrma;

Após posicionamento das armaduras e dos espaçadores, colocar a quarta face da fôrma de pilar e executar o travamento com as vigas metálicas e as barras de ancoragem, espaçadas a cada 60cm, de modo a garantir as dimensões durante o lançamento do concreto;

Conferir posicionamento, rigidez, estanqueidade e prumo da fôrma, introduzindo os contraventamentos previstos no projeto das fôrmas;

Promover a retirada das fôrmas de acordo com o prazo indicado no projeto estrutural, somente quando o concreto atingir resistência suficiente para suportar as cargas, conforme NBR 14931:2004;

4.4.16 ALVENARIA DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO DE 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA.

A alvenaria será de blocos e canaletas de concreto, de dimensões 14x19x39cm. As juntas deverão apresentar uma espessura constante e devem ser rebaixadas para efeito estético, considerando que ficará aparente.

Para realizar este serviço será necessário controlar no local, no mínimo, os seguintes aspectos:

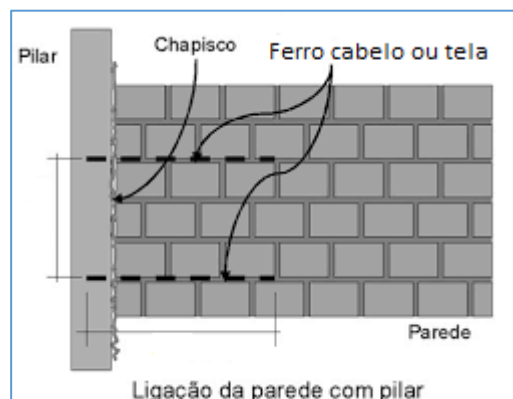
Posicionar os dispositivos de amarração da alvenaria de acordo com as especificações do projeto;

Demarcar a alvenaria – materialização dos eixos de referência, demarcação das faces das paredes a partir dos eixos ortogonais, posicionamento dos escantilhões para demarcação vertical das fiadas, execução da primeira fiada.

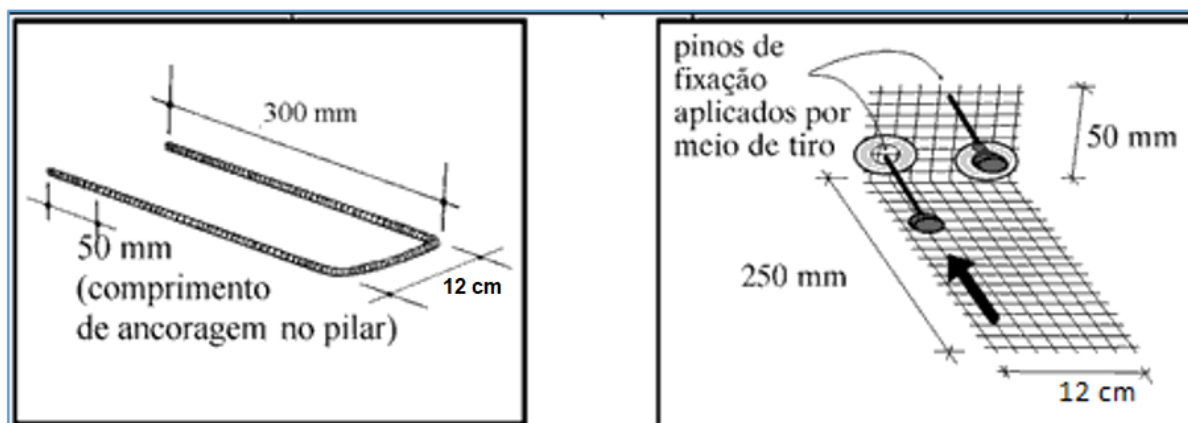
Deverá ser executada a amarração da alvenaria aos pilares através da utilização de ferro cabelo ou tela metálica:



Ministério da Economia – ME
 Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
 Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
 Divisão de Programação e Logística – DIPOL
 Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG



Ferro cabelo ou tela pinada a cada 3 fiadas



Opção por ferro cabelo ou tela pinada

Opção 1: Ferro cabelo, galvanizado a fogo, $\varnothing = 5,0$ mm, fixado com adesivo epóxi.

Opção 2: Tela de aço soldada galvanizada/zincada para alvenaria, fio $\varnothing = 1,24$ mm, malha 15 x 15 mm, 30 x 12 cm, fixada com pinos aplicados por meio de tiro.

Em toda a extensão do muro, deverão ser executadas duas vigas, intermediária (nível: +1,50m) e superior (nível: +3,00m), com o assentamento de canaletas de concreto estrutural (14 x 19 x 39 cm), que serão preenchidas com concreto tipo grout (fck= 25 Mpa) e duas barras de aço, CA-50, \varnothing 8mm, em cada canaleta. As pontas das barras de aço deverão ser fixadas nos pilares de concreto com uso de adesivo epóxi.

4.4.17 PORTÃO DE CORRER, COM MOTOR, TIPO INDUSTRIAL, COMPLETO, INCLUSO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.

A CONTRATADA deverá fornecer portão de correr sobre trilhos para passagem de veículos, comprimento de 5,5 metros e altura de 3,00 metros, com fechamento em chapa metálica nº 16 (dobrada para enrijecimento do conjunto). Também deverá ter estrutura em perfis metálicos (70mm x 100mm) em chapa nº 11 na horizontal e vertical (formando retângulos de 1,0m x 1,1m) conforme figura abaixo.



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG



Vista do Portão

Toda a estrutura e fechamento com chapas do portão deverão ser soldados.

Deverá ser instalado no portão um sistema para colocação de cadeado com haste de travamento de abertura do portão com ponto de encaixe fixado no solo. O sistema deverá possuir furo(s) de passagem para a colocação de cadeado com diâmetro mínimo de 15 mm (quinze milímetros);

O portão deverá possuir alças metálicas soldadas nos lados interno, e conforme orientação da FISCALIZAÇÃO, na tubulação vertical da extremidade livre do portão.

O portão deverá permitir a instalação de suporte para arame farpado/concertina na parte superior.

As arestas e conexões entre as tubulações constituintes da estrutura do portão deverão ser perfeitamente vedadas;

O portão será de correr, completo, sobre trilhos assentados na viga de concreto prevista em projeto e deverá ser automatizado, com motor de 3/4 CV. Também deverão ser entregues à CONTRATANTE 2 controles do portão. Deverão ser previstos guias metálicas com rolamentos na face superior do portão para evitar o descarrilhamento e/ou tombamento.

O portão deverá receber pintura nos dois lados, em todos os perfis e chapas, com tinta alquídica de fundo e acabamento (2 demãos) na cor definida pela fiscalização.

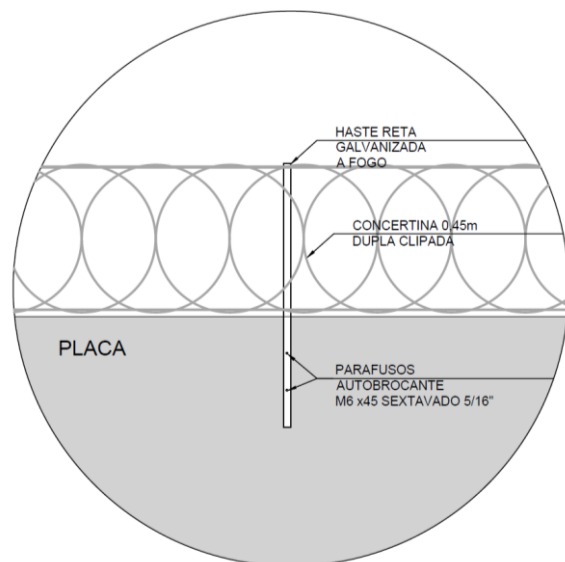
4.4.18 CONCERTINA DUPLA, EM AÇO GALVANIZADO, ESPIRAL Ø=450MM, 5 CLIPES PARA ESPIRAL, LÂMINA DE 30MM E FIO INTERNO = 2,75MM, INCLUSIVE INSTALAÇÃO

A CONTRATADA deverá fornecer e instalar concertina dupla em aço galvanizado à fogo, com diâmetro de 450 mm, rendimento linear de 8 a 10 m e fio de aço galvanizado interno de 2,75 mm, bem esticadas em arame de aço galvanizado, com bitola mínima de 1/8", e amarradas em hastes de aço galvanizada à fogo, fixadas no muro a cada 3 m, conforme figura abaixo.



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

Deverá ser previsto plaquetas de sinalização, em trechos padronizados, com mensagens indicando a proibição de acesso e alertando risco à saúde das pessoas em caso de contato com o material cortante. As plaquetas devem ser confeccionadas em material inoxidável.



Detalhe de instalação da concertina

Concertina clipada (dupla) em aço galvanizado de alta resistência, com espiral de 450 mm, D = 2,76 mm.

A concertina deverá ser fixada em hastes de aço galvanizado a fogo, fixadas no muro a cada 3,00m e presas a elas através de arames galvanizados esticados onde ficam presas por grampos de fixação. Os arames que seguram as espirais devem estar sempre esticados.

Deverão ser incluídas na instalação placas de advertência e suporte em aço galvanizado (clipado).

O profissional para a instalação da concertina deve estar equipado com todas as ferramentas para a instalação e principalmente com os equipamentos de proteção individual (EPI) como luvas e óculos de proteção.

Em nenhuma hipótese a parte inferior da concertina deverá ficar a menos de 2,20 m da superfície da área adjacente ao terreno.

A concertina deverá ser instalada em toda a extensão do muro e também sobre o portão metálico.

4.4.19 TRATAMENTO DE JUNTA DE DILATAÇÃO, COM TARUGO DE POLIETILENO E SELANTE PU, INCLUSO PREENCHIMENTO COM ESPUMA EXPANSIVA PU.

Deve-se prever juntas de dilatação a cada 15 m, em toda extensão do muro, conforme recomendação da NBR 6118:2014, Item 24.4. Adotar espessura de 1 cm para junta. Poderá ser adotado o detalhamento da figura abaixo ou similar que atenda as recomendações referentes da NBR referente ao assunto.

Especificação dos Materiais:

Espuma expansiva de poliuretano, com bico aplicador, 500ml;

Selante elástico monocomponente à base de poliuretano para juntas diversas;

Delimitador de profundidade (tarugo) em espuma de polietileno de baixa densidade;



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

Primer monocomponente à base de poliuretano e solventes.

Execução:

A junta deverá estar limpa, desobstruída e livre de resíduos. As faces devem estar alinhadas e regulares, sem apresentar quebras ou falhas;

Preencher a junta de construção presente na estrutura com espuma expansiva de poliuretano;

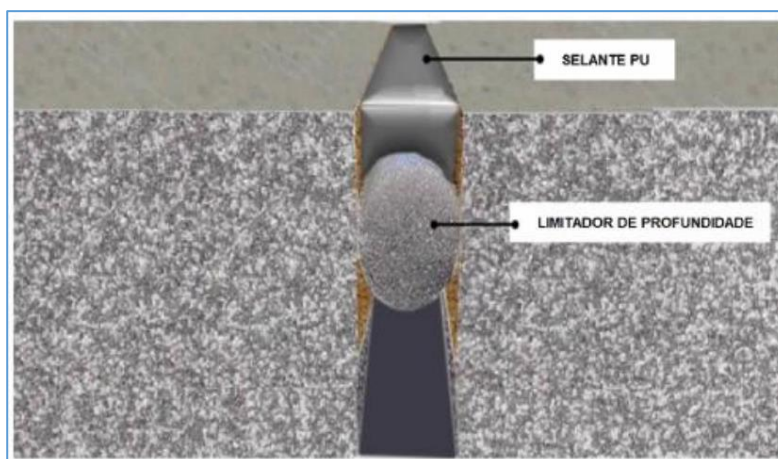
Aguardar secagem e retirar o excesso da espuma com estilete;

Aplicar o primer para selantes nas paredes e nas laterais da junta;

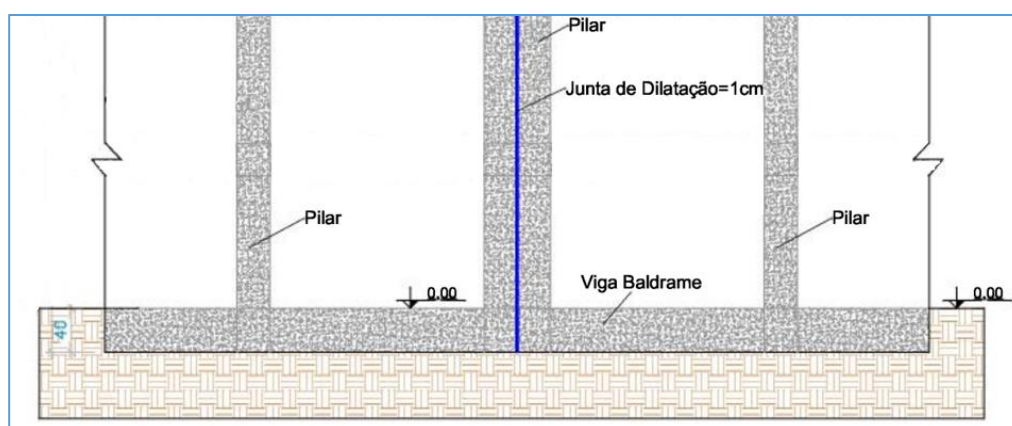
Introduzir delimitador de profundidade com ferramenta adequada, de forma a deixar uma espessura mínima de 0,5 a 0,7 vezes a largura da junta em relação ao nível da superfície;

Proteger as laterais da junta com fita adesiva e preencher a junta com selante de poliuretano;

Realizar o acabamento com espátula plástica.



Detalhe do tratamento da junta de dilatação



Posicionamento junta de dilatação



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

4.5 GUARITA

4.5.1 SERVIÇOS PRELIMINARES

Deverá ser feita a limpeza da vegetação e entulho na áreas da obra, e os materiais ali gerados deverão ser movidos do chão para a caçamba, onde dali então serão transportados até o aterro sanitário. Vale ressaltar, que os materiais passíveis de serem reciclados devem ser separados, de acordo com cada classe de material e destinados ao local adequado.

Finalizados os processos de limpeza, deve-se prosseguir com os serviços de topografia, no qual o topógrafo realizará as demarcações georreferenciadas. Uma vez estabelecidos os pontos referenciados, e assim delimitado o perímetro das edificações, prossegue-se então para as escavações.

4.5.2 ESCAVAÇÕES E ATERROS - GUARITA

As escavações serão manuais (nas valas para o baldrame e blocos), adotando-se todas as providências para melhor segurança da obra e dos operários.

As valas dos baldrames serão escavadas com as seguintes dimensões: 0,40 x 0,30 m e as valas dos blocos com seguintes dimensões: 0,50 x 0,50 x 0,40 m, no qual, após a desforma da concretagem e por conseguinte impermeabilização das baldrames, deverão ser reaterradas as aberturas remanescentes, bem como, apiloada com soquete.

As terras provenientes das escavações deverão ser reaproveitadas, no reaterro da edificação, especificamente no piso, para posterior concretagem do mesmo. Ainda assim, sobrando solo escavado, o mesmo deverá ser acondicionado ou até mesmo espalhado sobre o entorno da edificação com a finalidade de se obter um entorno em nível aparelhado e o mais homogêneo possível.

Neste posto de vigia, a cota de fundo do bloco será realizada escavando-se o solo natural, sendo assim, o pilar de arranque é quem deverá receber o prolongamento de mais 80 cm. Os 6 pilares de arranque desta edificação específica, já se encontram contabilizados no orçamento, e seu detalhamento pode ser observado no projeto estrutural.

4.5.3 FUNDAÇÕES – GUARITA

As fundações serão executadas conforme detalhe Estrutural, que foram calculadas de acordo com a natureza do subsolo e com as cargas previstas pelo cálculo do concreto armado.

A execução da estrutura seguirá rigorosamente os detalhes estruturais, atender ao disposto nas Normas Brasileiras em vigor, em particular à ABNT NBR 6122/2019 e a ABNT NBR 6118:2014.

Para esse projeto foi adotado estaca escavada e bloco de coroamento como estrutura de fundação.

Método Construtivo



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

Realizar o gabarito conforme “Planta de Locação”, sendo assim, uma vez fixados os eixos de escavação, dar-se início ao mesmo;

Assim que as escavações das estacas forem realizadas de acordo com o projeto, atentar-se ao cuidado de não deixar solos soltos caírem no buraco, posteriormente inserir armadura e realizar concretagem, atentando para a correta execução centralizada da armadura;

Após a conclusão da concretagem, aguardar tempo de cura de hidratação de 3 dias, afim de se garantir a resistência adequada às estacas.

Com as estacas prontas, as escavações dos blocos e baldrames devem ser realizadas de acordo com o projeto, é necessário compactar adequadamente o fundo do buraco. O solo desse buraco deve, em seguida, receber uma camada de 5 cm de brita 1, onde se torna fundamental que as pedras sejam bem compactadas e umedecidas antes do derrame do concreto. Uma segunda opção, em vez de brita 1, é possível forrar as valas com lonas plásticas, ou mesmo com uma camada de concreto magro.

Por conseguinte, tentar-se ao cuidado de não deixar solos soltos caírem no buraco, posteriormente executar as formas de acordo com o projeto e inserir armadura e realizar concretagem, atentando para a correta execução das formas e armaduras.

Após a conclusão da concretagem, aguardar tempo de cura de hidratação de 3 dias, afim de se garantir a resistência adequada aos elementos.



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

4.5.4 ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO - GUARITA

Será criada uma estrutura de concreto armado para edificação da Guarita conforme projeto estrutural.

A montagem da estrutura de concreto armado seguirá conforme o Projeto Estrutural, que por sua vez, segue rigorosamente ao disposto na ABNT NBR 6118:2014.

Na montagem e execução deste, deverá sempre estar atento as normas de segurança (NRs), em especial a NR 6, NR 8, NR 16 e NR 18.

Formas

Na execução das formas será observado:

- Reprodução fiel dos desenhos;
- Adoção de contra-flexa, quando necessária e conforme orientação do projetista;
- Nivelamento das lajes e das vigas;
- Contraventamento de painéis que possam se deslocar quando do lançamento do concreto;
- Vedação das formas;
- Limpeza das formas.

A execução das formas e do escoramento será feita de modo a haver facilidade de retirada posterior. Antes do lançamento do concreto, as formas deverão ser molhadas até a saturação (encharcamento).

Retirada das formas não ocorrerá antes dos seguintes prazos mínimos após a concretagem; 4 (quatro) dias as faces laterais; 14 (quatorze) dias as faces inferiores, deixando-se pontaletes bem apoiados sobre cunhas e convenientemente espaçados; 21 (vinte e um) dias para as faces inferiores, sem pontaletes.

Nenhum conjunto de elementos estruturais será concretado sem primordial e minuciosa verificação por parte do construtor e da fiscalização, da perfeita disposição, dimensões e escoramento das formas e andamento correspondentes, e bem assim sem prévio exame da correta colocação de canalizações elétricas, hidráulicas e outras que devam ficar embutidas na massa de concreto.

Armadura

Na execução das armaduras serão observadas:

- O dobramento das barras de acordo com os desenhos;
- Número de barras e suas bitolas;
- A posição correta das barras;
- Armação e cobrimento.

O dobramento de aço será ser feito a frio, não se permitindo aquecimento, em caso algum. Não serão permitidas emendas de barra não previstas no projeto estrutural.

Dosagens



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

- O concreto será dosado racionalmente, de modo a assegurar, após a cura, a resistência indicada no Projeto Estrutural, levando em consideração à ABNT NBR 6118:2003, padrão de qualidade da obra.
- A resistência do concreto a ruptura aos 28 dias, deverá ser de 25 Mpa.
- As padiolas de medição dos agregados, serão marcadas distintamente para agregados miúdos e graúdos. O fator água-cimento será rigorosamente observado, com a correção de umidade do agregado.

Amassamento do concreto:

O amassamento será mecânico e contínuo, através de betoneira com capacidade de 400L, e irá durar o tempo necessário para homogeneizar a mistura de todos os elementos, inclusive eventuais aditivos.

Lançamento do concreto:

- O lançamento do concreto obedecerá sempre ao plano de concretagem.
- O concreto será lançado logo após o fim do amassamento. Entre este e o início do lançamento será tolerado num intervalo máximo de 30 minutos. O concreto não aproveitado será rejeitado, não se admitindo, em hipótese alguma remistura.
- O adensamento será efetuado durante e imediatamente após o lançamento do concreto, por vibrador adequado.
- O adensamento será feito cuidadosamente para que o concreto envolva completamente as armaduras e atinja todos os pontos das formas.
- Deverão ser tomadas todas as precauções para que não se alterem as posições das armaduras durante os serviços de concretagem, nem se formem vazios.

Juntas de concretagem

Quando o lançamento de concreto for interrompido e assim formar-se uma junta de concretagem, deverão ser tomadas as precauções necessárias para garantir ao reiniciar-se o lançamento, a suficiente ligação do concreto já endurecido com o novo trecho.

A cura

Durante o prazo mínimo de 7 dias, as superfícies expostas serão conservadas permanentemente úmidas. No caso de calor excessivo ou chuvas intensas, as mesmas superfícies deverão ser convenientemente protegidas com a simples utilização da sacaria existente, ou outro processo adequado.

4.5.5 VEDAÇÕES

Finalizada a estrutura, deverá dar sequência ao levantamento de alvenaria de blocos cerâmicos, de dimensões 11,5X19X19 cm, sendo estes devidamente chapiscados, emboçados e rebocados.

Superintendência Regional da Receita Federal na 9ª Região Fiscal
Rua Marechal Deodoro, 555
CEP 80020-911, Centro, Curitiba-PR



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

4.5.6 CALÇADA (ENTORNO DA GUARITA)

As calçadas (entorno da guarita), deverão ser em concreto armado, Fck 20Mpa, com tela de aço soldada nervurada, CA-60, Q-196. O Concreto poderá ser usinado ou amassado “in loco”, caso seja “in loco”, o amassamento será mecânico e contínuo, através de betoneira com capacidade de 400L, e irá durar o tempo necessário para homogeneizar a mistura de todos os elementos, inclusive eventuais aditivos. As recomendações de forma e tempo de cura são as mesmas já descritas anteriormente.

A largura da calçada no entorno da guarita será de 1,20 m, com espessura de 6cm.

Execução:

- Sobre a camada granular devidamente nivelada e regularizada, montam-se as fôrmas que servem para conter e dar forma ao concreto a ser lançado, coloca-se lona plástica, espessura=150 micra, sobre ela, são colocadas as telas de armadura;
- Finalizada a etapa anterior é feito o lançamento, espalhamento, sarrafeamento e desempeno do concreto;
- Por último, são feitas as juntas de dilatação.

4.5.7 INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS

O projeto hidrossanitário foi dimensionado de acordo com as normas ABNT NBR 5626:1998 e ABNT NBR 8160:1999, devendo assim, ser seguido rigorosamente o projeto. Os materiais para Instalações hidráulicas, sanitárias e similares, deverão satisfazer às normas, especificações, métodos, padronizações, terminologia e simbologia da ABNT (últimas edições), bem como os padrões construtivos determinados pelo projeto.

Condições Gerais

As colunas de canalização correrão embutidas nas alvenarias. As derivações correrão embutidas nas paredes, vazios ou lajes rebaixadas, e forros falsos evitando-se sua inclusão no concreto, quando indispensável, serão alojadas em reentrâncias (encaixes) previamente previstos na estrutura.

As furações, rasgos e aberturas necessários em elementos da estrutura de concreto armado, para passagem de tubulações, serão locadas e tomadas com tacos, buchas ou bainhas antes da concretagem. Medidas devem ser tomadas para que não venham a sofrer esforços não previstos, decorrentes de recalques ou deformações estruturais, e para que fique assegurada a possibilidade de dilatações e contrações na passagem através de elementos estruturais.

As canalizações de distribuição de água nunca serão inteiramente horizontais, devendo apresentar declividade mínima de 2% no sentido de escoamento.

As canalizações enterradas - cujo recobrimento será, no mínimo, de 0,50 m sob o leito de vias trafegáveis e de 0,30 m nos demais casos, deverão ser devidamente protegidas contra o eventual acesso de água poluída.



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

As canalizações não poderão passar dentro de fossas, poços absorventes, poços de visita, caixas de inspeção ou valas.

As curvaturas dos tubos, quando inevitáveis, devem ser feitas sem prejuízo de sua resistência à pressão interna da seção de escoamento e da resistência à corrosão.

Durante a construção e até a montagem dos aparelhos, as extremidades livres das canalizações serão vedadas com bujões rosqueados ou plugues, convenientemente apertados, não sendo admitido o uso de buchas de madeira ou papel para tal fim.

As tubulações de distribuição de água antes de eventual fechamento de rasgos das alvenarias ou de seu envolvimento por capas de argamassa, serão lentamente cheias de água, para eliminação completa de ar e em seguida, submetidas à prova de pressão interna.

Essa prova será feita com água sob pressão 50% superior à pressão estática máxima na instalação, não devendo descer em ponto algum da canalização a menos de 1 kgf/cm². A duração da prova será de 06 horas, pelo menos.

De um modo geral, toda a instalação de água será convenientemente verificada pela fiscalização, quanto às suas perfeitas condições técnicas de execução e funcionamento.

As deflexões das canalizações serão executadas com auxílio de conexões apropriadas. Nas juntas com tubos de juntas soldáveis será observado:

Nessa classe de tubo não é permitido, a qualquer título à abertura de rosca.

A solda será executada conforme segue:

- a. Lixa-se a ponta do tubo e bolsa da conexão por meio de uma lixa d'água.
- b. Limpa-se com solução própria as partes lixadas.
- c. Aplicação de adesivo, uniformemente, nas duas partes a serem soldadas, encaixando-as rapidamente e removendo-se o excesso com solução própria.
- d. Antes da solda é recomendável que se marque a profundidade da bolsa sobre a ponta do tubo, objetivando a perfeição do encaixe, que deve ser bastante justo, uma vez que a ausência de pressão não estabelece a soldagem.
- e. No caso de tubos enterrados deve-se levar em conta que o leito esteja isento de pedras ou arestas vivas e o material de envolvimento deve ser firme, dando-se preferência à areia, para conservar a elasticidade longitudinal do tubo, razão pela qual não se recomenda o envolvimento direto com concreto magro. De qualquer maneira, deverá ser observada uma profundidade mínima de 0,50 m sob o leito de vias trafegáveis e de 0,30 m nos demais casos.

Tubos adaptáveis com bolsa e virola:

A vedação das juntas pode ser executada por meio de anéis de borracha ou com adesivo próprio, não sendo, todavia, utilizados conjuntamente.

A aplicação do adesivo seguirá as mesmas normas descritas para os tubos com juntas soldáveis.

A utilização do anel de borracha se norteará pelo que se segue:

A ponta do tubo deverá ser chanfrada e a bolsa deve ter pequena conicidade.

O anel será colocado no canal da bolsa do tubo ou da conexão a ser utilizada, verificando-se previamente se a ponta do tubo está devidamente chanfrada.

Lubrifica-se o anel de borracha com glicerina e com material apropriado à ponta do tubo, promovendo-se então o encaixe.



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

Materiais e Equipamentos

Os materiais hidráulicos a serem utilizados na obra serão de primeira qualidade, isentos de defeitos e deformações, sendo de uma mesma procedência e compatíveis entre si.

A tubulação de água fria será em PVC soldável com características de suporte de pressão de serviço de 10 kgf/cm² ou 100 m.c.a., fornecido em barras de 3 ou 6 metros, com ponta e bolsa para juntas soldáveis, compatíveis entre si ou com as conexões.

As conexões localizadas nos pontos de instalação dos aparelhos hidráulicos serão do tipo solda e rosca, reforçados com bucha de bronze nas roscas.

Os registros de controle de fluxo de água dos chuveiros serão em bronze ou latão, com características que permitam a manutenção de seu sistema de vedação e controle de fluxo, composto de duplo engaxetamento de anéis O'ring em borracha nitrílica.

Tanto os registros de gaveta, quanto os de pressão terão as características mencionadas nos itens anteriores.

Os vasos sanitários serão do tipo caixa acoplada de louça branca, e os lavatórios serão compostos de cuba de louça com bancada de granito, cinza polido, nas dimensões de 50 x 60cm.

As torneiras para os lavatórios serão de latão com acabamento cromado, do tipo bancada.

Os sifões dos lavatórios serão em material plástico. As válvulas das cubas dos lavatórios serão de latão com acabamento cromado.

A inspeção para recebimento de materiais e equipamentos será no canteiro de obras ou no local de entrega, através de processo visual. Quando necessário e justificável, o contratante poderá enviar um inspetor devidamente acreditado, para testemunhar os métodos de ensaio requeridos pelas Normas Brasileiras. Neste caso, o fornecedor ou fabricante deverá ser avisado com antecedência da data em que a inspeção será feita.

Para o recebimento dos materiais e equipamentos a inspeção deverá seguir a descrição constante na nota fiscal ou guia de remessa, pedido de compra e respectivos especificações de materiais e serviços.

A inspeção visual para recebimento dos materiais e equipamentos constituir-se-á, basicamente, no atendimento das observações descritas a seguir, quando procedentes:

- a. verificação da marcação existente conforme solicitada na especificação de materiais;
- b. verificação da quantidade da remessa;



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

- c. verificação do aspecto visual, constatando a inexistência de amassaduras, deformações, lascas, trincas, ferrugens e outros defeitos possíveis;
- d. verificação de compatibilização entre os elementos componentes de um determinado material.

Os materiais ou equipamentos que não atenderem às condições exigidas serão rejeitados.

Os materiais sujeitos à oxidação e outros danos provocados pela ação do tempo deverão ser acondicionados em local seco e coberto.

Os tubos de PVC, deverão ser estocados em prateleiras, separados por diâmetros e tipos característicos, sustentados por tantos apoios quanto forem necessários para evitar deformações causadas pelo peso próprio.

Deverão ser tomados cuidados especiais quando os materiais forem empilhados, verificando se o material que ficar embaixo suportará o peso colocado sobre ele.

Processo Executivo

Antes do início da montagem das tubulações, a Contratada deverá examinar cuidadosamente o projeto e verificar a existência de todas as passagens e aberturas nas estruturas. A montagem deverá ser executada com as dimensões indicadas no desenho e confirmadas no local da obra.

Tubulações Embutidas:

- Para a instalação de tubulações embutidas em paredes de alvenaria, os tijolos deverão ser recortados cuidadosamente, conforme marcação prévia dos limites de corte.
- No caso de blocos de cerâmicos, deverão ser utilizadas serras elétricas portáteis, apropriadas para essa finalidade.
- As tubulações embutidas em paredes de alvenaria serão fixadas pelo enchimento do vazio restante nos rasgos com argamassa de cimento e areia. Quando indicado em projeto, as tubulações, além do referido enchimento, levarão grampas de ferro redondo, em número e espaçamento adequados, para manter a posição do tubo.
- Não se permitirá a concretagem de tubulações dentro de colunas, pilares ou outros elementos estruturais.
- As passagens previstas para as tubulações, através de elementos estruturais, deverão ser executadas antes da concretagem, conforme indicação no projeto.
- Na medida do possível, deverão ser evitadas tubulações sobre equipamentos.



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

- As travessias de tubos em paredes deverão ser feitas, de preferência, perpendicularmente a elas.

Tubulações Enterradas:

- Todos os tubos serão assentados de acordo com o alinhamento, elevação e com a mínima cobertura possível.
- As tubulações enterradas poderão ser assentadas sem embasamento, desde que as condições de resistência e qualidade do terreno o permitam.
- A critério da Fiscalização, a tubulação poderá ser assentada sobre embasamento contínuo (berço), constituído por camada de concreto simples.
- O reaterro da vala deverá ser feito com material de boa qualidade, isento de entulhos e pedras, em camadas sucessivas e compactadas conforme as especificações do projeto.

Instalação de Equipamento:

- Todos os equipamentos com base ou fundações próprias deverão ser instalados antes de iniciada a montagem das tubulações diretamente conectadas aos mesmos. Os demais equipamentos poderão ser instalados durante a montagem das tubulações.
- Durante a instalação dos equipamentos deverão ser tomados cuidados especiais para o seu perfeito alinhamento e nivelamento.

Antes do recobrimento das tubulações embutidas e enterradas, serão executados testes visando detectar eventuais vazamentos.

Teste em Tubulação Pressurizada:

- Esta prova será feita com água sob pressão 50% superior a pressão estática máxima na instalação, não devendo descer em ponto nenhum da canalização, a menos de 1 kg/cm². A duração de prova será de 6 horas, pelo menos.
- Este teste será procedido em presença da Fiscalização, a qual liberará o trecho testado para revestimento.
- Neste teste será também verificado o perfeito funcionamento dos registros e válvulas.
- Após a conclusão das obras e instalação de todos os aparelhos sanitários, a instalação será posta em carga e o funcionamento de todos os componentes do sistema deverá ser verificado em presença da Fiscalização.



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

Aparelhos e Pontos de Instalação

A instalação dos pontos de água e esgoto dos respectivos aparelhos hidráulicos seguirá conforme a Tabela 1:

APARELHO	PONTOS	
	ÁGUA	ESGOTO
Pias e Lavatórios	60 cm (Parede)	-50cm (Parede)
Caixa acoplada	20 cm (Parede)	-
Vaso Sanitário	-	-30,5 cm (Piso)
Chuveiro	215 cm (Parede)	-
Torneiras de Jardim	60 cm (Parede)	-

Pontos de instalação de Aparelhos Hidrossanitários.

4.5.8 ESQUADRIAS

As janelas serão compostas por esquadrias de alumínio, na cor branca, e os vidros com espessura 6mm, sendo que todas as folhas deverão ter mobilidade para ambos os lados.

As portas serão de alumínio, tipo veneziana, 1 folha, na cor branca. Inclusive a porta (0,6 x 1,0m) de inspeção/manutenção da caixa d'água.

4.5.9 REVESTIMENTOS

Os revestimentos de piso (interno) conforme indicado em projeto arquitetônico, serão em cerâmica esmaltada extra 35x35 cm, na cor cinza claro. Deverá ser instalado rodapé de 7 cm de altura na sala de recepção da guarita.

Os revestimentos de parede do BWC conforme indicado em projeto arquitetônico, serão em cerâmica esmaltada extra 25x35 cm, na cor branca.



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

4.5.10 PINTURA

Por fim, uma vez que devidamente rebocada toda a estrutura da guarita, a mesma receberá duas demãos de emassamento (massa PVA), com o devido lixamento e duas demãos de pintura acrílica, na cor branca, em toda área interna (inclusive tetos).

As paredes externas, inclusive o volume da caixa d'água, receberão fundo selador acrílico, seguido de aplicação de pintura texturizada acrílica na cor branca,

Os muros de divisa não receberão pintura.

Estar atento as normas de segurança (NRs), em especial a NR 6, NR 8, NR 16 e NR 18.

4.5.11 LIMPEZA FINAL DE OBRA

Todos entulhos gerados na construção deverão ser acondicionados em caçamba própria e removido dali então, ao final da obra.

A obra concluída deverá ser entregue em perfeito estado de utilização e higiene, totalmente limpa de restos de tintas e outros materiais provenientes da construção.

4.6 CALÇADA NO PASSEIO PÚBLICO

4.6.1 SERVIÇOS PRELIMINARES

Deverá ser feita a limpeza da vegetação e entulho na áreas da obra, e os materiais ali gerados deverão serão movidos do chão para a caçamba, onde dali então serão transportados até o aterro sanitário. Vale ressaltar, que os materiais passíveis de serem reciclados devem ser separados, de acordo com cada classe de material e destinados ao local adequado.

4.6.2 EXECUÇÃO

Finalizados os processos de limpeza, deve-se prosseguir com os serviços de marcação, regularização e compactação do terreno. Deve-se utilizar compactador de solos de percussão à gasolina.

A calçada defronte o portão de entrada terá espessura de 12 cm. O restante da calçada do passeio terá espessura de 6 cm. Ambas serão armadas.

Sobre o solo compactado e regularizado deverá ser lançado pedra brita nº 2 (19 a 38mm). Após o lançamento da pedra brita, a camada deverá ser compacta e nivelada. A camada de brita deverá ter espessura de 5 cm com a finalidade de aumentar o suporte da calçada e mantê-la nivelada em toda a área que receberá o concreto. Deverá ser utilizado placa vibratória reversível para compactação do material granular.

Sobre a camada granular devidamente nivelada e regularizada, montam-se as fôrmas que servem para conter e dar forma ao concreto a ser lançado, coloca-se lona plástica, espessura=150 micra, sobre ela, são colocadas as telas de armadura. As calçadas do passeio público deverão ser em concreto armado, Fck 20Mpa, com tela de aço soldada nervurada, CA-60, Q-196. É fundamental deixar o rebaixo (antes da concretagem da calçada) para o assentamento do piso podotátil.

Finalizadas as etapas de formas e armação, é feito o lançamento, espalhamento, vibração, sarrafeamento e desempeno do concreto.

O concreto poderá ser usinado ou amassado "in loco", caso seja "in loco", o amassamento será mecânico e contínuo, através de betoneira com capacidade de 400L, e irá durar o tempo necessário para



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

homogeneizar a mistura de todos os elementos, inclusive eventuais aditivos. As recomendações de forma e tempo de cura são as mesmas já descritas anteriormente. Em seguida, são feitas as juntas de dilatação e o assentamento do piso podotátil.

4.7 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

Este projeto abrange as instalações elétricas da edificação em pauta, anteriormente descrita, tratando especificamente da rede elétrica a ser implementada.

A área em questão não possui infraestrutura alguma de sistemas elétricos.

As instalações serão enterradas no solo entre caixas de passagem e aparentes nas subidas no poste e quando não houver a existência de forro.

Na guarita deverá ser instalado um quadro de disjuntores QD-PVA, aparente para instalação das proteções dos circuitos, conforme diagrama unifilar.

Luminárias serão de sobrepor, tipo plafon na guarita e tipo projetor instalada nos postes conforme especificação técnica.

As posições corretas dos quadros existentes e a instalar deverão ser confirmadas com a FISCALIZAÇÃO antes da execução dos mesmos.

4.7.1 Normas Específicas Básicas

ABNT NBR 5410:2004 “Instalações Elétricas de Baixa Tensão”.

NR-10 do MTE “Norma de Segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade do Ministério do Trabalho e Emprego”.

Normas da Companhia Energética da localidade de execução da obra.

Memorial Descrito e Especificações de técnicas

4.7.2 Aterramento das instalações elétricas

O aterramento das instalações elétricas será equipotencializado com a devida conexão entre os barramentos de cobre do BEP e aterramento da rede elétrica.

4.7.3 Quadros de disjuntores

Será instalado um quadro de distribuição, novo, de sobrepor, material termoplástico, com capacidade de abrigar os dispositivos de proteção (inclusive espaços-reserva) conforme indicado nos respectivos quadros de cargas e diagrama unifilar anotados em plantas. A face inferior de cada quadro deverá ficar a 1,30m do piso acabado.

Deverão atender aos seguintes requisitos:

- Sobrepor;
- Graus de proteção IP 54;
- Tipo do fecho: triangular metálico;
- Dimensões conforme PROJETO ELÉTRICO;
- Barramento conforme projeto e isolado por material termo retrátil (termo contrátil);
- Barra de neutro e aterramento separados;
- Espelho de proteção interno em acrílico transparente de no mínimo 2mm de espessura;



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

- Os recortes do espelho deverão estar de acordo c/ os equipamentos instalados, não permitindo a introdução de objetos ou toque acidental nas partes energizadas;
- Identificação de componentes e circuitos conforme o projeto;
- Utilização de terminais de compressão, conforme as bitolas dos cabos;
- Utilização de anilhas nos cabos com a numeração dos circuitos;
- O quadro deve atender a NR 10;

4.7.4 Disjuntores de Proteção

Serão instaladas no quadro de distribuição, nas capacidades nominais previstas no quadro de carga e diagrama unifilar, atendendo aos seguintes requisitos:

- Disjuntor caixa moldada unipolar, bipolar ou tripolar, conforme projeto;
- Corrente nominal a 30°C, conforme projeto elétrico;
- Mecanismo de disparo: termomagnético, curva C;
- Tensão nominal mínima: 250V para disjuntores mono e bipolares e 380V para disjuntores trifásicos;
- Frequência nominal 50/60Hz
- Capacidade de interrupção nominal mínima de 4,5KA;
- Norma DIN (padrão europeu);
- Certificação INMETRO obrigatória.



Disjuntores termomagnéticos norma DIN. Protótipo Comercial: GE ou Siemens

4.7.5 Condutores elétricos com isolação de 0,6/1KV

- Compostos de fios de cobre nú com têmpera mole;
- Encordamento classe 5;
- Flexível;
- Isolação de composto termofixo em dupla camada de borracha HEPR;
- Cobertura em composto termoplástico de PVC Flexível, sem chumbo, resistente a chama;
- Temperatura de 90°C em serviço contínuo, 130°C em sobrecarga e 250°C e, curto-circuito;
- Não propagação e auto extinção de fogo;



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

- Deve apresentar na parte externa de seu isolamento as seguintes informações: marca, seção nominal e norma da ABNT a que atendem
- Cor preto, devendo a CONTRATADA identificar as extremidades com fita isolante colorida, conforme padrão de cores;
- Em conformidade com a NBR NM 280 e NBR 7286;
- Protótipo comercial: EprotenaxGsette EPR 0,6/1KV, da PRYSMIAN.

4.7.6 Condutores elétricos com isolamento de 450/750V

- Compostos de fios de cobre nú com têmpora mole;
- Encordamento classe 5;
- Flexível;
- Isolação dupla com a camada interna e externa em PVC anti-chama e sem chumbo;
- Temperatura de 70°C em serviço contínuo, 100°C em sobrecarga e 160°C e, curto-circuito;
- Não propagação e auto extinção de fogo;
- Deve apresentar na parte externa de seu isolamento as seguintes informações: marca, seção nominal e norma da ABNT a que atendem;
- Cores diversas, conforme especificado no item conforme padrão de cores;;
- Em conformidade com a NBR NM 280, NBR 247-2 e NBR 247-3;
- Protótipo comercial: Superastic Flex Dupla Camada 750V, da PRYSMIAN

4.7.7 Padrão de Cores

Os condutores dos circuitos deverão possuir cores diversas, cujo emprego deverão obedecer as seguintes convenções:

- Azul claro neutro
- Verde/amarelo ou verde.....condutor de proteção (terra)
- Cinza retorno
- Vermelho, branco ou pretofase

4.7.8 Emendas em condutores

- As emendas só poderão ser executadas em locais de fácil acesso e jamais dentro de eletrodutos e canaletas;
- Não será permitida a realização de emendas de cabos dentro de caixas de passagem subterrâneas;
- As emendas para cabos até 10mm² deverão ser soldadas com estanho e isoladas com fita isolante de PVC, com no mínimo duas camadas sobrepostas;
- Nos cabos com isolamento de 0,6/1KV, a fita isolante de PVC deverá ser substituída por fita aut-fusão;
- O isolamento das emendas e derivações deverá ter características no mínimo equivalentes às dos condutores usados;

Superintendência Regional da Receita Federal na 9ª Região Fiscal
Rua Marechal Deodoro, 555
CEP 80020-911, Centro, Curitiba-PR



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

- Não será permitida a realização de emendas nos cabos dos alimentadores.

4.7.9 Ligação dos Condutores aos bornes de equipamentos

As ligações dos condutores aos bornes de aparelhos e dispositivos deverão ser feitas de modo a assegurar resistência mecânica adequada e contato elétrico perfeito e permanente, sendo que: os fios de seção igual ou menor que 10 mm² poderão ser ligados diretamente aos bornes, sob pressão de parafuso; e os condutores de seção maior do que as acima especificadas serão ligados por meio de terminais adequados.

4.7.10 Passagem e instalação dos Condutores

A instalação dos condutores só poderá ser procedida depois de executados os seguintes serviços:

- limpeza e secagem interna da tubulação, pela passagem de buchas embebidas em verniz isolante ou parafina;
- realização das pavimentações que levem argamassa (cimentados, ladrilhos, tacos, etc.);
- instalação dos telhados ou impermeabilizações de cobertura;
- assentamento de portas, janelas e vedações que impeçam a penetração de chuva; e
- realização dos revestimentos de argamassa ou que levem argamassa.

Os condutores que estiverem sujeitos a solicitações mecânicas acidentais (a critério da FISCALIZAÇÃO) deverão possuir proteções contra esforços longitudinais e transversais.

4.7.11 Luminárias

As luminárias deverão atender, naquilo que lhes for aplicável, às normas da ABNT, sendo construídas de forma a apresentar resistência e desempenho adequados e possuir espaço suficiente para permitir as ligações necessárias.

Luminária e lâmpadas obedecerão às especificações abaixo:

4.7.11.1 Projeter LED

- Potência nominal min. 300W
- Grau de proteção min. IP66
- Índice de reprodução de cor >80%
- Temperatura de cor 6000K
- Ângulo de incidência/iluminação min. 120º
- Tensão de operação 220V
- Luminosidade >25000 lumens
- Garantia mínima: 2 anos
- Ref. RSPM-300WBF, MicroLED SMD

4.7.12 Orientações instalação das luminárias

Serão observadas as seguintes recomendações:

Superintendência Regional da Receita Federal na 9ª Região Fiscal
Rua Marechal Deodoro, 555
CEP 80020-911, Centro, Curitiba-PR



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

Todas as partes de aço serão protegidas contra corrosão, mediante pintura, esmaltação, zincagem ou outros processos equivalentes;

As partes de vidro dos aparelhos deverão ser montadas de forma a oferecer segurança, com espessura adequada a arestas expostas, lapidadas, de forma a evitar cortes quando manipuladas; e

Toda luminária será presa firmemente no local em que deva ser instalado, prevendo-se meios de fixação ou suspensão condizentes com a natureza do suporte e com o peso e as dimensões do equipamento considerado.

4.7.13 Interruptores

Os interruptores deverão atender às seguintes características:

- Tecla fosforescente;
- Corrente/tensão nominal 10A-250V, exceto quando especificado outro valor no PROJETO ELÉTRICO;
- Material termo-plásticoauto-extinguível;
- Partes condutoras em liga de cobre;
- Em conformidade com a NBR NM60669-1. Ver Fig. 22.

Os interruptores e tomadas deverão ser perfeitamente adaptáveis aos seus condutores e espelhos, e suas partes metálicas estarão sempre aterradas.

4.7.14 Tomadas de Uso Geral (TUG)

As tomadas de uso geral deverão atender às seguintes características:

- Pinos tipo 2P+T, Padrão Brasileiro;
- Corrente/tensão nominal 10A ou 20A-250V;
- Material termo-plásticoauto-extinguível;
- Partes condutoras em liga de cobre;
- Em conformidade com a NBR 14136.



Figura : Tomada tipo 2P+T universal. Protótipo Comercial: PIAL-LEGRAND

4.7.15 Altura das tomadas e interruptores



Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

Terão a seguinte altura de instalação, a partir do piso acabado, quando não especificado em planta:

- baixas – 0,30m;
- médias – 1,30m;
- altas – 2,10m.

4.7.16 Entrada de Energia

A entrada de energia deverá estar de acordo com a Norma Técnica N-321.0001, da Celesc. E corresponderá a categoria de fornecimento A2, 50A, com eletroduto de entrada de $\frac{3}{4}$ ", aparente, e ramal alimentador compostos por #10(10)T10mm², conforme tabela 7.1 da referida norma e padrão de instalação conforme detalhe e lista de materiais do Desenho 5/1 da mesma norma.

4.7.17 Caixas de Passagem

As caixas de passagem serão de concreto nas dimensões 30x30, com fundo preenchido com pedra brita para proporcionar drenagem da mesma e como profundidade adequada para não haver acúmulo de água em seu interior de modo a não deixar os cabos submersos. Deverão possuir tampa igualmente de concreto.

4.7.18 Eletrodutos embutidos no solo

Os eletrodutos embutidos no solo deverão ser de PVC de alta densidade, flexíveis, corrugados, bitola 1", ref. Kanaflex ou outra marca tecnicamente equivalente.

4.7.19 Sistema de Monitoramento por Câmeras

Sistema fechado de câmeras composto por câmeras de CFTV e DVR conforme especificações abaixo:

4.7.19.1 Câmeras

- Resolução: 1920x1080 (full HD) mínimo com no mínimo 2 megapixel
- IR com alcance mínimo de 20m
- Índice de proteção min. IP66
- Referência técnica: VIP1220B intelbras

4.7.19.2 Gravador digital de vídeo em rede (DVR)

- Suporte para no mínimo 8 canais IP em Full HD@30fps
- Compatível com vários modelos de câmeras (não exclusivo)
- Suporte para no mínimo 2HDs de 8Tb
- Mínimo 1 saída HDMI
- Mínimo 1 saída VGA
- Referência: NVD3016, intelbras



Ministério da Economia – ME
 Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
 Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
 Divisão de Programação e Logística – DIPOL
 Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

PROCESSO: 10935.731925/2022-22

18 CAMERA DE SEGURANCA JHUA HDCVI IR BULLET CAMERA/un	12	12	2.155,20
--	----	----	----------

PROCESSO: 17833.724181/2022-87

1 CAMERA CIRCUITO FECHADO HIKVISION DS- 2CE16D0T-IRPF/un	26	0	2.920,84
2 CAMERA CIRCUITO FECHADO HIKVISION DS- 2CE56D0T-IRPF/un	8	0	786,32

PROCESSO: 17833.733652/2021-67

6 CAMERA IP XIAOMI MJSXJ05CM/un	6	0	1.012,80
---------------------------------	---	---	----------

PROCESSO: 17833.733654/2021-56

6 CAMERA IP XIAOMI MJSXJ05CM/un	6	0	1.012,80
---------------------------------	---	---	----------

PROCESSO: 17833.735489/2021-77

8 CAMERA IP TP LINK TAPO C200/un	3	0	393,12
----------------------------------	---	---	--------

PROCESSO: 17833.735494/2021-80

2 CAMERA IP TP LINK TAPO C200/un	7	0	917,28
----------------------------------	---	---	--------

PROCESSO: 17833.735502/2021-68**PROCESSO:** 17833.737906/2021-16

2 CAMERA CIRCUITO FECHADO SEM MARCA COM ACESSORIOS/un	8	0	764,72
3 CAMERA CIRCUITO FECHADO DELPA DP-925 COM ACESSORIOS/un	8	0	764,72

PROCESSO: 15165.721617/2022-71

23 CAMERA IP/un	1	0	50,75
24 CAMERA IP XIAOMI MI 360/un	8	0	3.654,00

PROCESSO: 10920.721318/2021-32

144 CAMERA IP SLN SLN A-25 ORIGEM CHINA CX05/un	1	0	229,00
156 CAMERA IP VR CAM 3D ORIGEM CHINA CX06/un	1	0	320,00
188 CAMERA IP VR CAM VR-V9-C ORIGEM CHINA CX07/un	8	0	1.352,00
460 CAMERA CIRCUITO FECHADO VR CAM VR-V9C ORIGEM CHINA CX12/un	1	0	920,88
461 CAMERA IP PROFESSIONAL ORIGEM CHINA CX12/un	1	0	499,00
462 CAMERA IP DOME ORIGEM CHINA CX12/un	1	0	389,00

Superintendência Regional da Receita Federal na 9ª Região Fiscal
 Rua Marechal Deodoro, 555
 CEP 80020-911, Centro, Curitiba-PR



Ministério da Economia – ME
 Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
 Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
 Divisão de Programação e Logística – DIPOL
 Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

ITEM	DESCRIÇÃO COMPL/MARCA/MODELO/NR.SERIE/UN.MEI	QTE.	QTE. PEND.	VALOR (R\$)
PROCESSO: 10921.720009/2022-16				
164	A-21 CAMERA 3D PANORAMICA - REF A-21 - CX C/ 56 PC/un	30	0	3.248,40
197	IP03CK-3 CAMERA DE SEGURANCA - REF IP03CK-3 - CX C/ 30 PC/un	170	0	18.227,40
211	PR-6270AHD CAMERA - REF PR-6270AHD - CX C/ 50 PC/un	180	0	14.565,60
214	616AHD CAMERA - REF 616AHD - CX C/ 50 PC/un	212	0	15.929,68
215	PR-786AIID CAMERA - REF PR-786AIID - CX C/ 50	154	0	23.648,24
				SIEF
PROCESSO: 15165.720751/2020-92				
21	CAMERA CIRCUITO FECHADO FULLSEC FS-HY41B HDMU6517780 CAMERA DE MONITORAMENTO FLEX HD/un	540	0	11.021,40
52	CAMERA CIRCUITO FECHADO TOPCAM SL-130IPCFWF HDMU6712920 CAMERA DE SEGURANCA P2P IP WIFI HD/un	310	0	6.119,40
PROCESSO: 15165.720753/2020-81				
4	CAMERA CIRCUITO FECHADO FULLSEC CA HDMU6573589 CAMERA DE VIGILANCIA HD/un	7200	0	143.136,00
6	CAMERA CIRCUITO FECHADO FULLSEC AH13 HDMU6573589 CAMERA DE VIGILANCIA DOME HD/un	1000	0	19.880,00
9	CAMERA CIRCUITO FECHADO AD -LAMPADA COM CAMERA FV-A3608 HDMU6573589 CAMERA DE MONITORAMENTO PANORAMICA TIPO LAMPADA COM/AUDIO/un	816	0	16.222,08
14	CAMERA CIRCUITO FECHADO VR-V380 CAM LX DP HDMU6573589 CAMERA DE MONITORAMENTO TIPO LAMPADA/un	7200	0	143.136,00
15	CAMERA CIRCUITO FECHADO SINFADE MFY HDMU6573589 CAMERA DE MONITORAMENTO PANORAMICA TIPO LAMPADA/un	1000	0	19.880,00
19	CAMERA CIRCUITO FECHADO FULLSEC FS-AH23 HDMU6867069 CAMERA DE VIGILANCIA HD/un	1860	0	36.976,80
24	CAMERA CIRCUITO FECHADO FULLSEC FS-VR01 HDMU6867069 LAMPADA COM CAMERA - CAMERA DE MONITORAMENTO TIPO LAMPADA/un	360	0	7.156,80

Superintendência Regional da Receita Federal na 9ª Região Fiscal
 Rua Marechal Deodoro, 555
 CEP 80020-911, Centro, Curitiba-PR




Ministério da Economia – ME
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
Divisão de Programação e Logística – DIPOL
Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

APÊNDICE A – BDI e CRONOGRAMA



Ministério da Economia – ME
 Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
 Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
 Divisão de Programação e Logística – DIPOL
 Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

1. COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DO BDI

 <div> MINISTÉRIO DA FAZENDA RECEITA FEDERAL DO BRASIL SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL - 9ª REGIÃO FISCAL Seção de Obras e Serviços de Engenharia - Divisão de Programação e Logística </div>		
BDI		
$BDI = \frac{(1+AC+S+G+R)*(1+DF)*(1+L)}{(1-I)} - 1$		
Valor total da Obra sem BDI	R\$ 422.977,77	%
Valor de material	R\$ 285.728,57	68%
Valor de mão de obra	R\$ 137.249,20	32%
ISS da cidade	2,00%	
% ISS equivalente (sobre a obra)	0,65%	
Incidência	Identificação da taxa	%
Custo direto	Administração central	4,00%
	Riscos	1,27%
	Garantia	0,00%
	Seguro	0,80%
	Lucro	7,40%
	Despesas Financeiras	1,23%
Custo Indireto (I)	PIS/PASEP	0,65%
	COFINS	3,00%
	CPRB*	0,00%
	ISS	0,65%
BDI		20,50%
*CPRB - Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta		

ORÇAMENTO SAENG_079/2022



Ministério da Economia – ME
 Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SRF
 Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil/9ª RF – SRRF09
 Divisão de Programação e Logística – DIPOL
 Seção de Obras e Serviços de Engenharia - SAENG

2. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (sem BDI)		MÊS 01		MÊS 02		MÊS 03		MÊS 04		TOTAL ACUMULADO
1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	R\$ 23.419,74	24,0%	R\$ 5.620,74	30,0%	R\$ 7.025,92	30,0%	R\$ 7.025,92	16,0%	R\$ 3.747,16	100%	R\$ 23.419,74
6	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 34.173,31	65,0%	R\$ 22.212,65	15,0%	R\$ 5.126,00	10,0%	R\$ 3.417,33	10,0%	R\$ 3.417,33	100%	R\$ 34.173,31
14	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS	R\$ 1.562,87	10,0%	R\$ 156,29	10,0%	R\$ 156,29	60,0%	R\$ 937,72	20,0%	R\$ 312,57	100%	R\$ 1.562,87
15	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	R\$ 1.534,50	10,0%	R\$ 153,45	10,0%	R\$ 153,45	60,0%	R\$ 920,70	20,0%	R\$ 306,90	100%	R\$ 1.534,50
16	QUADROS E DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO	R\$ 22.686,29		R\$ 0,00	25,0%	R\$ 5.671,57	50,0%	R\$ 11.343,15	25,0%	R\$ 5.671,57	100%	R\$ 22.686,29
17	CABEAMENTOS E TERMINAÇÕES	R\$ 11.569,00		R\$ 0,00		R\$ 0,00	70,0%	R\$ 8.098,30	30,0%	R\$ 3.470,70	100%	R\$ 11.569,00
18	ELETRODUTOS E CONDULETES	R\$ 9.703,27		R\$ 0,00	50,0%	R\$ 4.851,64	40,0%	R\$ 3.881,31	10,0%	R\$ 970,33	100%	R\$ 9.703,27
20	LUMINÁRIAS, REFLETORES, INTERRUPTORES E TOMADAS	R\$ 5.015,20		R\$ 0,00		R\$ 0,00	50,0%	R\$ 2.507,60	50,0%	R\$ 2.507,60	100%	R\$ 5.015,20
23	INFRAESTRUTURA	R\$ 110.056,37	40,0%	R\$ 44.022,55	40,0%	R\$ 44.022,55	20,0%	R\$ 22.011,27		R\$ 0,00	100%	R\$ 110.056,37
25	PISOS / SOLEIRAS / RODAPÉS / DEGRAUS	R\$ 1.121,78		R\$ 0,00		R\$ 0,00	50,0%	R\$ 560,89	50,0%	R\$ 560,89	100%	R\$ 1.121,78
26	SUPRAESTRUTURA	R\$ 65.366,51	15,0%	R\$ 9.804,98	35,0%	R\$ 22.878,28	40,0%	R\$ 26.146,60	10,0%	R\$ 6.536,65	100%	R\$ 65.366,51
27	ALVENARIA	R\$ 62.688,14	15,0%	R\$ 9.403,22	35,0%	R\$ 21.940,85	40,0%	R\$ 25.075,26	10,0%	R\$ 6.268,81	100%	R\$ 62.688,14
29	LOUÇAS / PIAS / TANQUES / METAIS / ACESSÓRIOS	R\$ 948,32		R\$ 0,00		R\$ 0,00	50,0%	R\$ 474,16	50,0%	R\$ 474,16	100%	R\$ 948,32
29	REVESTIMENTOS DE PAREDE - Porcelanatos e Cerâmicas	R\$ 1.306,96		R\$ 0,00		R\$ 0,00	50,0%	R\$ 653,48	50,0%	R\$ 653,48	100%	R\$ 1.306,96
32	COBERTURA	R\$ 3.943,53		R\$ 0,00	80,0%	R\$ 3.154,82	20,0%	R\$ 788,71		R\$ 0,00	100%	R\$ 3.943,53
33	SISTEMAS ESPECIAIS (ELEVADOR / COIFAS / AR CONDICIONADO / ETC)	R\$ 7.349,80		R\$ 0,00		R\$ 0,00		R\$ 0,00	100,0%	R\$ 7.349,80	100%	R\$ 7.349,80
34	DIVERSOS	R\$ 50.699,96	14,0%	R\$ 7.097,99	20,0%	R\$ 10.139,99	30,0%	R\$ 15.209,99	36,0%	R\$ 18.251,99	100%	R\$ 50.699,96
36	PINTURA	R\$ 4.813,99		R\$ 0,00		R\$ 0,00	30,0%	R\$ 1.444,20	70,0%	R\$ 3.369,79	100%	R\$ 4.813,99
45	LIMPEZAS	R\$ 5.018,24	24,0%	R\$ 1.204,38	8,0%	R\$ 401,46	16,0%	R\$ 802,92	52,0%	R\$ 2.609,48	100%	R\$ 5.018,24
CÓDIGO	TOTAL MENSAL		24,0%	R\$ 99.676,25	30,0%	R\$ 125.522,82	31,0%	R\$ 131.299,51	16,0%	R\$ 66.479,21		
CÓDIGO	TOTAL ACUMULADO SEM BDI	R\$ 422.977,77	24,0%	R\$ 99.676,25	53,0%	R\$ 225.199,07	84,0%	R\$ 356.498,58	100,0%	R\$ 422.977,79	100,0%	R\$ 422.977,79

Superintendência Regional da Receita Federal na 9ª Região Fiscal
 Rua Marechal Deodoro, 555
 CEP 80020-911, Centro, Curitiba-PR



Ministério da Economia

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Economia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 13/10/2022 16:56:05 por Silvio Alexandre Lazari.

Documento assinado digitalmente em 13/10/2022 16:56:05 por SILVIO ALEXANDRE LAZARI, Documento assinado digitalmente em 13/10/2022 16:47:12 por FAGNER MARTINS DOS SANTOS, Documento assinado digitalmente em 13/10/2022 15:23:42 por IVAN OLIVETE DO AMARAL e Documento assinado digitalmente em 13/10/2022 15:07:39 por GUSTAVO LUIS HORN.

Esta cópia / impressão foi realizada por SIGRID HAGER STRAMBI em 16/12/2022.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

- 1) Acesse o endereço:
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

EP16.1222.08407.Y1SX

- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
F8CCF135B671C97F6F1CF33C23D94E0B0602F3E3403F2CD7CB127D971A37465B